UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e
Sustentabilidade

**Agricultura familiar e mercados institucionais:
horizontalidades no uso do território à produção e
consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.**

Soraia de Fátima Ramos

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde
Global e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, da
Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título
de Doutor em Ciências.**

Orientador (a): Prof^a Dr^a Patricia Constante Jaime.

São Paulo
2018

**Agricultura familiar e mercados institucionais:
horizontalidades no uso do território à produção e
consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.**

Soraia de Fátima Ramos

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Global e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde
Pública, da Universidade de São Paulo, como requisito para
obtenção do título de Doutor em Ciências.**

Orientador (a): Prof^a Dr^a Patricia Constante Jaime.

Versão original

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Ramos, Soraia de Fátima.

Agricultura familiar e mercados institucionais: horizontalidades no uso do território à produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos

São Paulo / Soraia de Fátima Ramos; orientadora: Patricia Constante Jaime.
São Paulo, 2018.

Tese (Doutorado em Ciências) – Programa Saúde Global e Sustentabilidade, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

1. Agricultura - alimentação - saúde – território
2. Agricultura familiar – agroecologia - segurança alimentar e nutricional.
3. Alimentação escolar – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
4. Políticas públicas – Estado - São Paulo
5. Uso do território - sistemas técnicos agroalimentares

Quem conhece os homens é inteligente,

Quem conhece a si mesmo é iluminado,

Vencer os homens é ter força,

Quem vence a si mesmo é forte.

Quem sabe contentar-se é rico.

Agir fortemente é ter vontade.

Quem não perde a sua residência perdura,

Quem morre, mas não perece, eterniza-se.

LAO TSE, Tao Te Ching

Dedicatória

*Às mulheres **presentes** em minha vida*

À minha mãe Zeli

À minha filha Julia.

Agradecimentos

À querida orientadora Patricia Constante Jaime que atenciosa e gentilmente acolheu o projeto de tese (de uma geógrafa!) em processo de maturação. Sou grata por seu otimismo, confiança e inteligência ao conduzir a redefinição do foco da pesquisa. O seu rigor científico e estímulo encorajador permitiram alinhar os objetivos da investigação com a metodologia de coleta e análise dos dados. A sua orientação trouxe nova dinâmica e vigor ao trabalho!

Ao Instituto de Economia Agrícola (IEA), Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA), Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA-SP), por me concederem o afastamento parcial do IEA. Em especial sou muito grata ao servidor Antonio Carvalho por seu esmero na leitura do projeto inicial; e, ao pesquisador e Diretor do IEA, Celso Vegro, por estimular o meu trabalho na elaboração da tese. Agradeço, também, ao coordenador da CATI, João Brunelli, por apoio técnico. Ao corpo funcional do IEA (técnicos e pesquisadores) que, desde 2005, colaboram ao meu crescimento pessoal e profissional.

À Lenise Mondini por sua seriedade e incentivos, ao inserir-me no CONSEA (2011) suscitou em mim o desejo de compreender com profundez a questão da segurança alimentar. Ao amigo e pesquisador do Inst. de Botânica, Clóvis Fernandes, pelos diálogos iluminadores, suas práticas à causa agroecológica e sabedoria em equilibrar afeto e crítica construtiva.

À Vânia, por seu profissionalismo e atenção primorosa aos alunos da Pós-Graduação do Programa Saúde Global e Sustentabilidade, convergindo à minha admissão e feliz retorno ao espaço acadêmico. E, também, na secretaria de pós, a assistência de Carlos e Carolina.

À querida *teacher* Lala, por auxiliar-me de modo eficiente com o inglês, gentilmente instruído ao sabor de chás aromáticos, com muito entusiasmo e confiança.

Os meus agradecimentos à professora Deborah H. M. Bastos, por eleger meu projeto de tese e orientar-me na primeira fase da pesquisa. E aos professores Ricardo Castillo (Unicamp) e Betzabeth S. Villar (USP), por suas estimadas considerações na qualificação.

A minha gratidão às professoras Helena Ribeiro (USP) e Islândia Bezerra (UFPR), e professor Julio Suzuki (USP) por leituras minuciosas e ricas contribuições à versão pré-banca.

Agradeço as amáveis professoras da Saúde Pública, Helena Ribeiro, Maria P. Vasconcelos, Maria R. Bertolozzi, Sophia Szarfarc e, ao querido professor Paulo Fortes (*in memoriam*), por toda grandeza de aulas cuidadosamente elaboradas e instigantes. À querida Sueli A. Furlan, do Depto Geografia-USP, por sua energia cativante e rico conteúdo das aulas.

Aos colegas da pós-graduação. À Clara pela solidariedade no processo de elaboração da tese. Ao palmeirense Tito, por parcerias e visita ao assentamento de Sarapuí-SP.

À confraria uspiana - professores, amigos e servidores – que há três décadas me inspiram a trabalhar e vislumbrar um futuro com mais ética e igualdade social. Ingressar na USP, universidade pública e gratuita, me permitiu ter acesso a um ambiente de permanente reflexão crítica para uma ação social consciente, o que transformou a trajetória de minha vida.

Sou bastante agradecida aos amigos *preciosos* e presentes em acudir e incentivar as minhas escolhas na fase do doutorado. As queridas amigas Ângela Rama, Gueth e Francila, docemente disponíveis ao apoio e diálogo. Ao Rafael Mafrá, por seus belos pensamentos. Ao Marcião Pereira por sua amizade carinhosa. Ao Leonardo Gomes, na fase inicial da tese, marcou presença alegre em casa, no hospital ou escola de Julia. Grata por tudo, Leo! A minha gratidão a amizade inestimável de Francisco de Paula, sensível ao chamado, por sua generosidade e sensatez. À Eliza e Aroldo pelo afeto e hospedagem em Maceió-AL.

À Nair Fregnani por palavras de incentivo e acalanto. À Márcia, Marcel e Isadora; Danielle, Alexandre e Nicolle; Vânia, Flavio e Isadora, por todas as ocasiões de diversão.

Agradeço aos convites à minha participação em diálogos e publicações: à Alessandra Queirós (Cia Antropofágica); Marchiori (CATI Ubatuba), Eduardo Donizette, Fabio Contel e Julio Suzuki (Geografia-USP); Flávia Ulian (Fund. Sto André); Márcia (CATI Juquitiba); Marcos Xavier (UNILA); Marcio Gomes e Neusa Mariano (UNESP); Renata Martins (IEA); Rosana Gaspar e Fúlvio Iermano (CONSEA Franca) e Valverde e Rudnéia (CONSEA SP).

Dos trabalhos de campo, na roça ou na cidade, vivi intensamente descobertas junto a pessoas de várias gerações e histórias de vida. São muitos aqueles que me cativaram por, generosamente, abrirem casas, corações e pensamentos. Ao relembrar das viagens, sinto muita alegria, saudades e o desejo de voltar em breve para novos projetos e desafios.

A minha consideração ao trabalho árduo e comprometido do funcionalismo público dos oito municípios visitados. Agradeço aos prefeitos e, em especial, à Julienne, Maria Márcia e Zé (Juquitiba); Natália, Claudinei, Ricardo e Nilde (S. Luis do Paraitinga); Matuya e Patricia (Joanópolis); Marchiori, Bel, Eleine e Silvia (Ubatuba); Ana e Cesar (Nazaré Pta); Giani e Maria (S. L. Serra); Heloisa, Aline e Gustavo (Piedade); Alexandra e Jailson (Tapiraí). E, também, ao Edvaldo, da Terceira Via. Todos, com muita delicadeza, me receberam atenciosamente e foram essenciais às minhas reflexões. Sou grata a moradores dos locais estudados que, direta ou indiretamente, também, contribuíram para a pesquisa.

Ao Chico Abelha por seu trabalho com a cultura popular e o povo da roça. Gratidão por compartilhar visitas aos agricultores, me apresentar Renô e Geralda; por nossas conversas nas estradas rurais e na amável hospedagem de São Luiz, a *Casa de Regina/Geraldo*.

Dos profícuos contatos com os agricultores familiares, a minha gratidão à Beth, Cida; Dulce; Elenice e Jeconias; Geralda e Renô; Joana e Cintia; Kátia; Maria; Rosangela e Cleber; Maria Helena e João Rangel; Maria e Ademar; Marilza e Diego; Marilza e José Veríssimo; Michele; Sandra e Roberto; Nair e Elias; Rosangela; Rosangela e Valdir; Satiko; Solange e Irineu; Alexandre; Cauê; Celso; Claudio e Henrique; Eduardo; Guilherme, Passarinho; Rodrigo, Sidney; Isaías e Sebastião; Mário; Toninho; Valtair e Valdeci.

À sabedoria de Monja Coen, a quem sigo com carinho nas redes sociais, por semear o amor ao trazer princípios que nos auxiliam a manter o equilíbrio e o respeito à vida.

Ao grande mestre Milton Santos (*in memorian*), por seus numerosos ensinamentos.

Gratidão ao meu pai Osvaldo (*in memorian*) e minha mãe Zeli, pela sólida orientação ao nos ensinar a discernir a ação correta. Às queridas irmãs Cristiane, Rejane e Alessandra e sobrinhas, Íris e Isabella. À vovó Julieta e papai Marcelo. A todos vocês, por entenderem as ausências e auxiliarem-me com a Julia. O amor em família é essencial à existência feliz!

Ao Arnaldo, por sua inteligência ímpar, humildade, reflexões admiráveis. Por nosso amor, aprendizados e celebrações em outras dimensões. Gratidão ao apoio sereno, compreensão e patrocínios no sítio ou em visitas aos produtores de São Lourenço e Juquitiba.

E com muito amor às mulheres *presentes* em minha vida: mãe e filha!

À minha mãe guerreira e inteligente, por ajudar e encorajar-me, incondicionalmente, em diferentes situações. A minha gratidão por sua presença fiel. Por ser uma mãe e avó adorável e solidária ao brincar, cuidar e nos ensinar a viver com entusiasmo e esperança.

À minha filha, Julia, pérola divina, alegria e amor. Sou imensamente grata ao mundo por seu sua mãe. É uma felicidade conviver com sua amorosidade e expressão criativa. Diante de tão pouca idade nos surpreende a cada frase dita de maneira sábia e pertinente. Gratidão por nos alegrar, me estimular e ser essa companheirinha perspicaz de estradas e congressos.

Filha, essa tese é pensando em você e em todas as crianças das futuras gerações!

Aos agricultores e agricultoras que cultivam sonhos e alimentam esperanças. A todos que trabalham por um mundo nutrido no respeito à Natureza e com mais justiça social no acesso a terra para a produção de alimentos diversificados e saudáveis. A minha profunda admiração e respeito aos agricultores agroecológicos por suas lutas, trabalhos e frutos!

Resumo

Introdução – Na fase histórica do capitalismo neoliberal, o cerne das contradições sociais exhibe novas feições atribuídas aos Estados nacionais diante do crescente poder das grandes corporações sobre os fluxos materiais e imateriais no processo de produção e consumo de alimentos. Na dialética que compõem os usos dos territórios, emergem pressões dos movimentos sociais no sentido de valorizar as autonomias e singularidades dos lugares como resistência ao imperativo de homogeneização dos sistemas técnicos agroalimentares. No Brasil, o século XXI corresponde à elaboração de um conjunto de políticas públicas de caráter social, entre as quais estão as iniciativas aos agricultores familiares. **Objetivo** – Compreender os desafios e potencialidades da produção agrícola familiar perante as novas dinâmicas ao uso agrícola do território no estado de São Paulo. A questão norteadora examinou se os mercados institucionais aos agricultores familiares estimulam à transição agroecológica, a ampliação de circuitos curtos de comercialização e a promoção da saúde humana e ambiental. **Métodos** – As premissas da ciência agroecológica, os avanços no campo da saúde global e a teoria geográfica de Milton Santos, ancorada no par de conceitos horizontalidades/verticalidades, subsidiaram a investigação do uso agrícola do território em razão da reorientação, desde 2009, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas e questões em aberto. Há a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e consentimento esclarecido dos informantes. Os sujeitos entrevistados constituem-se por agricultores familiares, gestores públicos de assistência técnica rural e nutricionistas de oito municípios em Áreas de Preservação Ambiental no estado de São Paulo: Joanópolis, Juitiba, Nazaré Paulista, Piedade, São Lourenço da Serra, São Luis do Paraitinga, Tapiraí e Ubatuba. Utiliza a triangulação de fontes como procedimento metodológico para a coleta e o processamento dos dados levantados. A interpretação do material coletado seguiu os preceitos da ‘análise de conteúdo’. **Resultados** – Os municípios compõem situações geográficas singulares em relação à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Da perspectiva dos agricultores, as compras públicas estimulam a geração de renda com a diversificação de canais dos circuitos curtos de comercialização; colaboram com a transição aos sistemas técnicos orgânicos e agroecológicos; e influenciam na melhoria da saúde e segurança alimentar e nutricional dos próprios sujeitos produtores de alimentos. Há desafios para uma gestão coletiva das diretrizes do programa e na organização social dos agricultores. A articulação local dos agentes públicos de diferentes esferas governamentais, e entre estes e os produtores rurais, revelam os distintos graus de adesão, apreensão dos objetivos e participação da sociedade no monitoramento da política. **Conclusão** – O Estado brasileiro, contrapondo à tendência de verticalização do processo produtivo à alimentação, segundo a lógica e interesses das transnacionais do setor agroalimentar, tem impulsionado uma atmosfera à construção de horizontalidades que aproximam a produção do consumo com repercussões na saúde global. Os mercados institucionais acenam com boas perspectivas aos agricultores familiares orgânicos e agroecológicos colaborando ao retorno, inserção ou permanência de uma diversidade de sujeitos produtores de alimentos no campo.

Abstract

Introduction - In the historical phase of neoliberal capitalism, the crux of social contradictions exhibits new features attributed to national states in the face of the growing power of large corporations over material and immaterial flows in the process of food production and consumption. In the dialectics that make up the uses of territories, pressures emerge from social movements in the sense of valuing the autonomies and singularities of places as resistance to the imperative of homogenization of agro-food technical systems. In Brazil, the twenty-first century corresponds to the elaboration of a set of social policies of social character, among which are the initiatives to the familiar farmers. **Objective** - To understand the challenges and potential of family farming in the face of new dynamics in the agricultural use of the territory in the state of São Paulo. The guiding question examined whether institutional markets for family farmers stimulate the agroecological transition, the extension of short marketing channels, and the promotion of human and environmental health. **Methods** - The premises of agroecological science, advances in the field of global health and Milton Santos' geographical theory, anchored in the pair of concepts of horizontality / verticality, subsidized the investigation of the agricultural use of the territory due to the reorientation since 2009 of the Program National School Feeding Program (PNAE). This is a qualitative, exploratory research, with analytical-descriptive orientation, through semi-structured interviews and open questions. There is the approval of the Committee of Ethics in Research and informed consent of the informants. The subjects interviewed are family farmers, public managers of rural technical assistance and nutritionists from eight municipalities in Environmental Preservation Areas in the state of São Paulo: Joanópolis, Jquitiba, Nazaré Paulista, Piedade, São Lourenço da Serra, São Luis do Paraitinga, Tapiraí and Ubatuba. It uses source triangulation as a methodological procedure for collecting and processing the data collected. The interpretation of the collected material followed the precepts of 'content analysis'. **Results** - The municipalities make up unique geographical situations in relation to the acquisition of foodstuffs from family agriculture for school feeding. From the perspective of the farmers, the public purchases stimulate the generation of income with the diversification of channels of the short circuits of commercialization; contribute to the transition to organic and agroecological technical systems; and influence the improvement of food and nutritional health and safety of the food producing subjects themselves. There are challenges to collective management of program guidelines and the social organization of farmers. The local articulation of the public agents of different governmental spheres, and between them and the rural producers, reveal the different degrees of adhesion, apprehension of the objectives and participation of the society in the monitoring of the policy. **Conclusion** - The Brazilian State, in contrast to the trend towards the vertical integration of the production process into food, according to the logic and interests of the transnationals of the agri-food sector, has driven an atmosphere to the construction of horizontalities that approximate consumption production with repercussions on global health. Institutional markets have good prospects for organic and agroecological family farmers, collaborating to the return, insertion or permanence of a diversity of food producing subjects in the field.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO: minha vida em quatro páginas	15
2. INTRODUÇÃO	19
3. A PERSPECTIVA DO <i>USO DO TERRITÓRIO</i> COMO MÉTODO À INVESTIGAÇÃO DA DINÂMICA SÓCIOESPACIAL EM AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE	23
3.1. A Teoria Geográfica e o Diálogo Interdisciplinar: a Categoria de <i>Uso do Território</i> para a Análise e Interpretação da Sociedade.	24
4. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS: AS VERTICALIDADES x HORIZONTALIDADES.....	27
4.1. A construção de horizontalidades no Brasil	30
5. AGROECOLOGIA NOS TERRITÓRIOS: BIODIVERSIDADE e ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CAMPO E NAS ESCOLAS?	32
5.1. Hipóteses	33
5.2. Objetivo Geral	33
5.3. Objetivos Específicos	33
5.4. Metodologia: território, agricultura, alimentação e saúde	34
5.4.1. Periodização	36
5.4.2. Universo de estudo: critérios do recorte espacial no Estado de SP	37
5.4.3. As unidades de estudo: caracterização dos municípios selecionados	38
5.4.4. A agricultura familiar como foco de investigação	45
5.4.4.1. A agricultura familiar no Estado de São Paulo	48
5.4.4.2. Módulos Rurais e as unidades de produção familiar	49
5.4.5. Procedimento geral para a realização de entrevistas	53
5.4.5.1. Instrumento de coleta: eixos e dimensões do roteiro de entrevistas dos profissionais nutricionistas e de assistência técnica e extensão rural	54
5.4.5.2. Instrumento de coleta: eixos e dimensões do roteiro de entrevista dos agricultores familiares.	57
5.5. Síntese dos levantamentos de campo.	58

6. AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA SAÚDE GLOBAL	62
6.1. O Sentido de Saúde: Aportes Teóricos para Pensar a Questão Alimentar	63
6.2. Saúde Global e os Determinantes Sociais em Saúde: agricultura e alimentação	69
6.3. Capitalismo Financeiro Neoliberal: Insegurança Alimentar e Insustentabilidade no Campo e na Cidade na Era da Globalização	74
7. TOTALIDADE E IMPERMANÊNCIA NO USO AGRÍCOLA DOS TERRITÓRIOS: AS TRANSFORMAÇÕES NOS SISTEMAS TÉCNICOS AGRÍCOLAS	80
7.1. Os sistemas técnicos agrícolas hegemônicos e contra-hegemônicos	82
7.2. Considerações sobre os sistemas técnicos no Brasil	83
7.3. Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e DHAA. 86	
7.3.1. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o DHAA	89
7.3.2. Sobre a alimentação saudável	93
8. O ESTADO E OS MERCADOS INSTITUCIONAIS	97
8.1. AS COMPRAS INSTITUCIONAIS COMO POLÍTICA DE CONTIGUIDADE: A APROXIMAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E OS MERCADOS LOCAIS.	98
8.2. A POLÍTICA E O LUGAR: SINGULARIDADES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (RESULTADOS)	106
8.2.1. Aspectos gerais entrevistas com os técnicos nutricionistas e de ATER ..	107
8.2.1.1. A perspectiva das nutricionistas.	110
8.2.1.2. A perspectiva dos extensionistas de assistência técnica rural	112
8.2.2. A perspectiva dos agricultores familiares.	117
8.2.2.1. O agricultor familiar local – tradição e resistência	115
8.2.2.2. O produtor empresário – os novos rurais	115
8.2.2.3. Os fóruns coletivos: organização e participação social em conselhos municipais, Cooperativas, Associações e Grupos de Orgânicos.	115
8.2.2.4. Agroecologia, saúde, segurança alimentar e nutricional no campo e na cidade	136

9. <i>USO DO TERRITÓRIO</i> E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): TRANSIÇÃO AOS SISTEMAS TÉCNICOS AGROALIMENTARES ORGÂNICO E AGROECOLÓGICO? (DISCUSSÃO)	139
9.1. Avanços e desafios: o futuro da agricultura familiar	140
10.CONCLUSÕES	144
11.RECOMENDAÇÕES.....	147
12.REFERÊNCIAS	148

ANEXOS

CURRÍCULO LATTES

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS – MAPAS, FOTOS,

LISTA DE SIGLAS

1. Apresentação: minha vida em quatro páginas!

As indagações que suscitaram este projeto de pesquisa são longínquas e tem raízes profundas. De pequena, na grama do quintal, com os olhos fixos nas nuvens, apreciava a vida em suas múltiplas dimensões. Da incógnita do infinito celeste, desviava o olhar para observar, incansavelmente, a escala dos pequeninos seres do jardim urbano. As abelhas, borboletas, besouros, caracóis, centopeias, formigas, joaninhas, minhocas e tatuzinhos eram companhias em prazerosos dias ensolarados que aqueciam o meu corpo e coração. No terreno baldio, entre as casas da vila, uma horta cultivada por vizinhos portugueses já despertava para o significado da agricultura urbana em espaços ociosos. A meninice me remete ao canto dos pássaros e ao perfume da terra molhada. O solo escuro era ambiente a diversas plantas. O pessegueiro, semeado por passarinhos, nos divertia e nutria com seus frutos. A formosura das frutíferas, o doce aroma do capim cidreira e o meu pai regando as plantas são imagens inesquecíveis.

Do ambiente familiar há muitas memórias de reverência às artes de plantar, colher e cozinhar. Desde a infância aprecio o valor dos alimentos à saúde e, também, como artifício para estreitar os afetuosos laços sociais. São incontáveis as recordações do cotidiano doméstico, ao saborear os ‘quitutes’ de minha mãe, tias, avós e avôs. Há eterna gratidão à minha mãe por sua paciência e criatividade em diversificar o preparo dos legumes (cozidos, assados, fritos ou empanados) o que, certamente, contribuiu para acender o meu paladar à viva experiência dos sabores. Lembro-me com satisfação do meu avô paterno apresentar, alegremente, cachos de uvas de cores variadas, cultivadas na parreira do quintal. À noite, a minha avó paterna oferecia suculentas e aromáticas sopas que acariciavam o estômago. Da avó materna, migrante do semiárido, havia muito afeto com os deliciosos beijos (tapioca). Do quintal de meu avô paterno, encantava-me as espigas de milho que ele convertia em curau. Cresci entre as prosas nas feiras e quitandas, no cotidiano de separar o feijão, esticar a massa do inhoque ou cortar a couve em tirinhas miúdas. Em dias de festa, juntos à mesa, histórias transmitiam ensinamentos e uniam gerações. Pensamentos bonitos habitam a mente e seriam detalhados se vivêssemos em harmonia ao ritmo da Natureza. Um tempo em que as oferendas eram artesanais, como o suflê de couve-flor com que a minha madrinha me presenteava.

No final dos anos de 1970, período em que os professores eram coibidos de mencionar certos temas, uma professora marcaria para sempre o meu modo de ver a realidade. O nome da professora ficou no passado, mas, é nítida a visão do primeiro ‘trabalho de campo’. A visita a uma creche municipal, no horário do almoço das crianças, permitiu aos alunos,

também, de escola pública, estimar a importância das refeições no ambiente escolar. A vivência despertou-me à indignação inicial diante da consciência das disparidades sociais e acesso desigual aos alimentos. Nos anos oitenta, ao som do rock e fé na sociedade alternativa, descobertas culinárias foram vividas junto de minhas três irmãs. Como garçoneiro em um dos primeiros restaurantes ‘naturais’, o vegetariano Phoenix da Rua Augusta, me deparei com a arte de unir gastronomia e saúde. E, guiada por um amigo querido, Remo Lenine, encontrei no colorido do Mercado Municipal de São Paulo uma série de castanhas, cereais, grãos, frutas, queijos e temperos que, definitivamente, mudariam o modo de preparar as minhas refeições.

A construção intelectual que originou a problemática desta tese remonta à entrada em 1988, no curso de Geografia, da FFLCH. Sou imensamente grata ao Péricles Valério por me apresentar a USP e desmistificar o acesso à Universidade pública a filhos de proletários. Das aulas na USP compreendi as origens da dura realidade de pessoas sem acesso a terra para plantar e colher; e da destruição avassaladora da biodiversidade por empresas madeireiras ou de extensas monoculturas. O período era de abertura política no país, mas a violência persistia no campo. A morte de Chico Mendes ocorreu no mesmo ano que entrei na graduação. Em excursões à Amazônia, corajosamente organizadas pelo prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, houve a experiência ímpar de presenciar as grilagens de terras, e visitar aldeias indígenas, assentamentos rurais, garimpos e unidades agrícolas familiares. Visitar Chapuri, no Acre, simboliza, pra mim, o ideal de resistência e verdade das lutas sociais no espaço agrário.

Desde o início da graduação tive a rica oportunidade de fazer parte da equipe de pesquisa do grande Milton Santos. Na época, não tinha a noção da importância mundial de sua obra. Caloura na faculdade sentia forte conexão entre a vivência na militância política e o conteúdo das aulas do mestre. A afinidade levou-me a participar de processo seletivo a uma bolsa de iniciação científica. Estreei meu primeiro projeto de pesquisa sobre as culturas em expansão: milho e soja. Uma das orientações iniciais do mestre foi para a leitura de ‘clássicos’ e literatura. Recordo de seu rigor científico, energia e trabalho incansável ao reunir alunos na cidade de Matão-SP para coletar dados à tese da modernização agrícola, na região de Ribeirão Preto, da geógrafa Denise Elias. Sim, Milton valorizava e apoiava os trabalhos de campo!

Para a conclusão da graduação, sob a orientação de Milton, investiguei o deslocamento dos restaurantes como equipamento e suporte à mudança do antigo centro financeiro da Capital à região das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini. O professor ensinou-me o valor de organizar previamente o material de ida a campo. Graduada, lecionei em escolas particulares. No supletivo me realizava como educadora. Depois, aprovada em concurso

público, permaneci por quatro anos no Instituto Geográfico e Cartográfico. Na década de 1990, havia muitos problemas no pagamento das bolsas de pós-graduação. A minha condição social impedia-me de abdicar de renda mensal e, então, houve o forçoso afastamento da USP.

O forte desejo de viver à vida acadêmica me fez pedir demissão e voltar ao convívio dos colegas do LABOPLAN e do professor Milton Santos. Do estudo da modernização seletiva da agricultura brasileira redigi o texto *Os sistemas técnicos agrícolas e o meio técnico científico informacional no Brasil*, para o livro “O Brasil – território e sociedade no início do século XXI”. A vontade de compreender a diversidade dos usos agrícolas do território levou-me a investigar, no mestrado, a ação do Estado na criação de base material, técnica e política à instalação da fruticultura irrigada em Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Na década de noventa, reinava a crença neoliberal de um desenvolvimento territorial a partir de inovações tecnológicas exógenas. Constatei que, apesar dos perímetros públicos irrigados, o uso do território era socialmente excludente, com a apropriação predatória das águas do rio São Francisco. A expulsão de ribeirinhos cedia lugar ao cultivo de frutas de clima temperado à exportação. Com o título de mestre, lecionei por três anos em Universidades particulares.

O prazer em investigar a agricultura me fez optar por concurso na carreira de pesquisador científico no Instituto de Economia Agrícola, um dos mais antigos institutos públicos de pesquisa do país. Desde 2005, somam-se trabalhos referentes à heterogeneidade no uso do território à produção agropecuária no estado de São Paulo, ao lado de pesquisadores como José Sidney Gonçalves, Dulley, Maria Célia Martins e Denise Chabaribery. Investiguei a saída da cotonicultura de São Paulo à região dos cerrados no centro-oeste; a percepção dos agentes da cadeia de produção da soja em relação às nanotecnologias; a recuperação das matas ciliares e o potencial do sistema orgânico. O trabalho de pesquisadora vem sendo conciliado com a maternidade. Em 2006, aos 40 anos, tive a felicidade de concretizar o desejo de ser mãe. Por coincidência do destino, o pai de Julia, Marcelo, é cozinheiro de profissão.

Na primeira década do século XXI, o governo democrático brasileiro acenava com novas diretrizes à participação social e abria perspectivas à agricultura familiar de base agroecológica. O cenário aguçaria o meu anseio por investigar o papel do Estado em executar políticas públicas à promoção do amplo acesso aos alimentos diversificados e saudáveis.

A reinstituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2003, reabriu o fórum para formular, avaliar e monitorar, em conjunto com diversos setores da sociedade, as políticas públicas convergentes à segurança alimentar e nutricional. Em 2011-2013, por apoio da ex-diretora do IEA, Valquíria Silva, e Lenise

Mondini, acompanhei os trabalhos do CONSEA Estadual de São Paulo. No biênio 2015-17, novamente, fui conselheira no CONSEA-SP. Os momentos de aprendizados ocorreram, sobretudo, nas Conferências Estaduais e no Júri do Prêmio Josué de Castro da SAA-SP.

No contexto de construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, participei do projeto *Sistemas Agroflorestais como Alternativa Econômica, Social e Ambiental para agricultores e jovens*, coordenados por Yara Carvalho e Ondalva Serrano. Partilhei aprendizados com estudantes de Parelheiros, zona sul da capital, e pessoas ligadas à causa agroecológica, como Vico e Spina, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, prefeitura de São Paulo. O projeto uniu-me, também, ao amigo Clóvis Fernandes, do Instituto de Botânica, a quem sou grata por estimular o trabalho em agroecologia e economia solidária.

A convivência com Arnaldo Mucci, da Secretaria do Meio Ambiente, em infindáveis diálogos no sítio, ao pé do fogão, instigou a pensar a agricultura em áreas de preservação ambiental. E, ao ver Julia crescer, a aspiração por um futuro mais justo e agroecológico deu origem ao projeto de doutorado. A tese do valor das políticas públicas à soberania e segurança alimentar e nutricional no país seria norteadada pelo estudo das contradições ao uso agrícola do território, e desafios à agricultura familiar diante dos mercados institucionais como o PNAE.

Ao eleger a Faculdade de Saúde Pública, e Patricia por orientadora, intui que seria o ambiente acadêmico sensível à tese de relacionar a promoção da alimentação escolar saudável e universalizante com o uso agroecológico do território. No Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade, enxerguei a possibilidade de realizar o aprendizado teórico interdisciplinar, norteadado por uma preocupação com a saúde humana, preservação da biodiversidade e da vida. Senti grande prazer ao realizar as disciplinas que me permitiram dialogar e ampliar a minha visão da realidade a partir da saúde pública e coletiva.

Ao longo da caminhada tenho enfrentado inúmeros desafios pessoais indizíveis. Desde o ingresso na pós, em 2014, o cenário político brasileiro vive turbulências e incertezas angustiantes. O tempo e o espaço são escassos às lamentações. A boa música e uma bela vista do horizonte são essenciais a transpor os momentos difíceis. Agradeço com alegria a oportunidade de retornar à Universidade e vivenciar experiências e sonhos. Sou grata aos queridos familiares, orientadora Patricia e professores da banca, por me animarem a persistir.

Resisti por acreditar no trabalho de agricultores e agricultoras em sua arte de cultivar alimentos saudáveis e diversificados. A generosidade e coragem desses sujeitos sociais mantém a plenitude da vida. E, convido os leitores a vislumbrar que a saúde e o futuro de todos os seres estão ancorados na urgência da realização da reforma agrária no país.

2. INTRODUÇÃO

As ações decorrentes dos imperativos do processo de globalização e o domínio ideológico do neoliberalismo correspondem à expansão e ao poder de influência do capital internacional, em todas as esferas do sistema produtivo. As economias nacionais, dos países pobres e emergentes, seguem condicionadas às oscilações próprias do mercado globalizado. Diante do arrefecimento da soberania das Nações, pactuado pelas elites locais, urge refletir e apontar as alternativas em gestação em direção a usos dos territórios que estejam acordados aos anseios intrínsecos às reais necessidades da maioria das populações, em especial, os agricultores familiares produtores de alimentos diversificados destinados ao mercado interno.

Da perspectiva do *uso agrícola do território* notam-se, desde meados do século XX, avanços galopantes na ciência aplicada ao sistema produtivo, com os espaços destinados à agropecuária expressando um grau de artificialização sem precedentes. O modelo técnico de agricultura científica de base industrial, designado por Revolução Verde, se difundiu pelo mundo ancorado no conceito de maior eficácia em garantir o abastecimento alimentar. Os crescentes ganhos em produtividade para algumas culturas, e a maior independência em relação aos ritmos e ciclos da natureza estão entre as conquistas do modelo hegemônico (ALTIERI, 2010).

A constituição da agricultura científica revela, no entanto, as contradições sociais do modo de produção dominante. Por um lado, a nova capacidade técnica e tecnológica retraiu o espaço e o tempo necessários à realização das práticas agrícolas combinados com o crescimento dos volumes e dos rendimentos obtidos no campo. Em tese, este cenário favoreceria a queda nos preços de alguns gêneros agrícolas. Todavia, somente as ações destinadas a difundir os avanços técnico-científicos não foram suficientes para erradicar a fome e a desnutrição que persistem nos dias atuais (FAO, 2016). Paralelamente, a forte concentração do capital em gigantes monopólios tem originado muitas outras mazelas sociais.

A submissão à adoção de tecnologias exógenas ao manejo da terra, e a opção por estimular um leque restrito de cultivos em detrimento de inúmeras outras espécies, tem resultado na constituição de áreas socialmente instáveis, caracterizadas por sistemas técnicos agrícolas flexíveis às exigências das grandes corporações internacionais coesas aos agronegócios. O massivo êxodo rural tem ocorrido junto à expansão da pobreza urbana e degradação ambiental. As florestas cedem lugar à pastagem, monoculturas e biocombustíveis, o que tem implicado na erosão genética e privatização das sementes.

Em países da América Latina, como o Brasil, as políticas públicas gestadas durante as modernizações seletivas na agricultura se direcionaram a apoiar os sistemas técnicos dos agronegócios, que se impõem como o padrão agrícola predominante no uso dos territórios. O século XXI segue o percurso com o comando e o arranjo espacial das áreas de produção agrícola ‘modernas’, cada vez mais, suscetíveis a interesses distantes do local de produção e, também, da saúde humana e ambiental. A instalação de sofisticados objetos técnicos contribui ao aumento da poluição do ar, dos solos, recursos hídricos e diversas enfermidades às pessoas.

No atual período histórico, a feição delineada ao uso dos espaços agrícolas tem por tendência e características à expansão das especializações produtivas em grandes unidades de produção. As *commodities* destinadas à exportação seguem ocupando as fronteiras agrícolas, em prejuízo da preservação da sociobiodiversidade e da produção de alimentos ao consumo interno. Tal fato irá repercutir nos hábitos alimentares e, por conseguinte, na saúde da população. A transição epidemiológica e nutricional associada ao crescimento do consumo de ultraprocessados – maior teor em açúcares, gorduras e sódio - corresponde à elevação da ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis, sobrepeso e obesidade no mundo todo.

No entanto, o período atual, também, traz uma maior conscientização dos problemas decorrentes do padrão agroindustrial internacional de produção e consumo de alimentos. A expansão do acesso à informação, com o uso cada vez maior de recursos próprios da era da internet, como são redes sociais, têm mobilizado vários segmentos da sociedade a denunciar o aumento das desigualdades socioespaciais em razão do uso seletivo dos territórios e construído caminhos para que o controle social seja exercido nos lugares. Por sua vez, as transformações na divisão internacional do trabalho suscitam novos referenciais teórico-metodológicos emergindo disciplinas científicas como a Saúde Global e Agroecologia.

Nas primeiras décadas do século XXI, houve no Brasil o esforço por criar um conjunto de políticas sociais, incluindo as políticas agrícolas, de forma a conjugar o acesso universal à alimentação adequada e saudável com o estímulo a transição dos agricultores familiares do sistema convencional (agroquímicos) aos sistemas técnicos agrícolas orgânicos e agroecológicos. As ações do Estado brasileiro têm inspirado os continentes da América Latina e África na erradicação da pobreza, fome e insegurança alimentar e nutricional.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma das primeiras políticas sociais brasileiras (BRASIL, 2009), constitui-se em uma das estratégias reelaboradas, em governos recentes, e que tem estimulado a produção familiar, a preservação da biodiversidade e a alimentação saudável. Daí o objetivo central desta investigação em analisar a logística dos

usos agrícolas do território à alimentação escolar em municípios selecionados do Estado de São Paulo.

A despeito de posições políticas ideológicas descrentes da viabilidade do uso social da terra, a lei nº 11.947 de junho de 2009, estabeleceu a obrigatoriedade das escolas públicas de todo o país a comprar no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar, incluindo a diversidade de agentes sociais incluídos nesta categoria como são os quilombolas e os povos tradicionais. O novo marco legal estimula de forma simultânea a universalização do acesso à alimentação saudável, a organização social de produtores e o desenvolvimento rural local.

Assim, na parte 1 deste trabalho, o objetivo é contextualizar de forma abrangente o problema da pesquisa, apoiando-se em reflexões teóricas críticas que tratam de conceitos-chaves essenciais à compreensão da dinâmica das relações que permeiam o processo de produção/consumo de alimentos. As implicações dos tipos de sistemas técnicos agrícolas para a vida no planeta se apoiará nas categorias analíticas de território e saúde.

Inicialmente discute-se do arcabouço conceitual da ciência geográfica a noção de ‘uso do território’ ou ‘território usado’ que elucidará, ao longo de toda a pesquisa, as especificidades locais da construção social voltada à produção agrícola sustentável e à universalização ao direito à saúde e à alimentação saudável. A centralidade do fenômeno técnico permite distinguir os sistemas agrícolas e elucidar seus atributos e efeitos sociais.

Em seguida, se apresenta a metodologia do trabalho com as justificativas para o enfoque na agricultura familiar; e seleção e breve caracterização da área de estudo, municípios de pequeno porte no Estado de São Paulo.

O cenário de emergência da área de estudos em Saúde global foi problematizado, tendo em vista o sentido de saúde-doença de uma perspectiva holística. A segurança alimentar e nutricional no mundo acenam ao insucesso do modelo hegemônico de produção no campo e traz a constatação de crise permanente do sistema capitalista. Os usos agrícolas do território decorrentes de avanços científicos vinculados aos intuítos dos agentes hegemônicos das grandes corporações têm provocado inúmeros agravos à saúde humana e ambiental.

Diante de configurações territoriais delineadas pelas premissas dos agentes do agronegócio, com o acirramento das exclusões sociais no campo e ameaças à preservação da biodiversidade, apresentam-se como contraponto os princípios agroecológicos. A garantia dos povos à soberania alimentar e à segurança alimentar e nutricional se conecta à promoção da saúde global das pessoas e dos territórios. Assim, no terceiro tópico, define-se a Agroecologia como um campo de conhecimento interdisciplinar e prática coletiva, a reorientar os sistemas

técnicos agroalimentares. No interior deste paradigma aglutinam-se inúmeras formas de resistência ao modelo único. O resgate de saberes e técnicas ancestrais de produção agrícola se unem a métodos científicos de produção em harmonia à preservação da biodiversidade.

Os embates teóricos, daí resultantes, indicam diferentes diretrizes de políticas públicas aos agricultores familiares, conclamando por análises e interpretações sobre os significados, nos lugares, das ações do poder público, das empresas, e da sociedade civil diante de materialidades herdadas (áreas de preservação da biodiversidade) ou construídas (objetos técnicos do grande capital e/ou tecnologias sociais). Abre-se, assim, um terreno fértil de discussão ao aperfeiçoamento na elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas (agrícolas e agrárias) e que terão impactos na saúde humana e do planeta.

Na parte II do trabalho, se faz uma apreciação das especificidades do ordenamento territorial que sustenta a realização do PNAE. Por meio da orientação de roteiro de entrevistas semiestruturado se constrói a análise a partir de três perspectivas: gestores públicos de nutrição; gestores públicos de assistência técnica rural, e os agricultores familiares. Buscou-se extrair das entrevistas elementos que fizessem alusão à preservação da Mata Atlântica, o empoderamento e autonomia dos agricultores familiares, e a maior saúde, segurança alimentar e nutricional em oito municípios do Estado de São Paulo (Joanópolis, Jiquitiba, Nazaré Paulista, Piedade, São Lourenço da Serra, São Luis do Paraitinga, Tapiraí e Ubatuba).

A pesquisa almeja gerar conhecimentos que contribuam com os diálogos acerca da viabilidade do paradigma agroecológico ao futuro do abastecimento alimentar e, ao mesmo tempo, dar visibilidade aos agentes sociais produtores de alimentos diversificados e saudáveis. A proposta foi guiada pela motivação em verificar o potencial do agricultor familiar em garantir o fornecimento de alimentos regionais saudáveis às crianças de escolas públicas e, ao mesmo tempo, harmonizar os usos agrícolas do território com a preservação da natureza.

Os resultados da análise do recente processo de implantação do PNAE sinalizam para uma rica e exitosa experiência de promover a perspectiva da intersetorialidade nas políticas públicas alcançando o desenvolvimento socioespacial. O desenho do programa, construído e monitorado pelo Estado com a participação de entidades da sociedade civil organizada, ajuda a gerar renda no campo e a promover a saúde ao impulsionar os circuitos curtos de comercialização. O respeito às culturas locais se ajusta a ações em prol da educação alimentar e nutricional que tem por facilitador a transição da agricultura familiar aos sistemas técnicos orgânicos e agroecológicos.

3. A PERSPECTIVA DO USO DO TERRITÓRIO COMO MÉTODO À INVESTIGAÇÃO DA DINÂMICA SÓCIOESPACIAL EM AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE.

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos JEAN GOTTMANN (2012: 526).

Atualmente, a vasta complexidade do mundo, cada vez mais alicerçado na imbricação entre ciência, técnica e informação, traz a urgência em elaborar reflexões que permitam a análise e o diálogo interdisciplinar de modo a iluminar a compreensão da totalidade histórica. O desafio está em propor estudos que auxiliem a captar a essência do presente, advertindo sobre as variáveis que regem a dinâmica social em seu devir. Um dos aspectos a desvendar são as desordens na saúde humana e ambiental que surgem em decorrência da legitimação da concentração do poder e das desigualdades socioespaciais associadas à dimensão alimentar.

No escopo da investigação sobre as relações sociais que permeiam as ações em agricultura-alimentação-saúde, assinala-se a centralidade do **território** como categoria analítica mediadora a elucidar a coexistência de distintos e contraditórios atributos à dinâmica da sociedade. Define-se o conceito de território inspirando-se em trabalho publicado por Jean Gottmann na década de 1970 (GOTTMANN, 2012) e, principalmente, nas contribuições da teoria geográfica do geógrafo Milton Santos (1996). Logo, é o **território usado** que norteará o método para a descrição e explicação da diversidade de orientações à produção agrícola.

Considerando-se o acirramento das contradições socioespaciais sob o capitalismo neste início de século, nota-se haver distintos métodos a nortear o uso agrícola do território e, por conseguinte, o perfil agroalimentar, como será abordado em tópicos posteriores. De modo esquemático, têm-se os *sistemas técnicos dos agronegócios das commodities* e os *sistemas técnicos de base familiar orgânico e agroecológicos*. O antagonismo entre esses dois extremos de modelos, incluindo uma miríade de nuances, espelha as tensões decorrentes da atual divisão social e territorial do trabalho e que revela as intencionalidades e os conflitos entre os agentes sociais em disputa por usos diferenciados dos territórios à agricultura.

3.1. A Teoria Geográfica e o Diálogo Interdisciplinar: a Categoria de *Uso do Território* para a Análise e Interpretação da Sociedade.

Por ser tradicionalmente usado tanto como abrigo quanto como recurso, o território cria um dilema básico para seu povo (GOTTMANN, 2012: 532).

O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais (SANTOS, 1996: 88).

A partir da abordagem da Geografia, o intuito é estimular o debate interdisciplinar de modo a captar o conteúdo das dinâmicas socioespaciais que contribuirão para elucidar os significados da diversidade de sistemas técnicos agroalimentares no presente. Para tanto, a adoção de um referencial teórico metodológico viabiliza conhecer, analisar e descrever o presente tendo em vista ampliar a consciência em relação a outras possibilidades de construção social do futuro (SANTOS, 1985; KAUFMANN, 2011).

Neste sentido, entre outros possíveis caminhos, optou-se por trabalhar nesta pesquisa, particularmente, com o arcabouço teórico inspirado na geografia de Milton Santos (1926-2001). Desde meados do século passado, a ciência geográfica vem ganhando vigor ao oferecer novos instrumentais teórico-metodológicos capazes de apreender as aceleradas mudanças ocorridas no mundo¹. Deste modo, com base em SANTOS, a Geografia é entendida como a ciência que estuda o espaço geográfico, ou seja, o seu objeto de estudo constitui-se em investigar, analisar e explicar os processos, e as resultantes sempre provisórias, das interações sociais que transformam incessantemente a dinâmica da vida na Terra. O espaço geográfico é compreendido, então, como a própria sociedade em constante movimento.

Ao longo de sua trajetória intelectual, o geógrafo Milton Santos elaborou uma teoria crítica com base em um sistema de ideias de modo a descrever e interpretar a sociedade². Para o autor, a categoria de análise, o *espaço geográfico*, é uma das instâncias capazes de revelar a complexa dinâmica da sociedade, da mesma forma que as estruturas econômicas, político-jurídico e ideológicas (SANTOS, 1985).

¹ Uma visão de síntese sobre as transformações na história do pensamento da Geografia, e que irá se constituir em divisor da disciplina como crítica social à definição e o papel do espaço geográfico como referencial à compreensão da sociedade, o objeto de estudo desta ciência, consultar o livro **Por uma geografia nova** de Milton Santos (SANTOS, 1986) publicado no final dos anos de 1970 no Brasil.

² “*Descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade da explicação, que supõe a existência prévia de um sistema*” (SANTOS, 1997: 16).

Ao analisar a realidade, a ciência geográfica investiga as relações que ocorrem entre os vários elementos e sujeitos que compõem o espaço geográfico (SANTOS, 1985; GEORGE et al., 1975)³. Deste modo, a particularidade da perspectiva geográfica é contribuir para considerar as várias dimensões e aspectos que juntos influenciam os acontecimentos sociais.

É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantém entre si (SANTOS, 1985: 14)⁴.

Nota-se que a divisão social e territorial do trabalho no mundo tem sido o motor das transformações do espaço geográfico, ajudando a revelar a complexidade das interações, e as especificidades atribuídas aos lugares ao longo da história humana.

Em vista da complexidade da divisão do trabalho, a produção do espaço é o resultado de múltiplas determinações, cuja origem se situa em níveis diferentes e em escalas variáveis, indo do simples lugar à dimensão internacional (SANTOS, 1982).

Cotidianamente, as pessoas e os lugares são transformados e, nesta dinâmica, se alteram pensamentos e valores, surgindo teorias científicas e novas formas de mobilização social. O *lugar*⁵ exprime, então, a dialética das contradições sociais e ajuda a revelar que as cooperações e os conflitos surgidos, a cada momento, decorrem de múltiplas intencionalidades de muitos agentes sociais presentes. O resultando são ações políticas e conteúdos materiais acrescidos e tornando mais denso o espaço geográfico.

Com o advento da globalização as transformações sociais são impactadas pela enorme velocidade na remodelação e organização dos territórios que se tornam mais artificializadas. A re-significação das formas-conteúdos⁶ dos lugares implica a necessidade de um método científico que capte a Totalidade da vida social.

³ Ao analisar o espaço, o geógrafo francês Pierre George, lembra que a Geografia busca o “*conhecimento das consequências e das correlações de fenômenos mais que dos fenômenos propriamente ditos*” (GEORGE et. al., 1975: 16).

⁴ “*O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significação, como o é fora do sistema ao qual pertence. Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos para criar algo novo.*” (SANTOS, 1985: 22-23)

⁵ “*Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar*” (SANTOS, 1997: 77).

⁶ *A ideia de forma-conteúdo une processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações* (SANTOS, 1997:83).

Assim, da perspectiva da Geografia miltoniana, o conceito de espaço geográfico é empregado como sinônimo de *uso do território*, ou, *território usado*. Por sua vez, o autor procura indicar que a produção social do espaço vai tornando-se, a cada dia, mais impregnada pela mediação das técnicas⁷, substituindo o meio natural, a natureza primordial, por um *meio-técnico-científico-informacional*, revelador da ação humana ao longo da história (SANTOS, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

... natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade (SANTOS, 1997: 85).

Acreditamos que o conceito de ‘uso de território’, segundo teoria de Milton Santos, nos permite desvendar a complexidade do ordenamento territorial enquanto síntese sempre provisória de sua base material e de seu campo de forças, ou seja, os distintos interesses e ações que permeiam a sociedade. O referencial geográfico apoiado na linha de interpretação segundo os trabalhos de Milton Santos permitem uma visão crítica a respeito da construção e dos resultados das políticas territoriais.

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares. (SANTOS, 1996: 107).

Investigar as contradições e possibilidades aos *usos do território* no presente período, almejando um futuro com maior justiça social e equidade, implica em distinguir o intrincado e dinâmico *sistema de objetos e de ações*, inseridos que estão no contexto de divisão internacional e territorial do trabalho, e segundo as condições sócio-espaciais presentes em cada lugar ou parcela do território. Daí deriva a compreensão de paisagens cristalizadas em certos usos, mas também, de suas transformações em novas realidades, em outras formas-conteúdos que, por sua vez, têm o potencial de ativar novas mudanças na sociedade vista em sua totalidade.

⁷ Na geografia francesa, as técnicas ocupam um papel chave na explicação das mudanças nas relações humanas e no ambiente: *A história das técnicas fornece a chave das modificações das relações entre coletividades humanas e ambiente* (GEORGE et. al., 1975: 17).

4. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS: AS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES.

Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não separado, objeto e ações, ‘agindo’ em concerto (SANTOS, 1997: 70).

Na última virada do milênio, diante da intensificação do processo de mundialização, o modo de produção capitalista impõe-se como modelo hegemônico a permear as relações sociais e o uso social do espaço na maior parte do planeta. Entre as ideologias propugnadas estão as metas de alcançar o desenvolvimento econômico, por meio do imperativo da inserção das Nações na economia globalizada. No pensamento econômico e político dominante, a expectativa é a diminuição do poder estatal na esfera pública. Todavia, os governos nacionais são pressionados a cumprir o papel de viabilizar as bases materiais e o ambiente social inclinado a amparar as determinações do livre mercado (HARVEY, 2007, 2008).

Para que um sistema de pensamento se torne hegemônico, é necessário que a enunciação de conceitos fundamentais esteja tão profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento (HARVEY, 2007)

A despeito dos discursos em prol da fluidez, competitividade e crescimento econômico, a realidade de crise permanente do sistema social é evidenciada pela constância dos quadros de pobreza rural e urbana, e acirramento das desigualdades socioespaciais. A falácia do modelo de desenvolvimento capitalista revela-se perante um mundo pautado pela concentração do poder econômico e político, sem acesso igualitário às riquezas produzidas.

A globalização, a ocidentalização, o desenvolvimento são, assim, os três alimentos da mesma dinâmica que produz uma pluralidade de crises interdependentes, justapostas, entre elas a crise cognitiva, as crises políticas, as crises econômicas, as crises sociais que, por si sós, produzem as crises da globalização, da ocidentalização, do desenvolvimento. A gigantesca crise planetária é a crise da humanidade que não consegue atingir o estado de humanidade” (MORIN, 2015: 33).

À frente do emprego seletivo do capital mundial (SANTOS, 1997) está a centralização do poder sob o comando e interesses de grandes corporações, sediadas nos países ricos, e que influenciam as configurações da ocupação dos territórios no mundo. Nos dias atuais, por toda parte, antigas lutas sociais por igualdade ressurgem trazendo novas questões. Entre os novos questionamentos, estão as críticas à difusão de um padrão agroalimentar que serve,

prioritariamente, aos interesses de lucro do grande capital em prejuízo das necessidades essenciais das pessoas. Deste modo, as organizações sociais contestam e se organizam contra o nexo impositivo do neoliberalismo ocidental (HARVEY, 2007, 2008; MORIN, 2015).

A partir dessas reflexões iniciais assinala-se a importância de contextualizar o cenário histórico e geográfico, os quais determinam o papel circunstancial atribuído e exercido pelos Estados. Neste sentido, ao investigar as contradições da contemporaneidade, Milton Santos, inspirado em autores como François Perroux e Jean Gottmann, propõe como recurso teórico explicativo a ideia de verticalidades/horizontalidades para sublinhar a dimensão social, respectivamente, dos fluxos e das contiguidades espaciais (SANTOS, 1996, 2000).

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas (SANTOS, 1996: 225).

O par de conceitos horizontalidades/verticalidades é um recurso de método (SILVEIRA, 1997; CONTEL, 2015), e auxilia apreender a espacialização do fenômeno da globalização perversa, identificando a origem, as consequências presentes e possibilidades à construção de outro futuro. Assim, segundo SANTOS, e com base em GOTTMANN, nas verticalidades o uso do território é seletivo e pragmático porque visto como *recurso* pela solidariedade organizacional executada por agentes hegemônicos.

... o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhos ao lugar e obedecem a motivações distantes.

Nestas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. (SANTOS, 2000: 106-107).

Nas horizontalidades, em contraposição, há a ideia de *espaço banal*, o espaço de todos como definirá SANTOS com base em Perroux. Neste caso, o uso do território se faz da perspectiva da solidariedade orgânica. Conforme a expressão empregada por JEAN GOTTMANN n, o território é, então, sinônimo de *abrigo*.

As horizontalidades, pois, além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessam, admitem a presença de outras racionalidades (chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica). Na verdade, são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades. (SANTOS, 2000: 110).

Segundo SANTOS (2000), no atual período histórico, as verticalidades se conformam às ações do poder público, o Estado em todos os níveis territoriais, cumprindo uma regulação subordinada aos projetos das corporações transnacionais. Privilegia-se uma configuração espacial aos fluxos (circulação, distribuição e consumo) de interesse do grande capital.

Por outra parte, na esfera das horizontalidades - a produção propriamente dita - a ação do Estado teria um papel mais limitado (SANTOS, 2000). Todavia, em cenário mais acessível à construção de horizontalidades o poder público, também, pode desempenhar melhor suas funções: *“Na verdade, mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção”* (SANTOS, 2000: 109).

Assim, é interessante notar que, a depender da conjuntura e circunstâncias políticas e socioespaciais, o Estado é chamado a desempenhar certo papel e, não outro, que poderia ser realizado se houvesse outras condições. No acontecer dialético do cotidiano, há uma tensão constante aos limites à ação estatal acerca do ordenamento espacial e regulação dos possíveis usos aos territórios. Por um lado, o Estado se depara com a forçosa constituição de fluidez imposta pelos desígnios das transnacionais. De outro, é conclamado a atender aos anseios e pressões da sociedade local organizada. Nesse processo de disputas e embates se encontram os germes de arranjos territoriais mais condizentes em beneficiar a maioria das pessoas.

A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital.

Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união – vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas.

Mas, os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. (SANTOS, 1996: 228) [[grifo nosso]]

4.1. A CONSTRUÇÃO DE HORIZONTALIDADES NO BRASIL.

Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar (SANTOS, 2005: 161)

No Brasil, a compreensão do movimento das horizontalidades/verticalidades pode ser vislumbrada pela análise das políticas territoriais efetuadas pelo Estado brasileiro desde o período pós Guerra Fria. Durante as décadas de 1980 e 1990, em uma atmosfera de ambiguidades e incertezas, os governantes optaram por realizar a transição a uma nova fase da participação do país na divisão internacional do trabalho.

Da época anterior, centrada na ‘industrialização por substituição de importações’, podemos dizer que, nos anos de 1990, o território brasileiro tornou-se mais aberto e flexível à lógica e aos fluxos espaciais comandados por agentes representantes das verticalidades. Esta “integração da economia brasileira ao processo de *globalização*” é descrito por Nelson Giordano Delgado como correspondendo a:

... adoção do receituário neoliberal de política, com sua ênfase obsessiva na liberalização financeira e comercial, na desregulamentação e na privatização, ou seja, na desproteção das economias nacionais e na destruição da capacidade de formulação de políticas econômicas autônomas por parte dos Estados (DELGADO, 2001: 280).

Entretanto, considerando o constante movimento na sociedade, o Brasil do início do século XXI passa a exibir outro cenário político e econômico interno, mais promissor em atender às urgências da maioria da população do país. O advento das eleições que consagraram Luis Inácio Lula da Silva, metalúrgico originário das classes populares, à Presidência da República, por dois mandatos (2003-2011), é emblemático do panorama aderente à constituição de um Estado democrático e a robustecer a dinâmica espacial ajustada aos anseios populares, contendo a multiplicidade de agentes do campo das horizontalidades.

A promessa de desenvolvimento nacional passou a se assentar, então, na edificação de um conjunto de políticas sociais com a participação da sociedade, tendo por objetivo elevar o padrão de vida das populações mais vulneráveis do país (FAO, 2016). O Estado brasileiro, no início do século, se alinhou à esfera das horizontalidades ao abrir o diálogo e promover inúmeros canais à participação da sociedade civil em fóruns capazes de influenciar as decisões políticas. A criação dos conselhos municipais, como o Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural (CMDR) e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), ilustram algumas dessas iniciativas.

Neste cenário político, elaboraram-se novos desenhos ao uso dos territórios. No campo da agricultura, por exemplo, o poder federal viabilizou a implantação e/ou ampliação de muitas políticas e programas existentes, destinados a atender a parcela social unida na categoria conhecida por ‘agricultura familiar’ (NIERDELE e MARQUES, 2016; SCHMITT e SILVA, 2016; GRISA e SCHNEIDER, 2015; GRISA, 2012).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁸ ampliou e diversificou as linhas de crédito especial à agricultura familiar. O ambiente político, de então, era favorável a incrementar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Posteriormente, em 2012, houve a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)⁹. Durante este período, um grande número de editais públicos, lançado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social (MDS), colaborou para valorizar e viabilizar o uso de tecnologias sociais à produção orgânica e agroecológica familiar e construir formas de acesso ao mercado por agricultores familiares.

No campo da alimentação e nutrição, se conquistou a modernização do consolidado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A antiga *lei da merenda escolar* se transforma em política intersetorial ao unir a alimentação de qualidade, oferecida aos alunos em escolas públicas de todo país, à agricultura de base social. O PNAE está entre as diretrizes que simbolizam a materialização de novos horizontes em direção à afirmação de um modelo de desenvolvimento socioespacial combinado à afirmação da soberania nacional.

⁸Desde o PRONAF, o Estado brasileiro confere importância econômica e social dos agricultores familiares e institui políticas públicas específicas a essa categoria. O programa foi instituído “... por meio da Resolução nº. 2.191 de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional, substituindo o PROVAPE (Brasil, Conselho Monetário Nacional, 1995). O PRONAF tornar-se-ia a principal política para a agricultura familiar” (GRISA, 2012: 120). Todavia, como destaca GRISA (2012: 246): “... o PRONAF apresenta um referencial de política pública produtivista, assentado nomeadamente na oferta de crédito rural”.

⁹Em agosto de 2012, por meio do decreto 7.794, o governo brasileiro lança a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Por meio do 1º. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), 2013-2015, se institui uma iniciativa do poder público de acordo com os anseios das organizações sociais em estabelecer diretrizes à produção de alimentos saudáveis em consonância à preservação da biodiversidade no país. Em maio de 2016, a Portaria Interministerial nº 01 criou o 2º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica para o período de 2016-2019, articulando vários ministérios e setores para trabalho articulado e integrado geograficamente visando, sobretudo, a transição agroecológica dos agricultores familiares.

5. AGROECOLOGIA NOS TERRITÓRIOS: BIODIVERSIDADE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CAMPO E NAS ESCOLAS?

A realização do potencial e a difusão das inovações agroecológicas depende de vários fatores e grandes mudanças nas políticas agrárias, nas instituições e nos métodos de investigação e extensão. As estratégias agroecológicas propostas têm que apontar deliberadamente aos pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais (ALTIERI, 2010: 29).

No cenário político internacional, há a saturação de discursos centrados na tecnociência como a única, ou principal via, a solucionar os problemas de insegurança alimentar e nutricional da população mundial. As desigualdades socio-espaciais, e os agravos à saúde humana e ambiental, resultantes de imposições à verticalização do sistema agroalimentar, demanda a pensar e agir para a constituição de novas configurações à produção e ao consumo de alimentos. Justifica-se, assim, a relevância da temática que traz à reflexão o significado das ações do Estado, junto da participação da sociedade civil, em projetar ordenamentos territoriais que sejam mais condizentes em harmonizar as práticas agrícolas com a premissa do direito humano ao acesso regular e universal à alimentação saudável.

No Brasil do século XXI, a construção coletiva de um conjunto de políticas sociais, entre elas as diretrizes a agricultura familiar (FAO, 216; GRISA e SCHNEIDER, 2015) corresponde a eventos que descortinam potenciais usos agrícolas no território da perspectiva orientada por uma maior igualdade, justiça social e práticas aderentes à preservação da biodiversidade, saúde e segurança alimentar e nutricional. Portanto, investigações que colaborem com a gestão, avaliações e monitoramento dos resultados de políticas públicas são cruciais ao país (VIEIRA DA SILVA, 2014; JANNUZZI, 2012; HARTZ, 1999, 2000).

A seguir, estão as indagações, hipóteses, e os objetivos que nortearam a realização dos trabalhos empíricos e as reflexões teóricas da pesquisa. A referência temporal é o ano de 2009, data da aprovação da lei nº 11.947 com os novos dispositivos ao antigo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que passou a incluir a obrigatoriedade de aquisição de, no mínimo, 30% dos alimentos destinados às escolas públicas, em todo o Brasil, da agricultura familiar. Enquanto instrumento de incentivo aos sistemas técnicos de produção orgânicos agroecológicos, a política se constitui em um dos eventos a cooperar para tecer a rede de horizontalidades em prol do acesso universal à alimentação saudável no país.

5.1. Hipóteses

A construção social dos mercados - compras institucionais da agricultura familiar – ao aproximar a produção do consumo local, cria horizontalidades favoráveis à saúde, segurança alimentar e nutricional, e preservação da biodiversidade em virtude de:

- a) Colaborar para viabilizar, economicamente, o trabalho, a moradia e a qualidade de vida dos pequenos agricultores familiares no campo;
- b) Favorecer o uso social do território e a sustentabilidade ambiental estimulando a transição aos sistemas técnicos orgânicos e agroecológicos.

5.2. Objetivos

Compreender os desafios e potencialidades ao uso agrícola do território em municípios no Estado de São Paulo, segundo a perspectiva da agricultura familiar, diante das dinâmicas gestadas com a criação dos mercados institucionais (compras públicas) no Brasil.

5.3. Objetivos Específicos

O diagnóstico com os avanços e desafios aos agricultores familiares foi mediado pela análise da diversidade de situações geográficas que compõe os municípios do estado de São Paulo, investigando-se junto aos sujeitos entrevistados:

- a) A origem e o tempo de experiência do produtor de alimentos (rural ou urbana);
- b) A participação em organizações sociais (associações, cooperativas e grupos);
- c) A coesão local em fóruns de articulação territorial intersetorial - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA);
- d) As principais culturas agrícolas produzidas pelos agricultores familiares;
- e) Os tipos de sistemas técnicos agrícolas praticados ao uso do território para a produção;
- f) Os meios de acesso a informações técnicas: canais de comercialização, cursos, manejo da produção, políticas públicas, preços agrícolas.
- g) A inserção e a importância dos circuitos curtos de comercialização (compras públicas, comércio local, feiras de produtores e venda direta) para a renda familiar;
- h) A percepção dos agricultores sobre a saúde e a segurança alimentar e nutricional.

5.4. Metodologia: território, agricultura, alimentação e saúde.

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo (SANTOS, 1997: 115).

Considera-se a *questão alimentar* como uma das múltiplas facetas da existência a serem sublinhadas como objeto de estudo. É notório que uma vida saudável, ao corpo e à alma, está intimamente associada ao acesso regular e permanente à boa alimentação. Interessa-nos, assim, problematizar o contexto em defesa e o resgate do *uso do território* (SANTOS, 1996; GOTTMANN, 2012) a práticas agrícolas condizentes com a promoção universal da saúde.

Subsidiaram os levantamentos e análises dos dados empíricos um referencial teórico que procurou aproximar a agricultura e a alimentação da dimensão social da saúde. A recente construção do conhecimento científico na esfera da *saúde global* (KOPLAN, 1995; BERLINGER, 1999; KICKBUSCH, 2002; DODGSON, 2003; BUSS, 2003; BREILH, 2006; ALMEIDA FILHO, 2009, 2011; AZEVEDO e PELICIONI, 2011; CZERESINIA et al., 2013; FORTES e RIBEIRO, 2014; FORTES, 2015; RIBEIRO, 2016; BARATA, 2009, 2018) auxilia a crítica do estado de insegurança alimentar e doenças decorrentes.

Trata-se de indicar as consequências do modelo hegemônico de produção agrícola como gerador de exclusões técnicas e desigualdades sociais, com impactos ambientais indesejáveis a uma boa saúde. Neste sentido, a noção de *sistemas técnicos agroalimentares* permite o exame da logística e dos nexos da produção desde o campo até os mercados.

Por sua parte, a *agroecologia* (CAPORAL e COSTABEBER, 2004; GLIESSMAN 2005; ALTIERI e NICHOLLS, 2011; ALTIERI, 2012, SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013; SEVILLA GUZMÁN e MONTIEL, 2013) como um conjunto de princípios permeando a fronteira do saber oferece subsídios a pensar os novos usos sociais do território em favor da soberania e segurança alimenta e nutricional.

Pesquisadores definem a Agroecologia como um novo campo de conhecimento científico interdisciplinar (LEFF, 2002; GLIESSMAN, 2005; ALTIERI, 2012; MORIN, 2015; CAPRA & LOUISI, 2014; LACEY, 2010), e prática coletiva (GUZMÁN, 2013), a reorientar os sistemas técnicos agroalimentares.

Ao identificar as configurações espaciais à luz da teoria e da confrontação com hipóteses rivais (YIN, 2010). Há uma corrente de pesquisadores no Brasil (BUAINAIN, 2013, 2014; NAVARRO, 2016), por exemplo, que se contrapõem aos princípios agroecológicos

(CAPORAL & COSTABEBER, 2004; GLIESSMAN, 2005; ALTIERI, 2012; SEVILLA GUZMAN e WOODGATE, 2013; SEVILLA GUZMÁN e MONTIEL, 2013) como forma de garantir o desenvolvimento agrário e o abastecimento alimentar da população.

Paralelamente, a linha de pensamento ancorada na tese de construção social dos **mercados institucionais** (MARQUES et al., 2016; GAZOLA e SCHNEIDER, 2017) junto da ideia dos **circuitos curtos de comercialização** será o fio condutor para examinar, na segunda parte da pesquisa, o potencial do Estado como agente indutor de práticas agrícolas social e ambientalmente mais sustentáveis que viabilizarão, ainda que parcialmente, a inserção social dos sujeitos coletivos identificados como agricultores familiares.

A investigação buscou alguns aportes na metodologia de estudo de caso (YIN, 2010). Neste sentido, o ‘caso’ escolhido para análise não são os lugares (municípios) ou as pessoas (agricultores); o caso selecionado constitui-se em um dos recentes eventos com potencial para influenciar a vida de agricultores familiares no país. O estudo diz respeito às atuais atribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma das ações de expressão nacional dentre um conjunto de políticas públicas elaboradas pelo Estado brasileiro (BELIK et al., 2009; GRISA e SCHNEIDER, 2015; BACCARIN, 2017; TRICHES et al, 2017).

Procurou-se compreender nas especificidades espaciais ao *uso agrícola do território* (SANTOS, 1996), as *situações geográficas* (SILVEIRA, 1999) e a construção de *horizontalidades* (SANTOS, 1996; SILVEIRA, 1997, 1999) diante do processo de implantação do PNAE nos municípios de pequena dimensão populacional. Parte-se da premissa de que este evento colabora, no nível municipal, à *transição aos sistemas técnicos agroalimentares orgânico e agroecológico*; inserção dos agricultores *nos circuitos curtos de comercialização*; bem como à *melhoria de suas condições de vida* (renda, saúde e alimentação). Para tanto, construiu-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva (FLICK, 2009b; SILVERMAN, 2009).

O projeto de investigação seguiu aos tramites da Plataforma Brasil e foi provado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública, USP. A abordagem escolhida para coleta e análise dos dados se orientou pelo tipo misto de triangulação de métodos, fontes e informantes (JICK, 1979; HARTZ, 1999; FLICK, 2009a; YIN, 2010), que permitiram confrontar o referencial teórico com as informações primárias levantadas em campo. Utilizou-se, também, como procedimento metodológico, os princípios da “análise de conteúdo” (BARDIN, 2016) ao processamento e interpretação do material coletado. E, tendo em vista colaborar com o aperfeiçoamento na definição de critérios à avaliação de políticas públicas

considerou-se os trabalhos de autores como DONABEDIAN (xxxx), HARTZ (1999, 2000) JANUZZI (2012) e VIEIRA DA SILVA (2014).

A revisão bibliográfica e o levantamento de dados centraram-se em temas de interface para pensar as implicações das políticas públicas aos agricultores familiares: agricultura, agroecologia, alimentação escolar, alimentação saudável, agrobiodiversidade, capitalismo, construção social dos mercados, circuitos curtos de comercialização, políticas públicas, saúde global, segurança alimentar e nutricional, sistemas agroalimentares e uso do território.

O referencial teórico e os dados secundários foram consultados nas bases: SCIELO Scientific Eletronic Library Online; Google Acadêmico, SIBiUSP Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo. Para subsidiar as reflexões sobre a agricultura familiar foram coletadas informações sobre as variáveis socioeconômicas, demográficas, produção agrícola, registro de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), área de preservação, números do PNAE, em páginas da internet de órgãos públicos: Instituto de Economia Agrícola, Fundação SEADE; Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Ministérios de Agricultura e Pecuária, e do Desenvolvimento Social e Agrário.

5.4.1. Periodização

A pesquisa tem como recorte temporal os anos recentes, início século XXI, que descortina novas possibilidades ao uso social do território no Brasil. Nesta fase, o Estado brasileiro implementou, junto da participação ativa da sociedade civil organizada, um conjunto de políticas públicas, entre elas, as ações destinadas a fortalecer a agricultura familiar. A partir de 2003, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado na década de 1950, ganha novos contornos com a inclusão dos agricultores familiares e a valorização de alimentos regionais e orgânicos e agroecológicos nas diretrizes do programa. O PNAE passa a receber maior atenção com o aumento de recursos financeiros, da cobertura populacional e novas estratégias operacionais. Deste modo, alcança novos significados como política pública a promover a segurança alimentar e nutricional no país (BELIK, 2009; PEIXINHO, 2013; CAMARGO, BACCARIN, PEREIRA DA SILVA, 2016).

5.4.2. Universo de estudo: critérios do recorte espacial no Estado de São Paulo

Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue. Essas qualidades se interpenetram, mas não se confundem (SANTOS, 2005: 161).

A intenção da escolha dos lugares para investigação e coleta de dados primários foi buscar compreender a dinâmica territorial de municípios de pequeno porte (até 100 mil habitantes). Conforme nos adverte SANTOS (2005: 163) “*O lugar é a oportunidade do evento*”, portanto, se ponderou as peculiaridades de evento orquestrado pelo Estado brasileiro, o PNAE, em municípios de pequena expressão populacional no estado de São Paulo. Considerou-se que em municípios pequenos se revelariam mais nitidamente o embate entre as forças opostas atuantes na era da globalização (verticalidades x horizontalidades), onde “*Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente*” (SANTOS, 2005: 170). Diante da expansão do poder dos atores e eventos hegemônicos no sistema agroalimentar mundial há, em contrapartida, manifestações de resistência construídas historicamente nos lugares, expressos na organização, articulação e coesão da sociedade local. Neste sentido, as novas diretrizes do PNAE representam a potência do Estado em intervir no mercado de modo a priorizar e fortalecer a sociedade nacional.

Optou-se, também, por investigar aqueles municípios que estivessem inseridos em áreas de preservação ambiental. Por um lado, este critério de seleção permitiria verificar a existência de inquietações e ações à saúde humana e ambiental. E, por outro lado, compor um cenário que espelhasse a diversidade social do uso agrícola do território em razão da heterogeneidade no perfil e atuação dos servidores públicos de assistência técnica rural, e como resultado das várias práticas de cultivo realizadas por agricultores familiares.

Inicialmente, as unidades de análise correspondem a oito municípios de pequeno porte localizados em Áreas de Preservação Ambiental no estado de São Paulo: Joanópolis, Juquitiba, Nazaré Paulista, Piedade, São Lourenço da Serra, São Luis do Paraitinga, Tapiraí e Ubatuba (**Figura 01**). O recorte espacial segue o critério que possibilita uma maior diversidade de relações e *situações geográficas* (GEORGE, 1975; SILVEIRA, 1999).

5.4.3. As unidades de estudo: caracterização dos municípios selecionados

A cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação. A evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão (SANTOS, 2005: 45)

Os municípios nomeados ao estudo podem ser classificados a partir das múltiplas regionalizações empregadas para fins de planejamento e ordenamento do território realizado por gestões governamentais. A triagem se embasou na atual definição político-administrativa e divisões regionais sob a ótica da produção agrícola e arranjos de cunho ambiental. Elegeram-se, então, dois municípios limítrofes em quatro áreas do estado de São Paulo.

Para fins de análise e apoio na construção de indicadores ao monitoramento dos impactos de distintas políticas territoriais no cotidiano das populações situam-se, geograficamente, os oito municípios selecionados ao estudo, segundo alguns dos recortes regionais do estado de São Paulo (**FIGURAS 02 e 03**, e **QUADRO 01**).

Conforme ilustrado na **FIGURA 02**, e de acordo com o critério político administrativo, os municípios estudados estão incluídos em:

04 Regiões de Governo (RG): Bragança Paulista, Caraguatatuba, Sorocaba e Taubaté.

03 Regiões Administrativas (RA): Campinas, São José dos Campos e Sorocaba.

03 Regiões Metropolitanas (RM): São Paulo, Sorocaba e Vale Paraíba e Litoral

Ilustrado no mapa da **FIGURA 03**, há indicação da divisão estadual que tem como componente de interesse o perfil agrícola. Assim, os municípios estão localizados em quatro áreas de atuação dos Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDR), utilizados para técnicos de órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Bragança Paulista

Pindamonhangaba

Registro

Sorocaba

Do ponto de vista da pesquisa científica agrícola, os municípios se enquadram, também, em quatro Polos Regionais da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA):

Considerando-se as configurações territoriais com os contornos destinados por de interesses de preservação ambiental no estado de São Paulo, têm-se as cinco Bacias Hidrográficas (BH); e, as onze Unidades de Conservação (UC) estadual constituídas por Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Parques Estaduais:

Apresenta-se no **Quadro 01**, uma sistematização das informações acima ilustradas de forma a contextualizar os municípios nos recortes geográficos do estado de São Paulo, segundo as três variáveis selecionadas: político-administrativo, agrícola e ambiental. A classificação municipal, no enquadramento regional, auxilia a compreensão da existência de uma multiplicidade de fatores que incidem sobre a tomada de decisões dos gestores públicos. Os arranjos espaciais utilizados para fins de planejamento e ordenamento territorial se revela como uma das variáveis importantes a considerar para delinear as características e atribuídas à coesão social local e o potencial para a construção de diálogos na coletividade, tendo-se em vista a implantação de políticas públicas intersetoriais como é o caso do PNAE.

Assim, o panorama apresentado tem a intenção de colaborar para vislumbrar as possíveis redes e conexões disponíveis aos diversos setores e agentes sociais. Destacam-se, entretanto, as limitações da inserção dos municípios em critérios simultâneos de regionalização, pois toda distinção regional é suscetível de alterações ao longo do tempo. As mudanças são o reflexo das oscilações na esfera pública, resultado de escolhas e definição de prioridades políticas circunstanciais diante da compreensão da dinâmica sócioespacial.

Figura 01 – Municípios selecionados para investigação, estado de São Paulo.

Quadro 01 – Classificação dos municípios selecionados segundo critérios de regionalização político-administrativa e setorial do Estado de S. Paulo.

Município	RA	RG	RM	EDR	Polo	BH	UC Estadual APA / Parque
Joanópolis	Campinas	Bragança Paulista	-	Bragança Paulista	Leste Paulista	Piracicaba/Capivari	APA Piracicaba Juqueri-Mirim Área-II / APA Sistema Cantareira
Juquitiba	São Paulo	-	RMSP	Registro	Vale do Ribeira	Ribeira de Iguape / Litoral Sul	APA Serra do Mar / Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Curucutu / Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga - APRM-G
Nazaré Paulista	Campinas	Bragança Paulista	-	Bragança Paulista	Leste Paulista	Piracicaba/Capivari	APA Piracicaba Juqueri-Mirim Área-II / APA Sistema Cantareira / Parque Estadual Itapetinga/ Parque Estadual Itaberaba / Área de do Alto Juquery - APRM-AJ
Piedade	Sorocaba	Sorocaba	RM Sorocaba	Sorocaba	Sedes	Tiête / Sorocaba	APA Itupararanga / Parque Estadual Jurupará
São Lourenço da Serra	São Paulo	-	RMSP	Registro	Vale do Ribeira	Ribeira de Iguape / Litoral Sul	Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga - APRM-G
São Luis do Paraitinga	São José dos Campos	Taubaté	RM Vale Paraíba, Litoral Norte	Pindamonhangaba	Vale Paraíba	Paraíba do Sul	Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia
Tapiraí	Sorocaba	Sorocaba	RM Sorocaba	Sorocaba	Vale do Ribeira	Ribeira de Iguape/ Litoral Sul	APA Serra do Mar
Ubatuba	São José dos Campos	Caraguatatuba	RM Vale Paraíba, Litoral Norte	Pindamonhangaba	Vale Paraíba	Litoral Norte	APA Marinha do Litoral Norte/ Parque Estadual Serra do Mar Núcleo Picinguaba /Parque Estadual Ilha Anchieta

Fonte: dados organizados pela autora, 2018.

*<http://www.iea.sp.gov.br/out/distribuciao.html>

** <http://fflorestal.sp.gov.br/pagina-inicial/APAs/APAs-areas-de-protecao-ambiental-estaduais>

***<http://fflorestal.sp.gov.br/pagina-inicial/APAs-marinhas/APAs-marinhas-area-de-protecao-ambiental-marinha>

****<http://fflorestal.sp.gov.br/pagina-inicial/parques-estaduais/>

Na TABELA 01, apresenta-se o perfil demográfico dos municípios. Optou-se por eleger aqueles com pequena expressão populacional, inferior a 100 mil habitantes. Neste sentido, à exceção de Piedade e São Luis do Paraitinga, todos os demais municípios têm em comum o alto grau de urbanização. Contudo, apesar dos dados oficiais indicarem essas áreas como essencialmente urbanas, a pesquisa de campo revela a existência de uma expressiva área rural, inclusive em Joanópolis que apresenta dados para 100% urbanizada e ausência de população rural. Até a década de 1980, este município era considerado rural; nos anos de 1990, houve uma mudança nas estatísticas acenando para concentração urbana (ANEXO).

Tabela 01 – Perfil populacional dos municípios selecionados, São Paulo, 2018.

Municípios	Área (em km2)	Densidade Demográfica (Hab/km2)	População	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (Em %)
Joanópolis	374,29	33,4	12.500	12.500	-	100
Juquitiba	522,17	57,53	30.040	25.349	4.691	84
Nazaré Paulista	326,25	55,3	18.041	17.254	787	96
Piedade	746,87	71,27	53.230	24.926	28.304	47
S. Lourenço da Serra	186,46	81,77	15.246	14.133	1.113	93
S. Luís do Paraitinga	617,32	17,06	10.531	6.303	4.228	60

Fonte: SEADE, 2018.

As divergências entre as estatísticas e as observações de campo traz o alerta sobre a importância dos levantamentos censitários realizados, periodicamente, por órgãos públicos estaduais e federais, como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA-SP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no intuito de solucionar possíveis distorções nas informações declaradas. Por vezes, a busca por aumentar a arrecadação municipal com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), pode significar o desestímulo, ou, até comprometer o acesso de políticas públicas aos agricultores familiares.

Outra peculiaridade dos municípios diz respeito à extensão do território. Como se observa na TABELA 01, Juquitiba, Piedade e Ubatuba possuem uma grande área territorial. O tamanho do município pode se constituir em fator complicador à gestão e ordenamento do território, sobretudo, nesta fase neoliberal que conclama por uma menor intervenção do Estado na esfera pública, com a redução do quadro de profissionais de carreira concursados. O número diminuto de técnicos de assistência técnica e extensão rural se revela um entrave para atender os agricultores familiares dispersos em áreas rurais descontínuas e distantes umas das outras. Contudo, as entrevistas nos municípios visitados revelaram que esses obstáculos têm sido contornados por iniciativa e compromisso individual do funcionalismo público.

Uma observação a ser destacada a respeito da diversidade de situações estudadas e que tem influencia na qualidade da coesão social local diz respeito as diferenças existentes entre o status dos municípios. Aqueles que são reconhecidos como instância turística e, portanto, tem acesso ao Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos possuem maiores incentivos para planejar e organizar as atividades sociais que possam envolver e dinamizar a economia local e a renda de agricultores. O repasse de recursos às prefeituras promove os programas de preservação ambiental e a urbanização local beneficiando a população local e a flutuante com a criação de diversos serviços (atendimento médico emergencial e transporte) e demais equipamentos turísticos (hospedagem e alimentação). Assim, há a garantia da realização de uma série de eventos que colaboram para gerar renda à cidade como as festas típicas e religiosas; recursos para a construção de corredores turísticos que facilitem o deslocamento do centro da cidade à área rural, os incentivos a história e tradições da gastronomia local com a venda de produtos alimentícios típicos no mercado público e comércio local, e outras atividades ligadas ao turismo rural de um modo geral como visitas, passeios e oficinas de capacitação envolvendo a produção de alimentos orgânicos ou degustação de produtos da roça. Atualmente, 70 municípios de São Paulo são considerados instância turística. Dos municípios estudados apenas 03 enquadram-se, atualmente, na categoria: Joanópolis (Estância turística), São Luis do Paraitinga (Estância turística) e Ubatuba (Estância balneária).

5.4.4. A agricultura familiar como foco de investigação

O Brasil é historicamente marcado por longos debates, controvérsias conceituais e ideológicas, a envolver a relativa precisão da aceção de ‘agricultura familiar’. O termo aparece, também, como sinónimo de modo de vida camponesa ou identificado com a pequena produção agropecuária. Nas últimas décadas, a despeito de consenso semântico, a expressão ‘agricultura familiar’ ganhou popularidade como forma de caracterizar e identificar os sujeitos sociais envolvidos na produção de alimentos ao abastecimento alimentar da população.

A produção agrícola de base familiar se diferencia da produção agrícola empresarial, ou dos agronegócios, em razão de inúmeras especificidades que caracterizam as duas formas de praticar a produção agropecuária. Uma das diferenças diz respeito ao perfil dos sujeitos sociais no que diz respeito ao manejo do trabalho na terra, a escolha das culturas para o plantio, bem como os objetivos da produção e a gestão da unidade produtiva incluindo, assim, desde os sistemas técnicos e tecnologias utilizadas até as formas de inserção no mercado.

O termo ‘agricultura familiar’ passou a ser amplamente reconhecido em virtude, principalmente, da construção de uma política federal destinada à modernização das unidades agrícolas no Brasil. Entre o marco das ações do poder público visando estimular à produção agrícola familiar no país está o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com as seguintes diretrizes:

“a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda, b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente; c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais”¹⁰

Na década seguinte, a lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006¹¹ institui a Política Nacional da Agricultura Familiar, estabelecendo os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas aos agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais, desde que atendam aos seguintes critérios:

¹⁰ http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%2014-15.pdf

¹¹ Para a consultar a íntegra da lei nº 11.326, e as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;*
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;*
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;*
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família¹².*

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, regulada pela lei federal nº 11.326, marca o período de valorização dos distintos setores que compõem a agricultor familiar no Brasil (GRISA, 2012). Desde então, as políticas públicas têm inserido parcela de agricultores, menos capitalizados, no mercado de produtos, estimulando a geração de renda, principalmente, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários em estabelecimento rural.

Ao resgatar os estudos rurais no Brasil, Maria de Nazareth B. Wanderley distingue dois grandes subperíodos na história recente do país: a) de 1964 a 1984, marcado pelo apoio do Estado à modernização agrícola do país, repressão dos movimentos sociais e bloqueio aos projetos de reforma agrária; b) a partir de 1985 com a redemocratização do país, a consolidação dos movimentos sociais, do debate democrático e a emergência de uma pluralidade de sujeitos de direitos que reclamam o seu reconhecimento.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome (MESA) e a implantação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) corresponderia, para a autora, um desdobramento do período anterior (antes de 1985), e inauguraria um novo período na história rural com a ênfase no desenvolvimento sustentável e valorização da agricultura familiar do Brasil (WANDERLEY 2011:20). Por conseguinte, o ambiente político brasileiro de final do século XX e início do século XXI, influenciado pela aprovação da Constituição de 1988 (Lei Federal, n. de 1988), representa novos contornos às organizações da sociedade civil e aos movimentos sociais no campo.

A busca por abrandarem-se as reivindicações no espaço agrário corresponde à abertura de canais destinados à inserção dos sujeitos sociais produtores de alimentos que ficaram à margem, em anos anteriores, do modelo de modernização agrícola seletiva. Assim, desde abertura política do país e considerando a existência de profundas diferenças em cada vertente política no poder central, pode-se afirmar que o final da década de 1990, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1992-1996) e, especialmente, a partir da década

¹² Op. Cit.

seguinte, nos governos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (2002-2006; 2006-2008), a agenda do poder público passou a incluir ações destinadas a atender parte das reivindicações da pauta de grupos heterogêneos e alinhados ao que se convencionou por agricultura familiar.

Acrescentamos, como sugestão, um quarto período para distinguir o recente cenário político nacional, advindas da crise política econômica de meados dos anos 2014 que atingiu o seu auge em 2015 com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. As consequências da nova fase já são observadas com a reorientação das prioridades na agenda do governo federal. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS) e o arrefecimento dos recursos e programas destinados ao conjunto de sujeitos sociais englobados na categoria de agricultura familiar (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) são emblemáticos.

A redução dos incentivos e políticas aos agricultores familiares tem sido acompanhada por retrocessos na legislação contra o uso de agrotóxicos; e com o crescimento de episódios de violência e conflitos sociais no campo, principalmente, em assentamentos rurais e em terras de povos indígenas e quilombolas. Neste contexto, urge o debate técnico sobre o significado e a importância social do projeto de reforma agrária no país. Como adverte CAMARGO (2015: 119): “*A reforma agrária não tem recebido a devida atenção na agenda governamental como instrumento de redução das desigualdades*”. Em seu estudo sobre a concentração fundiária no estado de São Paulo, o autor conclui:

A análise empírica da evolução da concentração fundiária que teve como base os municípios paulistas demonstrou que o mercado de terras agrícolas permanece totalmente alheio à atuação do Estado em sua regulação e que a terra continua sendo tratada como uma mercadoria comum, imperando apenas a concorrência e a lógica neoliberal, apesar da evidente necessidade de se desenvolver instituições que sejam capazes de gerir a estrutura fundiária de maneira a dar à terra seu melhor uso coletivo” (CAMARGO, 2015: 152)

Ao viabilizar o acesso a terra aos pequenos agricultores que pretendem produzir alimentos diversificados e saudáveis o Estado promove, também, a geração de emprego e renda no campo e um desenvolvimento local sustentável. E, a agricultura familiar, de base orgânica e agroecológica, se constitui em setor essencial para a construção das bases materiais destinadas a assegurar a saúde humana e do ambiente.

5.4.4.1. A agricultura familiar no Estado de São Paulo

No estado de São Paulo, a grande diversidade de itens produzidos pelos agricultores familiares, em especial, as frutas, legumes e verduras (FLV), garante a qualidade do abastecimento da população, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional do país. Os principais destinos da produção agropecuária familiar são: as vendas diretas, o mercado institucional, a entrega às cooperativas, indústrias, empresas integradoras e intermediárias. A agricultura familiar é a chave para resguardar os hábitos alimentares locais e realizar o uso econômico do território com a preservação da biodiversidade.

Os dados preliminares do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), de 2017, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado, organizados pela CATI e IEA, permitem refletir sobre o atual cenário da agricultura familiar. Considerando-se dois critérios do PRONAF, renda média e área de produção, observa-se que, aproximadamente, 40% dos agricultores têm na atividade agrícola a origem de mais de 60% da renda familiar. Ademais, um pouco mais da metade (55%) do total das Unidades de Produção Agrícola do estado de São Paulo (UPAs), possuem dimensão de até 20 hectares (ha). Todavia, essas unidades ocupam menos de 10% da área total de produção agropecuária de São Paulo. Em relação ao *uso do solo*, aproximadamente, do total de UPAs com culturas perenes, 60% estão no grupo de pequenas propriedades, mas ocupam somente 14,5% da área total de culturas perenes do território estadual. Nas UPAs com produção de culturas temporárias, 46% estão no grupo de pequenas propriedades; o que corresponde a apenas 5% do total das áreas de culturas temporárias do estado de São Paulo.

Nos últimos anos, o governo estadual, também, implementou uma série de políticas específicas aos agricultores familiares paulistas que merecem estudos que possam apresentar os impactos na economia e qualidade de vida dos agricultores. Entre as ações públicas desenhadas no governo paulista, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente, destacam-se o Programa MicroBacias I e II, o Programa Paulista de Interesse Social (PPAIS), as Câmaras Setoriais e, recentemente, a aprovação da Política Estadual de Produção Orgânica e Agroecológica (FIGURA). São iniciativas que tem o potencial de incentivar os agricultores familiares a se manterem no campo.

A comercialização dos produtos da agricultura familiar de São Paulo, também, tem se orientado aos mercados locais com as vendas diretas ao consumidor (roça); em entregas

domiciliares (cestas); em feiras e mercados de produtores; redes de varejo (mercados e restaurantes); as compras governamentais (escolas, hospitais e presídios).

FIGURA - Agricultura familiar, políticas públicas no Estado de São Paulo.

Fonte: Organizado pela autora com base em dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, 2018.

5.4.4.2. Módulos Rurais e as unidades de produção familiar.

Os empreendimentos solidários ou de pequeno porte tendem a adotar a defesa do meio ambiente e do bem-estar dos consumidores e a opor-se a tecnologias que podem ameaçar a biodiversidade, a saúde do consumidor e/ou a autonomia dos produtores associados e individuais (SINGER, 2004: 08).

O Brasil, em razão de sua dimensão continental e ampla diversidade socioespacial classifica distintamente a extensão territorial mínima das propriedades rurais consideradas economicamente viáveis, segundo o perfil municipal. De acordo com a Lei nº 6.746, de 10/12/1979, e Instrução Especial nº 20 de 1980, o tamanho do módulo fiscal é a unidade de medida agrária instituída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, conforme alguns aspectos

que caracterizam localmente os municípios: exploração predominante; renda obtida; outras explorações expressivas em razão da renda ou área (LANDAU et. al., 2012)¹³.

Quadro 03 - Extensão dos módulos fiscais, e área máxima das unidades da agricultura familiar, nos municípios selecionados, estado de São Paulo.

Município	Módulo Fiscal (ha)	Agricultura Familiar Até 4 módulos fiscais (ha)
Joanópolis	24	96
Juquitiba	07	28
Nazaré Paulista	16	64
Piedade	16	64
São Lourenço da Serra	05	20
São Luis Paraitinga	40	160
Tapiraí	16	64
Ubatuba	16	64

Fonte: organizado pela autora, conforme dados da Embrapa, 2018¹⁴

No Código Florestal de 2012, o tamanho dos módulos fiscais é a referência para definir, também, a largura das Áreas de Preservação Permanente (APP) e a recomposição das áreas de Reserva Legal (RLs) em cada município. O módulo fiscal é um dos aspectos a serem considerados quando da adequação ambiental e o uso econômico para as unidades de produção da agricultura familiar. De acordo com o novo Código Florestal, as propriedades rurais com até quatro módulos fiscais (agricultura familiar) estão isentas de recompor as áreas de Reserva Legal (LANDAU et. al., 2012)^{15 16}.

¹³ Conforme LANDAU et. al. (2012: 16) “De maneira geral, municípios das Regiões Sul e Sudeste, bem como aqueles situados no litoral ou próximos de regiões metropolitanas apresentam módulo fiscal menor que os demais. Os 54 municípios com tamanho de módulo fiscal de 5 ha compreendem as regiões metropolitanas de São Paulo/ SP (25 municípios), Rio de Janeiro/RJ (19 municípios), Salvador/ BA (2 municípios), Aracaju/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS e Recife/ PE.”

¹⁴ O mapa do Brasil especificando o tamanho dos módulos rurais de cada município brasileira está disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em 16 de abril de 2018.

¹⁵ “Por representar um parâmetro legalmente importante para a regularização ambiental das propriedades rurais do país, o tamanho do módulo fiscal de cada município tem implicações significativas para a futura conservação da diversidade biológica original e para a agricultura no contexto do Código Florestal” (LANDAU et. al. 2012: 14).

¹⁶ O Código Florestal de 2012 normatiza as atividades em áreas de Preservação Permanente, segundo o tamanho dos módulos fiscais: Art. 61-A. Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). (Vide ADIN Nº 4.937) (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.902) § 1º Para os imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d’água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito

De acordo com os critérios que definem o ‘agricultor familiar’ no Brasil, o QUADRO 03 indica a extensão do módulo fiscal em cada um dos municípios selecionados ao estudo. Igualmente, assinala as diferenças municipais em relação ao limite máximo em hectares para que as unidades de produção agrícola sejam consideradas familiares. Os municípios de São Lourenço da Serra e Juquitiba, por exemplo, estão na faixa dos limites mínimos dos módulos fiscais por se localizarem na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Portanto, são menores as dimensões das unidades de produção familiar com, respectivamente, até 20 e 28 hectares. Em São Luis do Paraitinga, município tradicionalmente ligado à pecuária extensiva, apresentando relevo inclinado e solos exauridos por pisoteio do gado, as unidades familiares podem atingir até 160 hectares. O município de Joanópolis possui características similares em relação ao empobrecimento dos solos em razão da pecuária, por isso, as unidades familiares podem chegar até 96 hectares. Em situação intermediária estão os demais municípios estudados (Nazaré Paulista, Piedade, Tapiraí e Ubatuba) em que as dimensões dos módulos fiscais da agricultura familiar correspondem a, no máximo, 64 hectares.

A recuperação dos solos com o uso de técnicas agroecológicas tem se mostrado bastante eficaz para tornar, novamente, as propriedades produtivas. Nos levantamentos de campo, em Joanópolis (FOTO 01 e 2) e São Luis do Paraitinga (FOTOS 3), as visitas a propriedades rurais historicamente ligadas à pecuária, demonstraram estar em processo avançado de recuperação das áreas degradadas. Cabe destacar que a recuperação das áreas tem sido realizada por filhos de agricultores em uma feliz parceria entre gerações.

regular, independentemente da largura do curso d'água. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). § 2º Para os imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). § 3º Para os imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). § 4º Para os imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). I - (VETADO); e (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). II - nos demais casos, conforme determinação do PRA, observado o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 100 (cem) metros, contados da borda da calha do leito regular. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Foto 01 – Área com solo exposto devido o pisoteio do gado em unidade familiar do casal Diego e Marilza. Joanópolis-SP, 2017.

Foto 02 – Produção de hortaliças em área de solo recuperado, unidade familiar do casal Diego e Marilza. Joanópolis-SP, 2017.

Foto 03 – Produção de hortaliças em área de solo restaurado, em unidade familiar dos irmãos José Veríssimo e Marilza. São Luis do Paraitinga-SP, 2017.

5.4.5. Procedimento geral para a realização de entrevistas

Primeiramente, encaminhou-se ofício aos prefeitos das oito prefeituras, anexando-se o modelo de carta de anuência para a oficialização das entrevistas com os funcionários públicos. Nos casos em que não houve a devolutiva por mensagem virtual foram realizados contatos telefônicos com secretárias e assessores dos prefeitos, anexando-se cartas de apresentação da orientadora da tese e carta de recomendação do Diretor da IEA. Para facilitar e garantir maior lisura nos contatos com os entrevistados de extensão rural inseriu-se uma carta de recomendação emitida pelo coordenador da CATI¹⁷.

Antecedendo a efetivação das entrevistas em profundidade (LEGARD et. al., 2003) informou-se a cada entrevistado os principais objetivos do estudo; inclusive revelando a atual atividade profissional da aluna de pós-graduação (pesquisadora científica, servidora público do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo). Ao concordarem com a proposta, todos os informantes assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE). Então, as entrevistas foram registradas em papel e gravadas (gravador portátil). Em certas ocasiões alguns agricultores, também, foram filmados.

As visitas se apoiaram em roteiros semi-estruturados de entrevistas (ANEXOS), elaborados com questões, predominantemente, em aberto. Os roteiros foram construídos com base em diálogos com a orientadora e mediados por reflexões originárias da experiência da pesquisadora em sua atividade profissional e em ampla literatura consultada no processo de elaboração da tese. Procurou-se dialogar a partir da perspectiva de troca de saberes entre pesquisadora-entrevistado, com a necessária flexibilidade e sensibilidade à escuta aberta às questões levantadas espontaneamente pelos entrevistados.

As questões nortearam os diálogos e visitas a três categorias de sujeitos sociais:

- a) Os agricultores familiares (participantes ou não do PNAE);
- b) Os profissionais em nutrição responsáveis por coordenar o PNAE;
- c) Os técnicos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural pública

¹⁷ Alguns dos percalços inerentes ao processo de desenvolvimento da tese ocorreram no período de transição na gestão municipal - eleições de 2016 - provocou a morosidade no retorno à solicitação de anuências encaminhadas ao poder público municipal para a realização de entrevistas com os profissionais de nutrição e de assistência técnica rural. Para garantir o fluxo do trabalho de campo, foi solicitado o apoio institucional de dois órgãos superiores à gestão municipal, lotados na SAA-SP. Assim, se obteve o auxílio estadual com a Declaração de Anuência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), autorizando a realização de entrevistas com os técnicos das Casas de Agricultura. Conseguiu-se, também, a Declaração de Anuência da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO), com ação municipal e regional, e interface à temática da pesquisa, responsável pelo Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) e o CONSEA.

A meta prevista para o número de entrevistas a serem realizadas deveria chegar a, aproximadamente, 50 entrevistas. A intenção era alcançar todos os profissionais das áreas de nutrição e assistência técnica e extensão rural (ATER) dos municípios selecionados, estipulando-se em 02 (duas) entrevistas em cada localidade, o que totalizaria 16 (dezesseis) entrevistados. Para os agricultores familiares, foco da investigação, estipulou-se a meta de 40 entrevistas. A proposta era realizar 05 (cinco) entrevistas em cada município, sendo 03 (três) agricultores participantes do PNAE e 02 (dois) agricultores ausentes no programa. Para os agricultores familiares previu-se, também, que o tamanho da amostra levaria em conta os critérios da abordagem qualitativa com a saturação dos discursos sobre os temas inquiridos.

Durante as visitas aos municípios procurou-se aproveitar a presença em eventos, reuniões de Chamada Pública ou visitas a propriedades agrícolas, para uma aproximação com os agricultores da região. Os contatos - sem o uso do roteiro de entrevistas - permitiu observar e aprofundar a compreensão da dinâmica do cotidiano dos agricultores familiares, seu modo de vida, seus pensamentos e trabalho¹⁸. Igualmente, foram consideradas as observações e impressões adquiridas em contatos aleatórios (BRANDÃO, 2007) com moradores e pessoas referência nos municípios, sobretudo, comerciantes locais. Somam-se, ainda, duas entrevistas com funcionários da área de licitação e contratos das prefeituras.

5.4.5.1. Instrumento de coleta: eixos e dimensões do roteiro de entrevistas dos profissionais nutricionistas e de assistência técnica e extensão rural

No transcorrer das entrevistas, previamente agendadas por email e telefone, com os profissionais de ATER e do setor de nutrição responsável pelo PNAE, procurou-se atentar para outros possíveis enfoques levantados pelos informantes sobre a realidade estudada e não previstos na elaboração do Roteiro semiestruturado de Entrevistas (LEGARD et. al., 2003; FLICK, 2009b; SILVERMAN, 2009; KAUFMANN, 2011). A realização dessas entrevistas subsidiou a compreensão das configurações geográficas municipais e a caracterização geral dos agricultores. Essas informações admitem esboçar considerações de base territorial que podem servir de reflexão e orientação aos demais entes municipais. O procedimento para

¹⁸ As visitas informais, sem o objetivo de aplicar o roteiro de entrevista, aconteceram, principalmente, no município de São Luis do Paraitinga. Em algumas ocasiões acompanhou-se o trabalho sobre a cultura popular caipira do pesquisador independente e youtuber, Francisco Lacaz Ruiz (Chico Abelha).

delinear o perfil dos gestores locais, partiu de indagações com base em três variáveis comuns às duas categorias entrevistadas, conforme os roteiros em Anexos:

- a) O local de residência do entrevistado (no próprio município de atividade profissional, ou em outro município);
- b) A formação acadêmica do entrevistado (somente curso de graduação, ou com curso de especialização e pós-graduação);
- c) O tempo de exercício profissional na presente área de atuação na prefeitura.

De modo a compor um quadro geral, os três pontos iniciais foram analisados e, então, cruzados com algumas peculiaridades subjetivas, extraídas dos depoimentos dos entrevistados e, também da observação de campo em reuniões e visitas. A ideia central foi coletar informações com pistas à compreensão do cenário mais favorável a uma maior articulação intersetorial e interinstitucional e, conseqüentemente, o fortalecimento do capital social local, conforme os seguintes ângulos de inquirição:

- A administração municipal inclui, ou não, o planejamento, trabalho e avaliações conjuntas, permanentes e intersetoriais, envolvendo os responsáveis técnicos das áreas de Licitação e Contratos; Educação; Agricultura, Saúde e Meio Ambiente;
- Quais são os setores da prefeitura a coordenar e participar de reuniões das chamadas públicas PNAE - recebimento e avaliação das propostas do Projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar;
- A participação do gestor é *ativa*, ou *inativa*, em fóruns locais de atuação abertos ao diálogo intersetorial, interinstitucional, com a presença da sociedade, tais como: comissões, grupos de trabalho e conselhos municipais;
- Os profissionais de nutrição possuem relação de proximidade e conhecimento da realidade dos agricultores familiares locais, apresentando facilidade ou dificuldade em relatar as características locais da atividade;
- Os profissionais de assistência técnica e extensão rural do município têm como alvo principal o trabalho da organização social dos agricultores familiares e sua inserção no mercado institucional.

Questões que nortearam as entrevistas com os gestores públicos das áreas de nutrição e assistência técnica rural.

Fonte: organizado pela autora, 2017.

5.4.5.2. Instrumento de coleta: eixos e dimensões do roteiro de entrevista dos agricultores familiares.

A consolidação do contato com os agricultores familiares para viabilizar as entrevistas norteadas por roteiro de perguntas, e/ou estabelecer diálogos informais com o intuito de conhecer as unidades de produção agrícola, embasou-se nos seguintes procedimentos:

- a) A abordagem direta em locais públicos: os agricultores presentes em eventos na Câmara Municipal, reuniões, chamadas públicas do PNAE, entrega da merenda na prefeitura, ou em áreas de comercialização da produção (feiras e mercado municipal);
- b) A indicação de terceiros: sugestão de agricultor, gestor público ou referência local;
- c) As visitas à roça: guiada por pessoas familiarizadas com a localização das unidades de produção (agricultor, técnico ou pesquisador), e antecedida por contato telefônico.

Durante a interação procurou-se criar um ambiente amistoso e de confiança para que o entrevistado se sentisse confortável para fazer questionamentos e interrupções durante a entrevista (LEGARD et. al., 2003; ROSA e ARNOLDI, 2006: 88; BRANDÃO, 2007; KAUFMANN, 2011). A partir de reflexões sobre o contato inicial com os agricultores é possível fazer algumas ponderações. Em época marcada, cada vez mais, por escasso convívio social presencial, e diminuto tempo livre para a realização de tarefas não previstas pelos agricultores, urge enfatizar que todos foram atenciosos, colocando-se bastante disponíveis à pesquisadora. Prevaleceu à abertura e a receptividade por parte da maioria dos agricultores abordados. Todavia, os agricultores tradicionais, já consolidados na atividade, demonstram maior abertura para a recepção, incluindo visitas à roça sem agendamento anterior. Por outro lado, em algumas das tentativas de encontro com os agricultores com menor experiência na terra, sobretudo da RMSP, a pesquisadora se deparou com maior dificuldade em agendar as entrevistas. Em todas as ocorrências de entrevistas realizadas, houve a colaboração com o fornecimento de dados pessoais (telefone e endereço) e a prontidão em apresentarem as práticas cotidianas no campo.

Paralelamente, houve a obtenção de outras informações de campo em decorrência de diálogos mais concisos com agricultores familiares que não foram formalmente entrevistados.

Figura 00 – Questões que nortearam as entrevistas com os agricultores familiares.

Fonte: Organizado pela autora com base em entrevistas de campo, 2018.

5.5. Síntese dos levantamentos de campo

Foram efetuados, aproximadamente, 62 (sessenta e dois) dias de trabalho de campo nos 08 municípios selecionados. A permanência nos municípios visitados variou de 01 (um) a 03 (três) dias de estadia, correspondendo a 32 (trinta e duas) viagens realizadas. Somando-se os entrevistados de nutrição e assistência rural alcançou-se um total de 17 entrevistas. Cada um dos encontros com os técnicos de ATER e nutrição, realizado separadamente, variou entre 50 minutos a 3 horas de duração. O resultado foi a obtenção de material de áudio bastante denso para a transcrição e análise, ultrapassando 40 horas de entrevistas com os gestores.

Deste modo, alcançou-se a meta de aplicação de roteiro semiestruturado junto a 08 nutricionistas responsáveis pelo PNAE, com mais de 15 horas de gravação. Em relação à assistência técnica e extensão rural, há por volta de 25 horas de gravação. Em duas situações ultrapassou-se a meta de 01 entrevista por município, realizando-se outras 02 entrevistas, respectivamente, ao incluir dois outros gestores. Em apenas um município (Tapiraí), dadas as limitações de agenda (pesquisador/entrevistado) não se efetivou a entrevista, apesar do contato presencial. Por outra parte, em dois municípios (São Luis do Paraitinga e Tapiraí), se realizou 02 entrevistas, inicialmente, não previstas no projeto, em razão da necessidade do diálogo com o setor de licitação e contratos das prefeituras.

A dinâmica das visitas e entrevistas com os agricultores familiares é bastante distinta daquelas realizadas com os gestores públicos que trabalham na área central das cidades. Assim, em grande parte dos municípios foi obtido um rico acervo de contatos com a indicação (por terceiros) de produtores rurais e, até mesmo, o aceite dos próprios sujeitos via telefone ou, pessoalmente, quando se esteve presente em reuniões, audiências e chamadas públicas. As **Fotos 01, 02, e 03** ilustram um desses momentos favoráveis aos contatos com agricultores.

Entre os obstáculos ao alcance das metas propostas estão, por exemplo, a compatibilização do horário e dia sugerido pelo entrevistado, em função do calendário agrícola, com o cronograma de viagens. Outra dificuldade diz respeito à chegada ao próprio local do sítio e moradia dos agricultores. Encontram-se tanto a precariedade das estradas rurais, sobretudo, em dias de chuvas e o difícil acesso de carro popular às essas áreas, como os desafios para localizar o sítio e moradia dos agricultores. De praxe não há sinal de GPS, há apenas a indicação verbal ou o apoio dos extensionistas das Casas de Agricultura.

Todavia, o maior desafio foi compatibilizar o ‘tempo exíguo’ para elaboração da tese com o ‘tempo disponível’ e hospitalidade oferecidos pela maioria dos agricultores. Em muitas

situações, para garantir a confiança dos entrevistados, e a obtenção de material de campo mais rico, é necessário um ‘tempo extra’ para dialogar com os agricultores bastante receptivos em receber visita, mostrar a área de produção agrícola, e prostrar sobre assuntos diversos. A intensidade do dia de campo partilhado junto aos agricultores ultrapassaram, em muitos casos, aquelas 2 (duas) horas previstas para cada diálogo e o próprio escopo da pesquisa¹⁹.

Realizaram-se, aproximadamente, 20 entrevistas com o registro e gravação do roteiro. Duas dessas entrevistas ocorreram na área central das cidades. Possui-se acima de 60 horas de material de gravação com os agricultores²⁰. Somam-se a isto, outras diversas visitas sem a aplicação do roteiro. Nesses casos, os diálogos concisos, ou abertos à vivência mais intensa com visitas à área de produção agrícola, foram essenciais para unir informações, de modo a caracterizar os locais estudados; e, verificar as hipóteses acerca da complexidade da vida no campo e da diversidade de situações na produção de alimentos do estado de São Paulo.

A despeito das dificuldades citadas, foram feitas 25 visitas às propriedades rurais, 01 entrevista com Presidente de Associação de Produtor Rural; 02 visitas à sede de Cooperativas de agricultores. Em um município a visita à Cooperativa aconteceu por convite do presidente cooperado por ocasião de nossa presença em reunião de Chamada pública, e sem a ocorrência de agendamento prévio. No segundo caso, ao contrário, havíamos agendado com antecedência a visita, porém, na data da entrevista, a Presidente da Cooperativa não pode nos atender em razão de receber, também, outros visitantes na Cooperativa. Houve a disposição de a cooperada nos atender, posteriormente, todavia, em outras ocasiões, surgiram outras limitações (chuvas e estradas inviáveis para chegar ao sítio, problemas de saúde na família da entrevistada e agenda preenchida da pesquisadora) impediram a realização do encontro.

¹⁹ O antropólogo e pesquisador, Carlos Rodrigues Brandão, que fez palestra durante a programação da Festa do Divino, em São Luis do Paraitinga, em 2017, possuidor de imensa experiência em pesquisa participativa nos ajuda a pensar sobre as estratégias empregadas pelo pesquisador ao iniciar os trabalhos de campo. Um áudio com depoimentos do autor sobre a pesquisa etnográfica, gravado da década de 1980, foi transcrito e publicado como artigo na Revista Sociedade e Cultura (2007).

²⁰ Uma parte desta rica vivência foi registrada em imagens fotográficas e pequenos vídeos, produtos que poderão ser divulgados em futuras publicações e/ou apresentados em eventos científicos.

**Agricultores da COOPERJUQUI em Audiência Pública na Câmara Municipal dos
Vereadores de Juititaba-SP – 2017**

Foto 01: Na primeira fileira, terceira cadeira, D. Satiko, Presidente da Cooperativa de Agricultores de Juititaba. Ao seu lado direito, o agricultor José que foi Coordenador da Secretaria Municipal de Agricultura.

Foto 02: Vereadores de Juititaba decidem sobre concessão de terreno, Juititaba- SP.

Foto 03: Agricultores acompanham a audiência pública para a aprovação da concessão de terreno municipal à instalação da sede da Cooperativa de agricultores.

6. AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA SAÚDE GLOBAL

Há tempos, cientistas e pensadores de muitos ramos do conhecimento e atuação no cotidiano põem em discussão, direta ou indiretamente, as mazelas ambientais, sociais, físicas e espirituais que persistem com o imperativo da maximização dos lucros na economia neoliberal capitalista (MARTINEZ-ALIER, 1998; SANTOS, 2001; BREILH, 2006, 2010; SOUSA SANTOS, 2006; HARVEY, 2007, 2008, 2011; MÉSZÁROS, 2011ab; MORIN, 2015). Constatar a crise estrutural mundial do modelo hegemônico de produção e desenvolvimento econômico estimula a investigar as ações em curso destinadas a construir outros horizontes ao futuro. Como adverte David HARVEY:

Quanto mais se reconhece o neoliberalismo como um projeto falido ou até como um falso projeto utópico, a disfarçar uma tentativa bem sucedida de restauração do poder de classe, mais se criam as condições para a ressurgência de movimentos de massa defendendo demandas políticas igualitárias, buscando a justiça econômica, o comércio justo e uma maior segurança econômica e democratização (HARVEY, 2007: 28).

No Brasil, o trabalho de Josué de Castro (1957), em meados do século XX, já alertava para as origens sociais, políticas e econômicas da fome, expressão das desigualdades socioespaciais na sociedade. De lá pra cá os problemas globais adquiriram novos contornos, com as mudanças no perfil epidemiológico e nutricional da população brasileira em geral, apontando para a agudização de doenças crônicas decorrentes de alterações nos hábitos alimentares, um dos resultados da feição perversa do capitalismo na era da globalização.

Nesta seção, problematizamos a *questão alimentar* a partir da aproximação entre produção agrícola e saúde em suas especificidades nos dias atuais. O cenário intelectual emergente com a passagem conceitual da *saúde internacional* à *saúde global* corresponde ao panorama em que se propõe enfatizar a agricultura e a alimentação de qualidade como categorias analíticas a explicitar algumas características da dinâmica maior da determinação social geradora das desigualdades em saúde. No escopo da investigação estão a complexidade da noção de saúde e a menção às contradições sociais do sistema capitalista, com repercussões negativas à saúde humana e ambiental, em especial à segurança alimentar e nutricional.

Adota-se como princípio basilar o significado de *saúde como direito humano universal*, incluindo a alimentação como uma das dimensões a serem priorizadas à plenitude da vida. Os dados da Organização Mundial de Agricultura e Alimentação sobre o estado de

insegurança alimentar no mundo (FAO, 2017) instiga a interpretar a saúde-doença do ponto de vista de autores críticos do *sistema agroalimentar* dominante. Neste sentido, amparamo-nos nas contribuições da área multidisciplinar de investigação científica nomeada por *saúde global* e, também, em reflexões e pesquisas aderentes aos campos da epidemiologia crítica, saúde coletiva, e da alimentação e nutrição, que são sensíveis ao diálogo com a perspectiva do uso social do território à produção agrícola.

6.1. O Sentido de Saúde: Aportes Teóricos para Pensar a Questão Alimentar

O aceso à medicina e o direito à saúde deveriam estar inscritos entre os direitos fundamentais e integrados entre os maiores problemas da política internacional (MORIN, 2015: 227).

Desde o pós-guerra mundial, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a aceção usual da palavra *saúde* corresponde ao chamado ‘*bem-estar físico, psíquico e social*’ com o intuito de anunciar a condição ideal a ser alcançada às populações, sobrepujando a condição estrita de ausência de doenças. Todavia, a densidade epistemológica do conteúdo subjacente à definição de *saúde* acompanha a história humana e é ensejo para instigantes debates no círculo científico (ALMEIDA FILHO, 2011; CZERESNIA, MACIEL e OVIEDO, 2013; BREILH, 2006).

No século XXI, permanece o dissenso entre as várias correntes do pensamento científico e acadêmico e, também, entre técnicos de órgãos públicos, representantes em organismos internacionais e fóruns da sociedade civil organizada em relação ao significado de saúde²¹. Não obstante as extraordinárias sofisticacões tecnológicas no campo da medicina ocidental, as controvérsias teórico-metodológicas sugerem que não há um único sentido ou percurso que poderia garantir um completo estado de saúde aos indivíduos ou coletividades.

Capra e Luisi em seu livro *A visão sistêmica da vida* (2014) asseveram a conexão dos principais problemas contemporâneos - mudanças climáticas, energia, meio ambiente e segurança alimentar - e nos convidam a pensar os sentidos de saúde, perante a alusão a dois

²¹ “Não há uma descrição do que seja saúde passível de ser generalizada e aplicada como um modelo, isto é, podemos dizer que não há um conceito de saúde cientificamente fundamentado” ... Os sentidos da saúde e da doença na vida de cada pessoa são relativos a uma experiência, uma história singular, e não podem ser inteiramente expressos pela linguagem. (CZERESNIA, MACIEL, OVIEDO, 2013: 11-14)

grandes enfoques relativos ao tema. Ao pensamento mecanicista e convencional da ciência e da saúde, eles contrapõem a proposta de uma *visão sistêmica da saúde*.

Segundo os autores, do ponto de vista da primeira abordagem, a visão biomédica, tem havido uma maior eficiência em relação aos feitos das inovações tecnológicas:

Diagnósticos aperfeiçoados e obtidos com a ajuda de computador, uma farmacologia enormemente expandida e novas técnicas cirúrgicas minimamente invasivas – todas as quais, no entanto, aumentaram extraordinariamente os custos da assistência à saúde e são frequentemente criticadas por serem aplicadas sem suficiente discriminação (CAPRA e LUISI, 2014:)

Contudo, por múltiplas razões emanam insatisfações com os alcances da presente medicina científica biomédica²². Surgem indagações bioéticas do limite entre preservar incondicionalmente a vida ou poupar o doente de sofrimentos advindo dessa prolongação (MORIN, 2015)²³. E, ao reconhecer as contribuições na área da genética requer, como adverte o médico equatoriano James Breilh (2006), evitar a armadilha do determinismo biológico:

O fascinante campo da investigação genética constituiu, sem dúvida, um dos pilares do avanço científico no campo da saúde, mas constitui também um poderoso campo de mistificação e confusão interpretativa. Já se vão muitos anos que se pretende utilizar as descobertas genéticas para resistir aos avanços da interpretação social da causalidade das doenças e converter esse mesmo recurso formidável num refúgio para o determinismo biológico (BREILH, 2006: 157).

Outros problemas de ordem ética e política atrelada à medicina moderna dizem respeito à inacessibilidade aos serviços médicos pelos altos custos que representam à grande parcela da população. Neste sentido, é importante frisar que vivemos a era da civilização técnica, que tem por característica atribuir um papel central às inovações tecnológicas de base científico-industrial a todas as esferas da vida humana. Como demonstra Santos (2000)²⁴

²² Em relação à imposição da medicina ocidental sobre os demais saberes na saúde, Morin (2015: 213) enfatiza: *... se difundiu em todos os continentes, relegando a medicina tradicional ao status de práticas antiquadas e até mesmo ilusórias*. Porém, o autor observa a valorização de outras práticas: *as medicinas tradicionais eclipsadas pelo avanço da medicina ocidental encontram-se em vias de renascimento e mesmo de expansão em seu país de origem e até mesmo no Ocidente* (2015: 229).

²³ A ênfase dos investimentos na etapa da manifestação da doença, a despeito de suas origens, reduziu a totalidade da expressão do paciente a um único órgão (CAPRA e LUISI, 2014; MORIN, 2015). Todavia, justamente em razão da proeminência das especializações e atenções à genética, se constataram limitações nesse campo da saúde *“... há imensa lacuna entre a capacidade para identificar os genes envolvidos no desenvolvimento de uma doença e a compreensão de sua função precisa”* (CAPRA e LUISI, 2014: 400).

²⁴ *Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse*

trata-se, na verdade, de sistemas técnicos - as técnicas não surgem isoladas - havendo hoje, por singularidade, a unicidade das técnicas em razão do poder de difusão da informação.

Assim, de maneira semelhante às incessantes modernizações nas várias etapas que sustentam a produção agrícola e a disponibilidade de alimentos, também, o enfoque da saúde é influenciado por esta junção e interdependência do sentido e fazer técnico em saúde com os novos conhecimentos técnico-científicos (diagnóstico e tratamento). Os problemas decorrem da concentração de poder em grandes corporações e a exacerbação do mito do progresso que enquadra todo e qualquer posicionamento de precaução em relação à excessiva medicalização e dependência tecnológica da medicina como reacionárias (DUPAS, 2006: 172).

Por outro lado, de acordo com a *visão sistêmica de saúde*, a segunda perspectiva levantada por Capra e Luisi (2014), evidencia os desafios implícitos à tentativa de definir e delimitar o que é saúde, em última instância ligada à própria compreensão da vida:

Uma concepção alternativa de saúde, baseada na visão sistêmica da vida, começa com a constatação de que é impossível obter uma definição precisa de saúde. A razão disso é que a saúde, em grande medida, é uma experiência subjetiva, cuja qualidade pode ser conhecida intuitivamente, mas nunca pode ser exaustivamente descrita ou quantificada. A saúde é um estado de bem-estar que surge quando o organismo funciona de uma certa maneira (CAPRA e LUISI, 2014: 403).

Deste modo, orientados pela ideia da natureza subjetiva, relativa e processual para definir o conceito de saúde, os autores (CAPRA e LUISI, 2014) mostram que, na visão sistêmica, a saúde nunca é uma questão definitiva:

Uma vez que a condição de uma pessoa sempre dependerá do ambiente natural e social, não pode haver nenhum nível absoluto de saúde independente desse ambiente. As mudanças contínuas do próprio corpo em relação ao ambiente em mudança incluirão naturalmente fases temporárias de saúde deficiente, e muitas vezes será impossível traçar uma linha nítida entre saúde e doença. (CAPRA e LUISI, 2014: 404)

comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico (SANTOS, 2001: 25).

Os limites do pensamento cartesiano são revelados, mais uma vez, por autores na linha de investigação da epidemiologia crítica²⁵, como as contribuições do pesquisador Jaime Breilh:

Em anos recentes, tornaram-se mais visíveis as restrições do pensamento científico convencional, que tende a reduzir a saúde de três maneiras: a) reduzir a saúde à doença e ao individual; b) reduzir a realidade em saúde ao plano único dos fenômenos empiricamente observáveis; c) atribuir o movimento dessa realidade à simplicidade unidimensional de uma ordem mecanicamente determinada por leis deterministas. (BREILH, 2006: 40)

Deste modo, a proposta de investigarmos a questão alimentar na fase da globalização, compreendendo-a como uma das dimensões para explicar a saúde-doença, corrobora com as abordagens que consideram este fenômeno como decorrente de processos sociais dinâmicos, adotando uma perspectiva histórica, ressaltando a multiplicidade de fatores e os conflitos adjacentes ao tema (BREILH, 2006, 2010; BARATA, 2009; ALMEIDA FILHO, 2011; CZERESNIA, MACIEL e OVIEDO, 2013; CAPRA e LUISI, 2014; MORIN, 2015)²⁶.

A temporalidade e, também a espacialidade, constituem os componentes que explicam as diferentes conotações culturais atribuídas à saúde e doença, conforme destacam Czeresnia, Maciel e Oviedo (2013):

Conceitos de saúde e de doença mudam no decorrer da história, bem como as maneiras de compreender os processos de adoecimento e recuperação pela ação terapêutica. Transformações no conceito e na experiência se retroalimentam, organizando e legitimando práticas e instituições. A valorização da saúde e o tratamento dedicado às doenças compõem a história das sociedades de maneiras distintas em razão dos sistemas culturais vigentes, e atuam na constituição de modos particulares de ver o próprio corpo e relacionar-se com o mundo (CZERESNIA, MACIEL e OVIEDO, 2013: 29).

²⁵ Breilh (2006: 209) define a epidemiologia crítica como: “... disciplina que se define como contra-hegemônica, o que significa que coloca o seu arsenal de maneira a lutar contra a inequidade, e que se coloca a serviço do fortalecimento ou ‘capacitação’ (empowerment) da subjetividade dos subalternos e explorados, bem como dos planos formas organizacionais e culturais que atendem a seus anseios históricos”.

²⁶ A Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), centenária instituição pública de pesquisa, ciência e inovação, é referência mundial na área de saúde pública e coletiva. Da Editora Fiocruz há uma abundância de publicações sobre a questão da saúde, dos quais se sugere a leitura de quatro títulos a instigar o debate interdisciplinar sobre o sentido histórico de saúde associando-o às desigualdades, inequidades e sujeitos coletivos. No livro *O que é saúde?* (2011), do médico epidemiologista Naomar Almeida Filho, há uma rica síntese sobre o fenômeno saúde-doença de uma perspectiva histórico crítica. Da professora Rita B. Barata, *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde* (2009) trata a dimensão coletiva do processo da saúde-doença e traz a categoria de classes sociais, fundamental para explicar as diferenças sociais que acometem a saúde dos indivíduos. O livro *Os sentidos da saúde e da doença* (2013), dos pesquisadores Czeresnia, Maciel e Oviedo, contribui valiosamente para a compreensão da historicidade do conceito de saúde. E, do médico equatoriano Jaime Breilh, *Epidemiologia Crítica* (2006) constrói as bases teóricas para pensar a saúde de outro ponto de vista, o olhar da *epidemiologia contra hegemônica*, articulando-a um projeto emancipador com a construção coletiva do saber.

Os enfoques conceituais de saúde ultrapassam, então, o campo das ciências biológicas e médicas, emergindo novas questões elaboradas no interior das ciências sociais e humanas de forma a ampliar o debate filosófico científico (MORIN, 2015). Como adverte Almeida Filho:

... a saúde é um problema simultaneamente filosófico, científico, tecnológico, político e prático. Diz respeito a uma realidade rica, múltipla e complexa, referenciada por meio de conceitos, apreensível empiricamente, analisável metodologicamente e perceptível por seus efeitos sobre as condições de vida dos sujeitos (Almeida Filho, 2011: 15).

Igualmente, a visão sistêmica da saúde caracteriza as doenças a partir da compreensão do processo dinâmico das desordens e da análise multidimensional dos fenômenos, o que inclui as dimensões biológicas, cognitivas, sociais e ecológicas da vida. O equilíbrio é sempre efêmero e envolve os aspectos físicos e psicológicos do organismo. Assim, a partir de um conjunto de práticas de cura e assistência à saúde, orientada pela visão sistêmica, surge a *medicina integrativa*, uma nova disciplina que, na apreciação dos autores, está ligada à manifestação da agricultura sustentável (CAPRA e LUISI, 2014: 404-418).

Tal fato nos remete a uma interpretação multidisciplinar da realidade, revelando a interdependência entre os vários fatores a explicar a saúde-doença de acordo com o recorte histórico-espacial. Hawkes investigando no campo da alimentação e nutrição salienta uma agenda política que tenha por foco pesquisas interdisciplinares que desvendem as relações entre a produção agrícola, disponibilidade, acesso e qualidade dos alimentos para compreensão do perfil das enfermidades (HAWKES, 2006ab; 2015; HADDAD et al. 2016).

A qualificação do sentido histórico de saúde, fundamentado por um ponto de vista crítico das origens, causas, percepções e soluções em relação à saúde-doença põe em relevo a necessidade de olhar para a totalidade da vida. Do exposto afirma-se, então, uma concepção abrangente de *saúde* que permite observar os múltiplos ângulos dos fenômenos que incidem sobre a qualidade da vida, associando-os às características peculiares das relações sociais que ocorrem a cada fase histórica, tal como nos lembra o pesquisador J. BREILH (2006):

Existe em cada formação social uma diversidade de grupos que mantêm relações entre si, as quais são determinantes de seus modos de vida. No seio dos modos de vida grupais ocorrem estilos de vida singulares ou individuais. São relações de poder que discriminam os grandes contrastes entre os modos e estilos de vida dos grupos situados nos pólos sociais de uma sociedade, bem como a capacidade de produção e negociação que tem os grupos para reprodução de sua vida em determinadas condições (BREILH, 2006: 208-209).

Da ótica da economia se depreende a análise que sublinha a pobreza e a desigualdade social como aspectos que despojam a liberdade de escolha dos indivíduos às práticas à saúde. O economista Amartya Sen mostra que a privação de capacidades elementares, como a condição causada pela pobreza, pode refletir-se “... *em morte prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente...*” (SEN, 2000: 35).

Almeida Filho (2009) e Breilh (2006) enfatizam a importância de compreender a dinâmica social que dá origem aos determinantes das desigualdades sociais em saúde. Os autores acentuam, especialmente, a categoria de ‘inequidade’ para revelar as raízes do processo que resulta no acesso desigual à saúde:

.. mais importante que formalizar rigorosamente métodos para medir desigualdades em saúde certamente será compreender suas raízes e determinantes. Precisamos conhecer a dinâmica da determinação social das desigualdades, inequidades e iniquidades em saúde para sermos mais eficientes no sentido de superá-las. (NAOMAR FILHO, 2009: 367)

A inequidade não se refere à injustiça na repartição e no acesso, mas ao processo intrínseco que o gera. A inequidade alude ao caráter e ao modo de devir de uma sociedade que determinam a repartição e o acesso desiguais (desigualdade social) que são sua consequência. Essa distinção é importantíssima, porque, se nossa análise estratégica se mantivesse no nível da desigualdade, reduziríamos ou desviaríamos nosso olhar para os efeitos, ao invés de focar seus determinantes (BREILH, 2006: 210).

Assim, torna-se imperativo compreender a dinâmica social e suas repercussões na saúde humana e ambiental que se originam na agricultura, por um lado, bem como no processo destinado a garantir o consumo alimentar. Portanto, ao se propor o estudo de uma experiência de política pública de caráter intersetorial como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), parte-se da ideia de seu potencial para desencadear o debate sobre o uso social da terra para produção de alimentos e o acesso universalizante à alimentação saudável. Tem-se a expectativa que essas variáveis colaborem para pensar as determinações sociais em saúde, destacando um caminho voltado a construir mais justiça, igualdade e equidade social.

6.2. Saúde Global e os Determinantes Sociais Em Saúde: A Agricultura e a Alimentação

O processo da globalização é o motor da evolução do termo “Saúde Global”, que carrega desafios e oportunidades no campo da saúde. Saúde Global pode ser compreendida ao mesmo tempo como uma condição, uma atividade, uma profissão, uma filosofia, uma disciplina ou um movimento (FORTES e RIBEIRO, 2014: 29).

Neste início de século, as contradições sociais da conjuntura internacional parecem favorecer a consciência e o compartilhar de problemas comuns, considerando o respeito às particularidades e necessidades dos Estados nacionais, no desenho de políticas e programas intersetoriais que interligue a saúde e o território com a alimentação e nutrição. Em cenário de construções teórico-científicas no campo da saúde, se dá a passagem do uso da terminologia ‘saúde internacional’ para a emergência do campo disciplinar da ‘saúde global’. E, como nos lembram Frenk e Gómez-Dantés (2007), primeiramente urge distinguir esses conceitos²⁷.

A saúde global²⁸ - termo que ganha evidência no final do século XX - responde, por um lado, a necessidade de interpretar em novas bases teórico-conceituais a enorme magnitude dos impactos do processo de globalização neoliberal na saúde pública mundial. De outro lado, trata-se de novo paradigma científico para compreensão da questão da saúde ao nível mundial (KOPLAN et al., 1993; DODGSON et al., 2002; KICKBUSCH, 2002; BROWN et al., 2006; FRENK e GÓMEZ-DANTÉS, 2007; KAWACHI e WAMALA, 2007; GOSTIN, 2008; FORTES e RIBEIRO, 2014; RIBEIRO, 2016).

... Saúde ‘internacional’ era um termo usado com considerável frequência já no final do século XIX e no início do século XX, e referia-se especialmente a um foco no controle de epidemias ultrapassando fronteiras entre nações, ou seja, ‘internacionalmente’. ‘Intergovernamental’ se refere às relações entre governos de nações soberanas, neste caso com relação às políticas e práticas de saúde pública. Saúde ‘global’, em geral, indica a consideração das necessidades de saúde da população de todo o planeta, acima dos interesses de nações em particular. O termo ‘global’ também é associado à crescente importância de atores para além de agências e organizações governamentais e intergovernamentais – por exemplo, a mídia, fundações influentes internacionalmente, corporações transnacionais.

²⁷ Frenk & Gómez-Dantés citam três grandes tendências à saúde pública internacional do século XXI em razão das intensas transformações no mundo: “a) la creciente transferencia internacional de riesgos y oportunidades para la salud; b) el mayor pluralismo en la arena de la salud internacional, con una acelerada multiplicación del número de actores, y c) el papel cada vez más crítico de la salud dentro de la agenda del desarrollo económico, la seguridad global y la democracia (FRENK & GÓMEZ-DANTÉS, 2007: 157).

²⁸ *Todavía, deve-se considerar que não há consenso sobre o que seja Saúde Global, nem uma única definição, e seu campo de ação tem limites imprecisos (FORTES e RIBEIRO, 20: 29).*

Logicamente, os termos ‘internacional’, ‘intergovernamental’ e ‘global’ não são mutuamente excludentes e, de fato, podem ser entendidos como complementares (BROWN et al., 2006: 624-625).

Desde a intensificação dos intercâmbios internacionais no início do século XX, os debates e preocupações a propósito da saúde em esfera mundial estiveram, inicialmente, entorno das doenças transmissíveis dos países em desenvolvimento e nas atividades de assistência técnica a esses países (DODGSON et al., 2002; FRENK e GÓMEZ-DANTÉS, 2007; FORTES e RIBEIRO, 2014; RIBEIRO, 2016).

Desde que se acuñó, alrededor de 1913, el término “salud internacional” se identifico casi exclusivamente con el control de epidemias en puertos y fronteras, y con las necesidades de salud de los países pobres, que se asumían como amenazas. No es de extrañar, por lo tanto, que las actividades de salud internacional se catalogaran como asistencia y defensa, y se diseñaran e implantaran a través de perspectivas unilaterales.

La agenda de la salud internacional también se vio influida por la idea de que la mayor parte de las necesidades de salud podría enfrentarse a través de intervenciones técnicas y no como problemas que tienen fuertes componentes conductuales, culturales, políticos y económicos (FRENK e GÓMEZ-DANTÉS, 2007: 161-162).

Todavia, diante do avançar do processo de globalização, o século XXI traz novos desafios, novos atores e a necessidade de conceituar a saúde em âmbito mundial incorporando as características ulteriores do período²⁹. Assim, o termo *saúde global*, empregado pela primeira vez nos anos de 1950 ainda aparece identificado fortemente com os problemas internacionais do ponto de vista estritamente médico e tecnológico. Daí autores como Dodgson et al. (2002) e Frenk e Gómez-Dantés (2007) convocarem a pensar os novos conteúdos para definir a saúde global reconhecendo-a como um campo de conhecimento e um âmbito de ação que inclui novos atores a exigir uma governança interdisciplinar:

Su característica distintiva es el tipo de población, que son los miembros de la comunidad mundial: las naciones, los estados, las agencias multilaterales, las instituciones filantrópicas, las corporaciones trasnacionales, los centros académicos y las organizaciones de la sociedad civil. Como campo de conocimiento, la salud global supone el estudio interdisciplinario del proceso de salud-enfermedad en el nivel

²⁹ “Dada su creciente relación con áreas críticas de la política internacional, la salud puede ahora promoverse no sólo como un objetivo deseable en sí mismo, sino también como una fuente de seguridad global, un determinante del desarrollo y un instrumento para el buen gobierno. Sin embargo, para que esta visión pueda materializarse es necesario renovar el pensamiento y la acción en materia de cooperación internacional en salud. Si hoy hay más interés que nunca en la salud global, debemos empezar por tener una clara concepción sobre lo que ese término significa y cómo se distingue de otros similares” (FRENK e GÓMEZ-DANTÉS, 2007: 161).

mundial y de las respuestas sociales que se generan para enfrentar dicho proceso (FRENK & GÓMEZ-DANTÉS, 2007: 162).

Frenk e Gómez-Dantés destacam, inclusive, a noção de ‘transferência internacional de riscos’ como o termo que, hoje, melhor define a saúde-doença em âmbito internacional, seja por motivo de epidemias ou estilos de vida. Torna-se cada vez mais nítido que o evento dos chamados *riscos* ocorre tanto de países pobres para os ricos como, também, no sentido inverso, dos países ricos aos pobres³⁰.

Os recentes estudos interdisciplinares, versando por uma pluralidade de enfoques e temáticas de análise, demonstram os esforços à construção do pensamento no âmbito da saúde global. De modo geral, os trabalhos partem do alargamento dos problemas comuns aos países em razão da aceleração do movimento internacional de pessoas ou bens e, portanto, a necessidade de pensar as consequências para a saúde ambiental e humana diante da economia globalizada (FORTES e RIBEIRO, 2014; RIBEIRO, 2016).

Neste sentido, sublinhamos a questão alimentar como problema de investigação a merecer a atenção no campo da saúde global. E, mais uma vez, nos apoiamos em Capra e Luisi (2014) para afirmarmos a importância das análises que associam a boa com métodos e práticas de produção agrícola:

“Essa revolução da saúde caminha de mãos dadas com um renascimento, em âmbito mundial, da agricultura sustentável, voltada para a comunidade e baseada no reconhecimento da interdependência fundamental entre um solo saudável, pessoas saudáveis e comunidades saudáveis” (CAPRA e LUISI, 2014: 418).

A proeminência de uma maior diversidade de atores diante da complexidade do mundo demanda a apreensão do cenário institucional mundial da saúde³¹ (KICKBUSCH e

³⁰ Para Marcos Cueto a expressão saúde global é “uma resposta racional aos problemas gerados pela globalização, como a emergência de novas doenças, num momento em que se formou um novo cenário epidemiológico e em que muitas infecções novas, como a Aids, incidiam igualmente sobre países ricos e pobres” (CUETO, 2015: 12).

³¹ Interessante observar, neste cenário, a mudança no caráter da Organização Mundial de Saúde (OMS) desde a sua criação até o presente. “A expressão ‘saúde global é, por vezes, apresentada como uma resposta puramente racional a eventos novos e ameaçadores na saúde pública, tais como epidemias internacionais atingindo tanto países ricos como países pobres, e a migração ilegal de populações. ..., essa expressão emergiu como parte de um processo histórico e político mais amplo, em meio a um debate ainda não resolvido sobre a direção que deve tomar a saúde pública, no contexto de uma ordem mundial neoliberal, no qual a OMS viu seu papel, antes dominante, ser desafiado, e começou a reposicionar-se no âmbito de um conjunto de alianças de poder em transformação” (BROWN, M. T.; CUETO, M.; FEE, 2006: 641). Para compreender as transformações no poder de coordenação da OMS - agência intergovernamental que desempenha funções internacionais com o objetivo de melhorar a saúde global – consultar, entre outros, os trabalhos de Brown; Cueto e Fee (2006); Cueto (2015).

BERGER, 2010) e o discernimento dos significados conceituais que representam os diferentes pontos de vista. Neste sentido, tal como já descrito em relação ao campo de estudos e práticas da saúde em geral, também, na área da *saúde global* se alinham duas grandes correntes do pensamento (FORTES e RIBEIRO, 2014; CUETO, 2015; RIBEIRO, 2016)³².

O historiador peruano, Marcos Cueto (2015), também, assinala a imprecisão do termo saúde global. Portanto, é preciso compreender que se trata de uma disciplina em construção:

A saúde global é um campo sem características e orientações completamente definidas. Creio que existem duas perspectivas de abordagem para a saúde global que têm vínculos com a história da saúde internacional. A primeira, como ênfase no uso de tecnologias modernas para controle de doenças, nos chamados à caridade dos doadores privados e no argumento de que programas eficientes de saúde pública são fatores essenciais ao crescimento econômico. A segunda promove reformas sociais com objetivo de reduzir desigualdades, como as existentes entre diferentes países e dentro dos países, e faz uma crítica à origem dessas injustiças sociais (CUETO, 2015: 16).

Desde fins do século passado, os estudos que estão centrados nos determinantes sociais da saúde³³ procuram mostrar os problemas que decorrem da maior interdependência entre os países, e o compromisso com a soberania dos Estados, reafirmando a perspectiva conceitual da *saúde global*, em relação à *saúde internacional*, em razão do novo caráter de *cooperação* atribuído aos atores no cenário da globalização: *la nueva salud global enfatiza la cooperación entre todos los actores en materia de educación, investigación y prestación de servicios de salud* (FRENK & GÓMEZ-DANTÉS, 2007: 163).

A saúde global se distingue, assim, como o meio para identificar as necessidades em saúde, mobilizar recursos e propor soluções ao nível internacional³⁴. Todavia, como já

³² BUSS e PELLEGRINI (2007) lembram que esse ambiente de conflito epistemológico perpassa toda área científica: *Apesar da preponderância do enfoque médico biológico na conformação inicial da saúde pública como campo científico, em detrimento dos enfoques sociopolíticos e ambientais, observa-se, ao longo do século XX, uma permanente tensão entre essas diversas abordagens.*

³³ De acordo com Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) “... os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Buss e Pellegrino (2007), destacam que é importante lembrar os inúmeros desafios que ensejam a discussão dos determinantes sociais em saúde: *O principal desafio dos estudos sobre as relações entre determinantes sociais e saúde consiste em estabelecer uma hierarquia de determinações entre os fatores mais gerais de natureza social, econômica, política e as mediações através das quais esses fatores incidem sobre a situação de saúde de grupos e pessoas, já que a relação de determinação não é uma simples relação direta de causa-efeito ... Outro desafio importante em termos conceituais e metodológicos se refere à distinção entre os determinantes de saúde dos indivíduos e os de grupos e populações, pois alguns fatores que são importantes para explicar as diferenças no estado de saúde dos indivíduos não explicam as diferenças entre grupos de uma sociedade ou entre sociedades diversas* (BUSS e PELLEGRINI, 2007: 81).

³⁴ ... *la salud global comprende el esfuerzo sistemático para identificar las necesidades de salud de la comunidad global y la organización de respuestas entre los miembros de esta comunidad para enfrentar dichas*

destacado anteriormente, procura-se trabalhar e inserir a questão alimentar de uma perspectiva mais abrangente. Neste sentido, considera-se a pertinência de críticas ao uso do conceito dos determinantes sociais³⁵:

En lugar de desarrollar un cuerpo conceptual y metodológico que permita entender la determinación social y construir las relaciones histórico sociales y procesos estructurales que entran en movimiento para determinar la salud, se disuelven esos procesos estructurales en la forma de factores, o digamos de ‘determinantes sociales de la salud’ (nuevo membrete pero la misma esencia), solo que mejor organizados en niveles (BREILH, 2010: 114).

Do exposto, constata-se de que não há uma única visão ou linha de trabalho sedimentada em *saúde global*. Neste sentido, empregamos nesta investigação uma interpretação de saúde global guiada a superar a ótica centrada em programas internacionais verticais, orientados tecnologicamente para doenças específicas, e trabalhar em uma abordagem integrada, reconhecendo a profunda interdependência entre a saúde, o desenvolvimento econômico, a boa governança e os direitos humanos (BIEHL e PETRYNA, 2014: 381-382).

Como destacam Biehl e Petryna (2014), e baseados em evidências etnográficas, a *saúde global* ainda é fortemente influenciada por uma perspectiva biomédica de resultados insuficientes. Portanto, ao investigar os determinantes sociais e políticos da doença-saúde, os autores propõem que os beneficiários das intervenções sejam ouvidos, participando do processo de construção de uma *saúde global centrada nas pessoas*. Os autores advertem que a “... doença é multifacetada e multiplamente determinada, as pessoas são seres plurais e não redutíveis às populações, e as realidades locais ainda moldam, restringem e orientam as intervenções (BIEHL e PETRYNA, 2014: 381-386).

Para Biehl e Petryna (2014), no local as pessoas expressam suas preocupações mais urgentes e comuns, revelando as intrincadas histórias humanas no tempo e no espaço. Portanto, os conhecimentos dos seres humanos em sua realidade são essenciais e devem estar no centro da reflexão e ação pública. Embora utilizando outro referencial teórico metodológico, é o que,

necesidades, incluyendo la formulación de políticas, la movilización de recursos y la implantación de estrategias (FRENK & Gómez-Dantés, 2007: 163)

³⁵ Diversos autores são críticos a ideia de determinantes sociais em saúde por reduzir os problemas de saúde à relação de causa-efeito. Para uma perspectiva crítica do tema veja o artigo de Breilh: *Las tres ‘S’ de la determinación de la vida 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud*. in Nogueira, R. N. (Org). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. Em uma das teses destacadas no artigo, o autor aponta que o modelo civilizatório e econômico atual são incompatíveis com o bem viver e os modos de vida saudável.

também, se buscou extrair das entrevistas realizadas com os sujeitos sociais envolvidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado de São Paulo, componente de investigação a ser tratado na segunda parte deste trabalho.

Assim, acreditamos que as características da produção e o consumo de alimentos devem ser um dos aspectos prioritários de investigação no campo da saúde global em razão de seus impactos e influências diretas na saúde das pessoas e no ambiente. Essas investigações poderão descortinar o cerne dos problemas atuais em saúde global que decorrem da própria estrutura material e político da atual fase capitalista que tem por traço a imposição de modelos hegemônicas à produção e o consumo alimentar.

6.3. Capitalismo Financeiro Neoliberal: Insegurança Alimentar e Insustentabilidade no Campo e na Cidade na Era da Globalização

... sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais (OLIVEIRA, 2015: 240).

O significado ampliado de saúde nos remete a pensar e agir sobre as condições socioespaciais e os modos de vida das populações, superando a ideia de saúde restrita à condição de ausência de doenças físicas e mentais. Daí, então, faz-se necessário o trabalho crítico que distinga com precisão os aspectos da realidade geradores de enfermidades e aponte os fatores favoráveis à promoção igualitária da saúde em nossa sociedade. Um das questões centrais a analisar nos dias atuais diz respeito à segurança alimentar e nutricional, o acesso permanente e regular à alimentação adequada.

No presente período histórico, as aceleradas transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais têm provocado incertezas diante do futuro da produção e consumo de alimentos no mundo. O advento das mudanças climáticas e crise hídrica, o uso predatório dos recursos naturais e a expansão desordenada da urbanização estão entre as preocupações a serem constantemente lembradas e que afetarão, em especial, as economias locais dos países pobres e emergentes.

Neste sentido, o Relatório Anual da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de 2017, *Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo* traz

alguns pontos para reflexão. Estima-se que houve, em 2016, um aumento no número de pessoas subalimentadas no mundo. Se no ano de 2015 os subalimentados crônicos correspondiam a 777 milhões, em 2016 esse número atingiu a marca de 815 milhões de pessoas que estão, especialmente, situadas na África subsaariana e Ásia.

... tantas pessoas no mundo vivem em condições de extrema pobreza, a degradação ambiental esta fora de controle, a dignidade humana esta sendo ofendida em toda parte, enquanto os ricos estão acumulando mais e mais riqueza para si próprios e as alavancas dos poderes políticos, institucionais, judiciais, militares e midiáticos estão sob controle político estrito, porem dogmático, encontrando- se incapazes de fazer algo alem de perpetuar o status quo (HARVEY, 2011: 185)

As explicações para a absurda permanência de situações de fome e desnutrição no mundo estão, em pleno século XXI, muitas vezes, associadas a problemas de origens climáticas (secas e inundações). Tal fato nos faz lembrar que há mais de 60 anos, o cientista Josué de Castro (1908-1973), lançava os livros *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951) no Brasil. As obras inovadoras faziam contundentes críticas às explicações superficiais aos percalços da natureza. Castro denunciava a má distribuição e o acesso desigual aos alimentos como as causas da fome e desnutrição, fenômeno político mundial³⁶.

Desde então, acordos internacionais, como a Cúpula Mundial da Alimentação (1996), tem reforçado o compromisso dos governantes em garantir a segurança alimentar, obtendo-se significativas melhorias nas condições de vida, alimentação e nutrição no mundo. Não obstante os avanços técnico-científicos, que elevaram a capacidade de produção e produtividade agrícola, aliados à modernização da logística de distribuição dos alimentos, a questão da alimentação persiste no século XXI em novos aspectos.

O referido documento da FAO (2017) aponta que, de modo geral, a desnutrição infantil crônica continuou a diminuir no mundo, mas a preocupação a ganhar vulto se refere ao sobrepeso e obesidade em crianças e adultos. A crescente ausência de atividades físicas associadas à má alimentação repercute no crescimento avassalador dos índices de obesidade e doenças crônicas, alcançando a todos: países pobres, ricos e emergentes.

A fome e a obesidade são problemas interdependentes, indicativos do estado de insegurança alimentar mundial. Em 2014, 39% dos adultos apresentavam sobrepeso, e 13% da

³⁶ Nas palavras de Josué Castro: *O problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição* (CASTRO, 1957: 62). Desde então, a configuração político-territorial e o perfil da alimentação se transformou paulatinamente, sobretudo, diante do intenso processo de urbanização e industrialização dos países.

população de todo mundo estava obesa. O atual padrão alimentar corresponde ao baixo consumo de frutas, verduras e legumes frescos (FLV), colocando 200 milhões de pessoas em estado de carência em nutrientes e vitaminas essenciais. E, a ingestão excessiva de gorduras, açúcares, sódio e produtos industrializados de baixo valor nutricional, completa o cenário da alimentação inadequada (Organização Mundial da Saúde, 2015).

Um das faces da globalização neoliberal se constitui pelo caráter de funcionamento do sistema agroalimentar global centrado no poder das transnacionais a estimular o intenso consumo alimentar de produtos ultraprocessados³⁷, de composição nutricional desbalanceada e excessivamente calórica (MONTEIRO et al, 2013, BRASIL, 2014). Trata-se de outra dimensão da insegurança alimentar e nutricional, com o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis em razão dos novos hábitos alimentares se associarem, por um lado, à ingestão desaconselhável de alimentos hiperpalatáveis ricos em gorduras, açúcares e sódio e, de outro, serem pobres em relação à presença de fibras, minerais e vitaminas.

Entretanto, as análises do padrão alimentar, segundo a ótica do acesso ao alimento, revelam que, a despeito das situações de insegurança alimentar e nutricional atingir a sociedade de modo geral, os fenômenos da pobreza e desigualdade socioespacial das populações tendem a agravar esse quadro às classes sociais mais vulneráveis (VIVAS, 2017).

A expansão das áreas agricultáveis para produção de commodities e biocombustíveis aponta para o aumentando da vulnerabilidade de culturas agrícolas destinadas à produção de alimentos no mundo. Tal fato contribui para as oscilações e alta nos preços dos alimentos; o que por sua vez traz maiores despesas dos orçamentos públicos em saúde diante do aumento de doenças crônicas associadas à má alimentação.

Como nos adverte Mészáros (2011) há uma enorme concentração do poder político em alguns países e suas corporações transnacionais:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos

³⁷ De acordo com o Guia Alimentar para a população brasileira, os alimentos ultraprocessados são: “formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento.” (BRASIL, 2014: 41).

mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2011a: 91)

De modo geral, o Brasil como outros países da América Latina, vive as consequências da adoção do paradigma científico hegemônico na agricultura difundido em meados do século passado, a chamada Revolução Verde (ALTIERI, 2010; SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013)³⁸. O resultado é uma configuração territorial que privilegia uma produção agrícola com alta *densidade técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2001) resultando em crescentes aumentos nos rendimentos de alguns cultivos. Por outro lado, houve o aprofundamento das disparidades territoriais, da exclusão técnica e empobrecimento dos agricultores familiares.

O modelo hegemônico de ‘desenvolvimento agrícola’ está apoiado na padronização dos sistemas de produção, sem atentar para as particularidades e necessidades regionais e locais, privilegiando as monoculturas de exportação em detrimento da produção de alimentos que compõem uma dieta alimentar rica e diversificada para a população. Outras consequências nefastas da chamada ‘modernização agrícola’ estão o intenso êxodo rural e o decorrente processo de urbanização acelerada, com graves problemas para a vida na urbe. O uso de insumos químicos nas lavouras, para garantir a eficácia na produção, tem trazido graves problemas sociais e ambientais como a contaminação do meio ambiente (solo, ar e água), de trabalhadores e consumidores de alimentos com agrotóxicos.

Assim, neste trabalho o estado de insegurança alimentar e nutricional no mundo, e no Brasil, é enfocado a partir da ótica da produção agrícola. Corrobora-se a autores críticos aos imperativos da agricultura capitalista de base científica industrial de grande escala (PLOEG, 2009; MORIN, 2015; OLIVEIRA, 2015; MCMICHAEL, 2016).

No mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade. Os produtos alimentícios já não são produzidos num determinado lugar, por determinadas pessoas, num determinado momento e depois levados através de circuitos mais ou menos conhecidos, ou pelo menos que podem se conhecer, até aos consumidores. Os alimentos estão se tornando numa espécie de ‘não-produtos’, cuja origem já não importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo e do espaço. Embora tenham sido criados vários sistemas de rastreabilidade e acompanhamento, estes sistemas não são mais do que um mecanismo para delegar responsabilidades, riscos e custos associados em casos de calamidades alimentares graves (PLOEG, 2009: 127).

³⁸ “la industrialización agrícola capitalista representó una nueva forma de colonialismo que empobreció todo lo que no seguía las normas y reglas que dictaba la modernidad. Estas relaciones de explotación operaban tanto dentro como entre las naciones” (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013)

A opção pelo uso seletivo dos territórios em razão da imposição do modelo hegemônico de uso agrícola do território traz os inúmeros agravos à saúde de agricultores, trabalhadores rurais e consumidores. Além disso, transformam paisagens harmoniosas em deprimentes cenários com a expansão dos desmatamentos, escassez hídrica e perda da biodiversidade. E, novamente, recorremos a Mészáros (2011) para apontar as mazelas decorrentes do modelo de agricultura que se difunde sob o regime capitalista:

As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom, por causa do uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, da deterioração das águas subterrâneas, da tremenda interferência nos ciclos do clima global em regiões vitais para o planeta, da exploração e da destruição dos recursos das florestas tropicais etc. Graças à subserviência alienada da ciência e da tecnologia às estratégias do lucrativo marketing global, hoje as frutas exóticas estão disponíveis durante o ano inteiro em todas as regiões – é claro, para quem tem dinheiro para comprá-las, não para quem as produz sob o domínio de meia dúzia de corporações transnacionais. Isso acontece contra o pano de fundo de práticas irresponsáveis na produção, que todos nós observamos impotentes. Os custos envolvidos não deixam de colocar em risco – unicamente pela maximização do lucro – as futuras colheitas de batata e as safras de arroz. Hoje, o “avanço dos métodos de produção” já coloca em risco o escasso alimento básico dos que são compelidos a trabalhar para as “safras de exportação” e passam fome para manter a saúde de uma economia “globalizada” paralisante. (MÉSZÁROS, 2011a: 250)

Nas áreas urbanas, as desigualdades sócio-espaciais se refletem em caóticas ocupações irregulares onde os extremos de riqueza e pobreza convivem lado a lado em ambientes insalubres e prejudiciais à saúde de todos. Neste sentido, a ideia de promoção da saúde se une à perspectiva da produção agroecológica de alimentos (AZEVEDO E PELICIONI, 2011).

O conceito de *promoção da saúde*³⁹⁴⁰, tal como empregado na 1ª. Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (Ottawa, 1986), converge com as inquietações centrais do objeto deste estudo - *as políticas públicas intersectoriais ao uso agrícola do território* – perpassando o elenco das premissas essenciais para preservar a saúde: “*educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade*”, indicados na carta de Ottawa.

³⁹ “O conceito moderno de promoção da saúde, assim como sua prática, surge e se desenvolve de forma mais vigorosa nos últimos 25 anos, em países em desenvolvimento, particularmente no Canadá, nos Estados Unidos e nos países da Europa ocidental. Três importantes conferências internacionais sobre o tema foram realizadas entre 1986 e 1991, em Ottawa (1986), Adelaide (1988) e Sundsval (1991), e onde se estabeleceram as bases conceituais e políticas contemporâneas da promoção da saúde” (BUSS, 2003).

⁴⁰ No Brasil, a conjuntura de abertura política e ambiente democrático ao debate de ideias à época da Constituição Federal de 1988 colaboraram para o país sediar em 1992, no Rio de Janeiro, a realização da 1ª. Conferência Internacional de Promoção da Saúde. Desde então, avanços ocorreram como a elaboração da Política Nacional de Promoção da Saúde em 2014 alterada em 2014 (Brasil, 2014).

“Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global.” (Ottawa, 1986)

Avançar em pesquisas que considerem as questões globais emergentes em saúde, como o segurança alimentar e nutricional, pode ser um caminho a desnudar as origens e consequências dos efeitos da pobreza crônica enquanto resultado da existência de classes sociais antagônicas no capitalismo. As análises das inequidades e desigualdades sócio-espaciais em saúde exigem a compreensão da atuação dos Estados-Nação na atual configuração da divisão internacional do trabalho.

Assim, urge desvendar as configurações sócio-territoriais na esfera da produção agrícola que sejam favoráveis à melhoria da qualidade de vida e saúde da população que acreditamos estão conectadas ao campo de estudos e práticas da Agroecologia.

7. Totalidade, Impermanência no Uso Agrícola dos Territórios: a transformação nos Sistemas Técnicos Agrícolas.

“A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território.” (SANTOS, 1997: 76)

Ao investigar os contextos sociais atrelados à produção agrícola se propõe, ao mesmo tempo, decifrar as particularidades histórico-espaciais, e propor um instrumental analítico conceitual. O cenário em que estão inseridos os fenômenos sociais na área da agricultura, como as relações campo-cidade, as especializações produtivas, os tipos e rendimentos de cultivos, as organizações de produtores, as tecnologias de produção, entre outros, têm íntima relação com as condições histórico-espaciais: políticas, econômicas, culturais e ambientais. Estas condições, próprias a cada tempo e lugar, condicionam a agricultura e, inversamente, são condicionados pelo perfil agrícola existente.

Assim, desde o final da década de 1990, sob a inspiração do referencial teórico metodológico de Milton Santos (SANTOS, 1994, 1996), têm se empregado e aprimorado as definições dos conceitos de ‘*uso agrícola do território*’ e de ‘*sistemas técnicos agrícolas*’ de modo a captar as complexas dinâmicas e especificidades sócioespaciais à produção agropecuária desde o adensamento seletivo do meio-técnico-científico informacional no campo, sobretudo, com o advento da globalização (RAMOS, 1998, 2001, 2013; RAMOS & CASTILLO, 2010)⁴¹.

Na apreciação e interpretação das atuais intencionalidades que orientam os modelos de produção no campo soma-se, então, a ideia fundamental de *fenômeno técnico*, conforme os trabalhos de Santos (1996), Ortega y Gasset (1963) e Jacques Elul (1968). A partir daí, inspirando-nos no trabalho de geógrafo Daniel Faucher (1953) e na proposta de *sistemas agrários* de Mazoyer & Roudart (2010), se sugere a noção de *sistemas técnicos agrícolas* como instrumento analítico de modo a ressaltar e distinguir as incessantes transformações nos métodos e finalidades da agricultura ao longo da história.

⁴¹ Diversos outros pesquisadores da geografia, também, vem empregando a ideia de uso agrícola do território para investigar inúmeros aspectos da diversidade que compõe o cenário da agropecuária brasileira (BARROS, 2016; COUTO, 2007; TOLEDO, 2005, 2017).

A noção de *uso agrícola do território* sugere a compreensão das condições histórico-geográficas que norteiam a adoção por certos *sistemas técnicos agrícolas*. Revela, igualmente, as forças atuantes nos mercados de produtos agrícolas e os reflexos no consumo alimentar das populações. Para tanto, considera a base material (natural e artificial), os propósitos e as ações das instituições e dos sujeitos sociais inseridos no sistema produtivo. A análise considera desde os aportes à ciência e inovação que precedem a produção no campo, bem como a logística que se estende com a armazenagem, distribuição e comercialização dos produtos.

Assim, os *usos dos territórios* para a agricultura derivam das imbricações entre a materialidade natural (biodiversidade) e/ou artificial (áreas cultivadas) em relação às ações e políticas do Estado, sociedade civil organizada e empresas. No período atual, cada vez mais, os lugares são transformados em razão dos avanços na ciência, técnica e informação ao exercício das atividades produtivas no campo. Como resultado encontra-se, então, a expansão dos usos dos territórios centrado em especializações regionais produtivas com a concentração em algumas culturas (*commodities*), em prejuízo de áreas com maior oferta e diversidade de itens cultivados que teriam o potencial para conciliar o uso econômico com a preservação da agrobiodiversidade e a garantia da segurança alimentar e nutricional.

A indústria moderna trouxe benefícios como a ampliação da capacidade de duração, armazenagem e transportes dos alimentos a longas distâncias. Todavia, trouxe problemas à saúde com a substituição do consumo de minerais e vitaminas da alimentação natural por refeições padronizadas e artificiais (SCHNEIDER, 1985: 31)⁴².

As singularidades territoriais, com a diversidade de paisagens resultantes da heterogeneidade nas práticas de produção agrícola, reforçam a noção de *sistemas técnicos agrícolas*. A ideia de sistemas técnicos agrícolas corresponde ao conjunto de *ações* e *objetos* que caracterizam o sistema de produção agrícola em certo recorte espaço-temporal, e permite examinar as influências exercidas pelo território na atividade econômica, e, as determinações econômicas, políticas e sociais na configuração territorial (RAMOS: 2002, 2013a, 2013b).

⁴² O médico Ernst Schneider já advertia, na década de 1960, sobre as transformações na civilização e os males causados à saúde em razão do consumo de gorduras, sal e açúcar refinado, condimentos e demais produtos químicos.

7.1. Os sistemas técnicos agrícolas hegemônicos e contra-hegemônicos.

Os sistemas técnicos agrícolas hegemônicos possuem padrões definidos no mercado internacional, e os gêneros alimentícios possuem valor mercadológico. As políticas e pesquisas científicas centraram-se em algumas culturas agrícolas com a estratégia de expansão do capital transnacional, onde as sucessivas modernizações excludentes trouxeram prejuízos com a expulsão de agricultores familiares do campo, e o adensamento urbano descontrolado e caótico.

Os limites do modelo hegemônico de produção agrícola suscita compreender o significado de progresso técnico científico no período da globalização. A pesquisa científica crítica implica desvelar as lógicas de poder e exclusão para que os resultados da investigação sobre os possíveis *usos agrícolas do território* possam beneficiar o acesso de um maior número de pessoas à alimentação adequada e saudável em harmonia com a preservação da biodiversidade. Trata-se de superar as atuais técnicas hegemônicas de produção no campo em direção à construção de alternativas que visem fornecer as bases materiais para uma agricultura que respeite e priorize a função social no uso do solo destinado à produção agrícola.

A perspectiva de análise espacial à produção e consumo e alimentos, por meio do conceito de uso do território, permite apontar a coexistência de visões antagônicas e conflitos e solidariedades que surgem entre os agentes sociais a trabalhar por *sistemas técnicos agrícolas e agroalimentares* de acordo com seus interesses.

Atualmente, o mundo vive as consequências da adoção da Revolução Verde (ALTIERI, 2010; SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013), o paradigma científico hegemônico no século passado que tem provocado o aumento das desigualdades sócio-espaciais.

Globalmente, a Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados (ALTIERI, 2010: 23).

... teoría de la modernización, las estrategias de la Revolución Verde se promovieron sin ninguna consideración hacia los contextos culturales o ecológicos locales, mientras que su aplicación requería suministros fiables de insumos y la expansión de los mercados globales de materias primas; lo que creó una dependencia de los agricultores, tanto en sus vínculos progresivos como regresivos (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013: 30).

7.2. Considerações sobre os sistemas técnicos no Brasil

No Brasil, a configuração territorial com alta *densidade técnico-científico-informacional* (SANTOS E SILVEIRA, 2001) corresponde ao modelo de ‘desenvolvimento agrícola’ que guiou boa parte dos agricultores a edificação do sistema técnico dos agronegócios. Para tanto, houve a padronização do manejo de produção, sem atentar para as particularidades e necessidades regionais e locais, e a primazia das monoculturas de exportação em detrimento de outra forma de produção de alimentos, assentada em uma dieta alimentar rica e diversificada para a população.

Considera-se que os avanços técnicos e científicos permitiram o aumento dos rendimentos de algumas culturas e na criação de animais, mas houve o aprofundamento das disparidades territoriais, da exclusão técnica e empobrecimento dos agricultores familiares. Outras implicações nefastas da chamada ‘modernização agrícola’ estão o intenso êxodo rural e o decorrente processo de urbanização acelerada, com graves problemas para a vida na urbe. O uso de insumos químicos nas lavouras, para garantir a eficácia na produção, tem trazido graves problemas sociais e ambientais como a contaminação do meio ambiente (solo, ar e água), de trabalhadores e consumidores de alimentos com agrotóxicos.

No Brasil, seguindo a tendência observada no mundo, a construção do conhecimento atrelada à produção agrícola tem sido ponto de permanente tensão. As circunstâncias refletem conflitos enraizados e que permeiam a história da dinâmica das relações sociais no país. De modo esquemático, observam-se duas grandes vertentes antagônicas a dividir pesquisadores, gestores públicos, empresários e entidades civis, em relação ao papel do Estado, e a prioridade a ser dada à base técnica e organizacional da agricultura. Evidentemente, entre um extremo e outro há uma gama de nuances e perspectivas intermediárias.

Primeiramente, é importante destacar que se tornou lugar comum a defesa em favor da ‘sustentabilidade’ na produção agropecuária. Portanto, a nosso ver, a retórica ambiental inserida em todas as correntes vinculados à questão agrária não ajuda a elucidar as principais divergências e caminhos indicados ao futuro da agricultura. Contudo, reconhecer e considerar a existência de múltiplas visões a respeito dos rumos da agricultura brasileira é imperativo para compreender e desvendar a intencionalidade dos projetos políticos implícitos, ou não, e que irão definir os recursos e investimentos para execução de políticas e programas ao

conjunto dos agricultores brasileiros e, em especial, aos agricultores familiares. A seguir, tecemos algumas pequenas considerações sobre as duas principais abordagens.

Desde os intensos debates sobre questão agrária brasileira de meados dos anos de 1960, uma linha de raciocínio tem se ancorado na compreensão da agricultura como uma atividade essencialmente econômica. Em geral, os pesquisadores desta linha de pesquisa destacam a primazia dos sistemas técnicos dos agronegócios, convencidos de que a difusão das inovações tecnológicas de base industrial, ao nível local ou nacional, seja a solução para o abastecimento alimentar, produção de bioenergia e desenvolvimento econômico do país.

Neste sentido, o livro *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (BUAINAIN et al., 2014, 2016), que reúne o trabalho de cinquenta pesquisadores de um grande número de instituições brasileiras, particularmente a EMBRAPA, apresenta uma importante síntese do ponto de vista dominante em defesa dos agronegócios. Na introdução da obra, o agronegócio é apresentado pelo economista J. R. Mendonça de Barros como “...o único segmento relevante da economia brasileira, e que tem, no progresso técnico, o centro de seu modelo de negócios” (BUAINAIN et al., 2014: 16).

Desta forma, na perspectiva dos agronegócios a prioridade são os investimentos em parceria com o setor privado, destinados a expandir a produção agrícola para o mercado internacional, em detrimento do mercado doméstico, conforme nota-se nas palavras de Elisio Contini (BUAINAIN et al., 2014: 171):

... dinâmica do agronegócio brasileiro do presente e do futuro está relacionada ao aumento substancial nas exportações. O mercado doméstico, ainda que importante e em crescimento, não tem capacidade de absorver a produção quando se deseja aumentar a produção e ainda incorporar pelo menos 1 milhão de pequenos produtores ao mercado (BUAINAIN et al., 2014: 171)

E, logo, adiante, o autor conclui: “São imprescindíveis políticas públicas e ações privadas para melhorar a competitividade das cadeias produtivas do agronegócio e para a abertura de novos mercados no exterior” (BUAINAIN et al., 2014: 171).

Em outro capítulo, o grupo de pesquisadores (BUAINAIN et al., 2014) questionam a visão de representantes da enorme parcela dos agricultores familiares que tem no centro de sua pauta as tradicionais e justas lutas em prol da reforma agrária, a conquista de linhas de crédito especial à agricultura familiar e o reconhecimento das tecnologias sociais associadas à agroecologia como um caminho para o desenvolvimento social no campo brasileiro:

Do outro lado, observa-se a monótona e inconsequente repetição de um desgastado discurso dos representantes dos pequenos produtores, que mantem a mesma pauta de luta há anos, sempre insistindo numa mesma retorica – implantar a reforma agraria, adotar a agroecologia, aumentar o credito para a agricultura familiar, entre outras –, muitas das quais são apenas mistificações. São reivindicações que não correspondem aos reais interesses da sociedade e da economia, os quais vem mudando profundamente ao longo dos últimos tempos (BUAINAIN et al., 2016: 181)

Para os autores a visão agroecológica está associada a interesses políticos e ideológicos (BUAINAIN et al., 2016: 857). Maria Thereza Macedo Pedroso menciona em suas considerações finais, a perspectiva crítica em relação a alternativa com a agroecologia:

... o fator tecnologia, na nova fase experimentada pela agropecuária brasileira passou a ser o principal fator explicativo para o aumento da produção, respondendo atualmente por dois terços desse crescimento. Dessa forma, tornar também esse fator o determinante, em cada estabelecimento rural, passou a significar uma espécie de “vida ou morte” da atividade, o único passaporte para a viabilização econômica e produtiva da agropecuária. Mantidos a margem das inovações disponíveis e ja testadas, dessa forma, representara a condenação da maioria dos agricultores familiares. E sem ilusões quanto a possibilidade de esperar por um modelo tecnológico alternativo, como pretende a ingenuidade daqueles que falam em agroecologia e caminhos tecnológicos análogos. (BUAINAIN et al., 2016: 789)

Assim, em cenário de desigualdades sócio-espaciais tem-se, por um lado, o acirramento das exclusões técnicas nas áreas rurais ditas ‘modernas’ combinado a crescentes disparidades sociais no meio urbano; de outro, a permanência da fome e surgimento de novas formas de insegurança alimentar. A transição nutricional, ao lado de carências alimentar e nutricional, repercute na qualidade da saúde da população. Considerando as atuais condições e características sócioespaciais do Brasil conclui-se haver dois grandes modelos ou sistemas técnicos antagônicos para a produção agrícola. hegemônico da agricultura convencional de base técnico-científica e industrial de grande escala; e a viabilidade dos *sistemas técnicos agroalimentares de base familiar orgânico e agroecológicos*.

Deste modo, com o intuito de oferecer novos subsídios aos acirrados debates sobre a agricultura brasileira, este trabalho buscar reunir informações e evidências em relação as manifestações que se aglutinam no grupo que está ‘do outro lado’, conforme citados pelos autores (BUAINAIN et al., 2014). A ideia é compreender se, contemplados os pré-requisitos iniciais de acesso à terra, credito e a admissão das práticas agroecológicas, há a viabilidade econômica e social entorno dos sistemas familiares agroecológicos, com ênfase a indicar os principais ganhos sociais da proposta.

No grupo daqueles envolvidos em pensar a agricultura segundo uma perspectiva holística, os *sistemas técnicos agroalimentares de base familiar orgânico e agroecológicos*, também há particularidades nos enfoques. Alguns pesquisadores estão mais centrados em investigar a questão ecológica, e em outros casos, a dimensão social do campo. Contudo, prevalece a percepção de que as inovações tecnológicas resultam de escolhas políticas diante de um processo social que considera as necessidades e particularidades locais.

7.3. Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o DHAA.

A população urbana mundial ultrapassa a população vivendo em áreas rurais. Os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que 54% da população mundial vivem em áreas consideradas urbanizadas e, conforme as projeções, até 2050 a população urbana crescerá para 66% do total global (United States, 2014). Ao se considerar as especificidades continentais e das nações aí incluídas esses números são mais expressivos. Em 2014, a América do Norte contabiliza 82% de seus habitantes residindo em áreas urbanas, para a América Latina e Caribe os números são de 80%, seguido pelo continente Europeu com 73% da população fixada em áreas urbanas. A África e Ásia permanecem em sua maior parte como rural, apenas 40% e 48% de suas respectivas populações são urbanas, mas que deverão crescer nas próximas décadas.

Atualmente, por volta da metade da população urbana mundial habita em cidades de até 500 mil habitantes. E, uma em cada oito pessoas vivem em 28 megacidades com mais de 10 milhões de habitantes. Entre as megacidades, as grandes áreas conurbadas, estão Tóquio com 38 milhões de habitantes, Déli com 25 milhões, Xangai com 23 milhões, e Cidade do México, Bumbai e São Paulo, com aproximadamente 21 milhões de habitantes cada. A expectativa é que em 2030 sejam 41 megacidades com mais de 10 milhões de habitantes no mundo. As projeções indicam, também, para o aumento nas taxas de urbanização e no crescimento populacional, adicionando mais 2,5 bilhões de pessoas vivendo em áreas urbanas em 2050 (United States, 2014).

Diante desse cenário, são extremamente relevantes as indagações de ambientalistas, pesquisadores de diversas áreas da ciência, técnicos dos governos, empresários e sociedade civil organizada sobre as atuais e futuras condições de sustentabilidade ambiental, econômica e social nas metrópoles. O acesso à água e alimentação, moradia, saúde, educação, cultura,

mobilidade urbana, infraestruturas, serviços e demais equipamentos urbanos de qualidade são direitos essenciais à vida de todos. Mas, a concentração urbana desperta dúvidas e preocupações sobre o futuro possível.

Ao analisar a destruição ambiental sob o capitalismo, Mészáros (2011b) de forma enfática esclarece:

*... argumentar que ‘ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo’ é muito pior do que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite-se o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais. Também nesse sentido, a questão central não se restringe a saber se empregamos **ou não** a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que devemos fazê-lo -, mas se seremos **capazes** ou não de **redirecioná-las radicalmente**, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros (MÉSZÁROS, 2011b: 53).*

O cenário atual traz inquietações não apenas econômicas, mas como alerta Amartya Sen, Nobel em Economia, é preciso pensar o desenvolvimento econômico como *liberdade humana*: liberdade econômica e política aliada às *oportunidades sociais* (acesso à educação, saúde, etc.). A análise da agricultura requer uma visão global das ações econômicas, sociais e políticas, as quais incidem sobre um dado recorte territorial, aliado a investigação das ações dos agentes sociais envolvidos nessa realidade. O pensamento agroecológico confrontado com a perspectiva de autores que trabalham com a ‘teoria rival’ (agronegócios) alinha-se à construção de ações destinadas a assegurar o direito humano à alimentação saudável, com ênfase no papel do CONSEA.

Define-se a Agroecologia⁴³ como conhecimento científico interdisciplinar e prática coletiva a reorientar os sistemas técnicos agroalimentares. No interior deste paradigma aglutinam-se inúmeras formas de resistência ao modelo único com o resgate de saberes e técnicas ancestrais de produção agrícola unido a métodos científicos de produção em harmonia à preservação da biodiversidade.

La Agroecología es, simultáneamente, un enfoque científico para el análisis y evaluación de los agroecosistemas y sistemas alimentarios y una propuesta para la praxis técnicoproductiva y sociopolítica en torno al manejo ecológico de los agroecosistemas (SEVILLA GÚZMAN e MONTIEL, 2013: 195).

⁴³ *En la década de 1970, la Agroecología comienza a configurarse como respuesta teórica, metodológica y práctica a la crisis ecológica y social que la modernización e industrialización alimentaria generan en las zonas rurales (SEVILLA GÚZMAN e MONTIEL, 2013: 195).*

No Brasil, se constata por toda a parte as consequências desastrosas de uma organização do território historicamente voltado aos interesses particulares. Nos chama atenção, em especial, a inviabilidade dos atuais sistemas de produção, distribuição e comercialização de alimentos. No campo que expulsa agricultores, têm-se privilegiado desde o século passado um perfil de agricultura responsável por inúmeros danos sociais e ambientais, orientada ao lucro do grande capital transnacional com os sistemas técnicos de produção convencional centrado em insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes sob a patente de grandes indústrias (transgênicos). A produção de uma diversidade de alimentos para o abastecimento local cede lugar às commodities que, ao lado das pastagens, ocupam monotonamente extensas paisagens por todo o país.

O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais em soberania alimentar. ... as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais (OLIVEIRA, 2015: 240).

A escolha por distanciar a área de produção de alimentos dos lugares onde estão a maioria dos consumidores, os grandes centros urbanos, reforça os impactos ambientais negativos do padrão de ocupação do território. O transporte de mercadorias por rodovias, dependentes do uso de combustíveis, gera o aumento da poluição; além de causar perdas e desperdícios de produtos durante o próprio transporte de alimentos a longas distâncias. Por sua vez, o consumo alimentar cada vez mais baseado em alimentos industrializados equivale, muitas vezes, a dietas pouco variadas e pobres em nutrientes, sais minerais e vitaminas, responsável pelo aumento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão e obesidade da população nas cidades.

O ordenamento territorial tem sido destinado a satisfazer aos imperativos de um modelo de sociedade urbano industrial de base técnico-científico-informacional; onde a tônica é indução ao consumo exacerbado de bens materiais, tornados obsoletos velozmente, demandam incessantes avanços técnicos e tecnológicos e expropriação de recursos naturais. Por outro lado, contudo, florescem formas criativas de existência a questionar os atuais valores conectados ao modo de produção capitalista.

Diante disso, a Agroecologia surge como contraponto à lógica neoliberal e globalização econômica (SEVILLA GÚZMAN, 2001)

Os sistemas de agricultura ecológica que não questionem a natureza da monocultura e que dependam dos insumos externos bem como dos custosos selos de certificação estrangeiros, ou de sistemas de comércio justos destinados só à agroexportação, oferecem muito pouco aos pequenos agricultores ao torná-los dependentes de insumos externos e mercados estrangeiros voláteis. Manter a dependência dos agricultores num método de substituição de insumos contribui pouco para levar os agricultores a uma modernização produtiva agroecológica que os afaste da dependência de insumos externos. Os mercados justos para os ricos do norte, além de apresentar os mesmos problemas de qualquer esquema de agroexportação, não priorizam a soberania alimentar, perpetuando a dependência e a fome (ALTIERI, 2010: 30).

Finalmente, la dimensión política de la Agroecología se traduce en la implicación práctica en la construcción de alternativas a la globalización agroalimentaria mediante el apoyo y acompañamiento de acciones colectivas, tanto productivas, de comercialización como de lucha política (SEVILLA GÚZMAN e MONTIEL, 2013: 196).

A valorização da cultura e produção local de alimentos e as experiências com sistemas de produção orgânicos e agroecológicos, até mesmo em áreas metropolitanas, parece indicar para formas de resistência vivida nos lugares. Novas autonomias, solidariedades, práticas associativas e comunitárias, sistemas técnicos mais sustentáveis, abrem perspectivas de mudanças em direção a outras ordenações dos territórios.

7.3.1. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o DHAA

Estimular as ações visando garantir a *segurança alimentar e nutricional* se faz presente na agenda política internacional permeando as metas de desenvolvimento a serem alcançadas até 2030 pelos países signatários dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Segundo a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, os 17 objetivos e 169 metas dos ODS incluem quatro dimensões: ambiental, econômica, institucional e social; e, estão diretamente conectadas com a superação da fome e a melhoria tanto do acesso como da qualidade dos alimentos.

O alcance dos desígnios ao acesso regular e permanente à alimentação diversificada e de qualidade a todo cidadão, o **Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**

conforme preconiza a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), põe em evidência a necessidade de o poder público, em todas as suas esferas, incentivar uma produção agrícola que respeite à preservação da biodiversidade e considere a importância fundamental dos sistemas agroalimentares locais alicerçados na diversidade da produção de alimentos praticados pela agricultura familiar.

A participação social durante a construção de políticas públicas para a alimentação e agricultura é um dos pilares de promoção e garantia desses direitos. Neste sentido, o **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**, constitui-se em:

espaço aberto à sociedade durante a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e que abrangem desde a produção até o consumo de alimentos. Enquanto órgão consultivo de assessoramento, ajuda a promover o diálogo intersetorial, e aproxima a sociedade civil dos centros de decisão.

O **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)** tem origem histórica associada a diversas mobilizações sociais e ações paralelas no âmbito do direito à alimentação e nutrição, fortalecidas, sobretudo, desde o processo de democratização no Brasil. Oficialmente, o CONSEA Nacional foi criado em 1993 quando se estabeleceu como prioridade o combate à fome no país. Porém, foi extinto no ano de 1995, permanecendo desativado até 2002, período em que a estratégia política se concentrou nas ações da Comunidade Solidária (SILVA, 2014; BURLANDY, 2009; BELIK, GRAZIANO DA SILVA e TAKAGI, 2001). No ano de 2003, o CONSEA nacional foi reinstituído e, desde então, trata-se de um fórum institucional de participação e controle da sociedade voltado a formular, monitorar e avaliar políticas públicas em segurança alimentar e nutricional.

O CONSEA Nacional é um órgão consultivo imediato de assessoramento à Presidência da República que tem promovido o diálogo e ações intersetoriais envolvendo a sociedade civil e gestores de diversas áreas do setor público *na promoção do DHAA (alimentação adequada) de forma a assegurar a soberania alimentar no país* (BRASIL, 2017a).

Figura 02 – A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, lei nº 11.346, 2006).

O CONSEA integra o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e é constituído por estrutura descentralizada, com representantes nomeados nos níveis municipal, estadual e nacional. A cada dois anos são eleitos os conselheiros que são os membros representantes de entidades civis (dois terços) e órgãos públicos (um terço), todos envolvidos em acompanhar e defender a transparência dos programas, ações e uso de recursos destinados a efetivação da segurança alimentar e nutricional no país.

Os conselheiros eleitos no CONSEA representam desde a perspectiva da produção no campo até o consumo final de alimentos. Estão presentes, também, as categorias atreladas aos setores da saúde, educação, economia, direitos humanos, meio ambiente, entre outros. Há atenção especial ao exercício de autonomia das populações mais vulneráveis, com a inserção da questão de gênero e o destaque para a participação ativa de comunidades tradicionais, ribeirinhas, populações indígenas e quilombolas.

Um dos momentos de participação da sociedade, por mediação dos conselheiros do CONSEA, ocorre com as atividades das *Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho*. E, igualmente, a cada quatro anos, durante as Conferências locais e estaduais que antecedem a Conferência Nacional. Paralelamente, acontecem reuniões, seminários, e encontros nacionais para avaliação e encaminhamentos das Conferências. Constituem-se em ocasiões que permitem as trocas de saberes, sistematizações de experiências e o estabelecimento de

diálogos interdisciplinares acerca dos desafios e avanços em relação à elevação das condições de segurança alimentar e nutricional, em território nacional⁴⁴.

Entre outras diretrizes dos trabalhos do CONSEA Nacional estão o apoio à atuação da ***Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)*** que coordena, monitora, articula e integra os órgãos e entidades da administração pública federal na área de segurança alimentar e nutricional. *Ambos, CONSEA e CAISAN, estão inseridos na esfera do marco legal que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)*, por meio da Lei No. 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como LOSAN ou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, responsáveis pela elaboração da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006).

Ao observar o necessário estímulo à pesquisa e à capacitação técnica, *apoiados na abertura permanente de participação social*, o SISAN constitui-se em uma inovação organizacional a tratar e valorizar a questão alimentar no país. Responde aos anseios da sociedade no que diz respeito ao aprimoramento de políticas públicas intersetoriais destinadas a concretizar a universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada.

Neste contexto, o apoio do CONSEA tem sido fundamental, por exemplo, para a elaboração da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional⁴⁵. Por sua parte, os demais entes da federação (estados e *municípios*) estão em processo de adesão ao modelo SISAN, com a constituição de marco legal e estrutura operacional semelhante ao CAISAN e CONSEA nacional.

A partir da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), n. 11.346, de 15/09/2006, o eixo norteador das políticas no país tem sido a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Assim, há dez anos, o poder público municipal, estadual e federal tem o dever de assegurar uma política de segurança alimentar e nutricional à sua população considerando as dimensões ambientais, econômicas, culturais, regionais e sociais da alimentação.

⁴⁴ Em anexo, o **Quadro 01**, faz referência às temáticas, data e local das Conferências nacionais já realizadas. Esses temas orientaram, também, as discussões regionais (estaduais e municipais) sinalizando que, a cada nova etapa dos encontros entre conselheiros, há o esforço para que os conteúdos abordados tenham uma maior amplitude e aprofundem a compreensão do conceito de segurança alimentar e nutricional, aperfeiçoando, assim, o monitoramento em defesa do DHAA no país.

⁴⁵ O conteúdo do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019 está disponível na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf

É o que preconiza o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**, enfatizando o conteúdo subjacente ao conceito de segurança alimentar e nutricional, ilustrado com os trechos do Cap. I, nos artigos 3º. 4º. da lei:

Art. 3.º - ... realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4.º - ... I – ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar ...;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; ...

IV – garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população; ...

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, ...⁴

Desde 2014, o Brasil deixou de aparecer no mapa da fome. Os esforços se concentraram em alocar recursos em programas sociais compensatórios, destinados às populações vulneráveis; e, na construção de políticas públicas à promoção da agricultura familiar. As compras institucionais com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) delineiam a estrutura que favorece a segurança alimentar e nutricional em grande parte do país⁵.

7.3.2. Sobre a alimentação saudável.

Nas economias de mercado, a despeito da existência de projetos e programas locais de educação alimentar e nutricional, a fome e a subalimentação espelham a renda irregular e insuficiente para a aquisição permanente de gêneros alimentícios de qualidade e diversidade. Soma-se a isso a indisponibilidade de terras, recursos e orientações técnicas para uma grande maioria de camponeses e agricultores familiares que, efetivamente, são quem assumem o compromisso com a oferta de alimentos saudáveis à população. Esses exemplos ilustram as situações que colocam em risco o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a soberania alimentar dos países. Daí a importância de pesquisar e dar visibilidade a experiências e práticas de produção orgânica/agroecológica, incluindo o modelo dos sistemas

agroflorestais de base familiar (ALTIERI, M.& NICHOLLS, 2011; ABDO, 2008; GOTSCH, 1996, 1997), como potencial em ofertar uma diversidade de gêneros agrícolas, os produtos da sociobiodiversidade.

A alimentação e nutrição adequadas, com o consumo diário de frutas, legumes e verduras constituem-se nos princípios essenciais à saúde. Em decorrência assistimos acender, nas últimas décadas, uma lógica global centrada em preocupações a prevenir doenças e avaliar uma boa saúde por meio da chamada ‘alimentação saudável’. Diversos setores, incluindo veículos de divulgação científica e não científica, advogam, então, o imperativo de cuidar do corpo por meio da correta alimentação.

A mídia ajuda a propagar com uma velocidade avassaladora as ‘pesquisas científicas’ e ‘receitas inovadoras’ à obtenção da saúde do corpo por intermédio de ‘alimentos milagrosos’. Em grande parte, muitos desses alimentos, que sempre fizeram parte do cotidiano alimentar de várias gerações, são reduzidos por setores da grande indústria - alimentícia, farmacêutica e cosmética – em meras ‘novidades comerciais’, porém, inacessíveis a grande parcela da sociedade.

Os alimentos orgânicos, produzidos em pequena escala como sinônimo de nicho de mercado e com elevado preço final ao consumidor, também, estão incluídos na lista dos alimentos inacessíveis à população. Os indivíduos são, assim, responsabilizados por sua saúde-doença no cuidado do corpo como se essas relações procedessem somente de opções pessoais na aquisição e uso de ‘fórmulas mágicas’ ou no consumo de determinados alimentos, como são os orgânicos⁴⁶. Entretanto, a designação do que seja uma ‘alimentação saudável e adequada’ perpassa por captar o contexto histórico, político, cultural e especificidades geográficas na qual estão inseridos os sujeitos sociais. Ademais, há alguns aspectos elementares a serem ponderados no intuito de promover uma boa saúde por meio de uma concepção de *alimentação saudável* mais abrangente.

PINHEIRO (2005), por exemplo, menciona sete atributos a serem considerados na promoção da saúde por meio da alimentação: *valorização das práticas alimentares culturalmente identificadas; a acessibilidade física e financeira; o sabor; a variedade; a cor; a harmonia; e a segurança sanitária*. Para além do aspecto meramente nutricional, a autora

⁴⁶ Em interessante artigo apoiado em autores como Foucault, KRAEMER et al. (2014) discutem a questão do imaginário social ligado à racionalização da alimentação saudável pautado pela prevenção e combate de doenças de acordo com o paradigma mecanicista e tecnicista moderno: “*O ser humano não é visto em sua integralidade individual viva e em sua inserção na sociedade. O caráter pluridimensional da comida fica perdido na fragmentação disciplinar característica do paradigma científico contemporâneo.*”

relaciona esses princípios com a questão da soberania alimentar e a importância das significações antropológicas, socioculturais, comportamentais e afetivas dos alimentos, e, então, resume: *Uma alimentação saudável deve basear-se em práticas alimentares com significado social e cultural* (PINHEIRO, 2005: 126)⁴⁷. E, adiante:

Em síntese, uma alimentação saudável deve ser entendida enquanto um direito humano que compreende um padrão alimentar adequado as necessidades biológicas e sociais dos indivíduos de acordo com as fases do curso da vida. Além disso, deve ser baseada em práticas alimentares que expressem os significados socioculturais dos alimentos como fundamento básico conceitual. (PINHEIRO, 2005: 128) [grifo nosso]

Em pesquisas científicas no campo da Nutrição e Saúde, o significado de *alimentação saudável* engloba um vasto processo que começa desde a produção até o consumo dos alimentos (PINHEIRO, 2005: 128). Considerando o sentido amplo de Agroecologia, optou-se por investigar, neste trabalho, as dimensões dos alimentos relativas à produção, circulação e a distribuição, antes de comporem à mesa como sinônimo de ‘refeição saudável’.

creemos que los intentos por definir la agroecología como una ciencia aplicada sin un contexto social, sin problematizar las relaciones capitalistas de producción o aliarse uno mismo con los movimientos sociales agrarios, limitarán significativamente su capacidad de contribuir a crear sistemas más sostenibles de producción, distribución y consumo. Para nosotros, la agroecología (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013: 27)

Assim, ao lado de trabalhos dedicados a perscrutar o perfil do consumo alimentar, cremos ser urgente à construção de análises voltadas a revelar as características do processo produtivo desde a produção no campo. No cerne dos objetivos destas investigações devem estar às preocupações em advertir sobre quais são as condições mais favoráveis ou que permitem produzir e ofertar ‘alimentos saudáveis’, em seu sentido amplo.

⁴⁷ Tradicionalmente, o conceito de ‘alimentação saudável’ foi desenhado com enfoque específico na dimensão biológica, contudo entende-se que este enfoque é um dos componentes que integram este complexo conceito que não se restringe e envolve uma complexidade de outras dimensões - sociais, econômicas, afetivas, comportamentais, antropológicas e ambientais (PINHEIRO, 2005: 126-127)

Figura - Mapa da fome - 2015

8. O ESTADO E OS MERCADOS INSTITUCIONAIS

Nesse contexto, pode-se aclarar a questão dos mercados recém-criados. Esses novos mercados aninhados representam uma 'vereda': eles reconectam produção, processamento, distribuição e consumo de modo (pelo menos relativamente) independente das redes globalmente controladas. ... eles representam novos e divergentes modos de governança. (PLOEG, 2016: 38)

Ilustramos essa dinâmica por meio de uma análise da evolução das redes agroalimentares alternativas (comércio justo, produtos orgânicos, locais) que começa desafiando o sistema agroalimentar dominante, com a criação de circuitos alternativos de mercado e/ou pressionando pela integração de valores sociais, culturais e ambientais nos mercados dominante, na forma de nichos de mercado. Esses mesmos valores (sociais, éticos, culturais e ambientais) são então aplicados aos produtos dominantes do comércio global de commodities e dos mercados agroalimentares. É esse exercício simultâneo de construção de redes agroalimentares alternativas e de pressão implacável para a adoção de seus valores pelo sistema agroalimentar dominante que oferece os ingredientes mais eficazes para a contínua transformação do sistema agroalimentar, em conformidade com as prioridades sociais, éticas, culturais e ambientais, em constante evolução. (WIKILSON, 2016: 71)

8.1. AS COMPRAS INSTITUCIONAIS COMO POLÍTICA DE CONTIGUIDADE: A APROXIMAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E OS MERCADOS LOCAIS.

A dissociação geográfica entre produção, controle e consumo ocasiona a separação entre a escala da ação e a do ator. Esta é, com frequência, o mundo, transportado aos lugares pelas firmas transnacionais (SANTOS, 2005: 151).

Uma das faces da herança desigual e excludente de ocupação do território brasileiro é a permanência do estado de insegurança alimentar e nutricional para inúmeras famílias do país (SEGALL-CORRÊA e MARIN-LEON, 2009; **IBGE, 2013**). Todavia, no início do século XXI, e por duas décadas, o Estado brasileiro teve uma forte atuação no sentido de operacionalizar um conjunto de políticas públicas, com eixo central no Programa Fome Zero e Bolsa Família (FAO, 2016), de modo a solucionar as graves desigualdades sociais. Entre as conquistas advindas dessas ações está o fato do país ter saído do mapa da Fome em 2014.

Diante das disparidades sócioespaciais, coletivos e organizações sociais demandam ao Estado que parte dos recursos públicos seja destinado à produção agrícola visando o abastecimento alimentar do mercado doméstico. O poder público, em suas diversas esferas da administração, passa a construir com a participação social, a gestão de políticas territoriais. É neste contexto que se discute a emergência da política pública à alimentação escolar no Brasil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é fruto de uma das mais antigas políticas sociais, e de maior abrangência territorial. Data da década de 1950 e, desde então, passou por diversas reformulações (PEIXINHO, 2011). Entretanto, apesar da notoriedade internacional desta ação estatal, internamente há grande desconhecimento acerca das diretrizes, propósitos e alcance da política, tanto entre especialistas do setor agrícola como entre os próprios agricultores familiares, um dos beneficiados do atual desenho do programa.

No Fluxograma 01, são ilustradas algumas das indagações comuns que podem nortear o esclarecimento da sociedade sobre o potencial das ações do poder público em oferecer uma alimentação escolar saudável a partir do incentivo à produção agrícola familiar. Disto resulta a necessidade de aprofundar investigações empíricas de modo a produzir um maior volume de dados e informações (quantitativas e qualitativas) destinadas a aprimorar o conhecimento, o monitoramento e a avaliação desta e de outras políticas públicas no país.

Fluxograma 01 – Indagações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A partir do século XXI, importantes mudanças organizacionais se delinearam na estrutura da política nacional de alimentação escolar. Nas duas últimas décadas, fruto de lutas e conquistas sociais pelo direito humano à alimentação adequada, a gestão do PNAE tem apresentado inovações direcionadas a estimular à agricultura social junto à promoção de hábitos alimentares saudáveis nas escolas.

Desde 2009 o PNAE passou a estar conectado com os usos agrícolas do território realizados por comunidades tradicionais e agricultores familiares⁴⁸. O novo desenho do PNAE traz a possibilidade de beneficiar, ao mesmo tempo, o produtor e o consumidor. Por um lado, a alimentação escolar passa a incluir a perspectiva da qualidade do alimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede pública (o alvo do programa). Por outro lado, inclui a promoção do agricultor familiar, o que potencialmente pode trazer benefícios secundários tanto à geração de renda como à segurança alimentar dos próprios produtores de alimentos. Desde o processo de modernização agrícolas são os pequenos agricultores familiares a parcela da sociedade mais vulnerável aos ditames do mercado.

Com a aprovação da lei nº 11.947 de junho de 2009⁴⁹, há a obrigatoriedade para que ao menos 30% (trinta por cento) do valor repassado pelo governo federal aos estados e municípios, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e direcionados à alimentação escolar, sejam destinados à compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar ou de suas organizações. O artigo 14 da referida lei expressa, ainda, a atenção especial aos assentados, comunidades quilombolas e indígenas:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O modelo vigente do PNAE responde aos anseios da sociedade porque prioriza a democratização e a descentralização das compras públicas de gêneros alimentícios voltados à alimentação escolar em todo território nacional. A publicação oficial dos Editais com as Chamadas Públicas é o instrumento disponível ao poder público para a aquisição direta de alimentos produzidos por grupos de agricultores dispensando-se, nesses casos, a necessidade de licitação:

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (Lei nº 11.947 de junho de 2009).

⁴⁸ Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *O encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar*. www.mda.gov.br/alimentacaoescolar

⁴⁹ BRASIL. Lei 11.947 ([completar](#))

A relevância social do PNAE é atestada por tratar-se de um dos programas sociais brasileiro de maior repercussão mundial, sendo referência para a elaboração de políticas públicas em países da África e América Latina e Caribe. Desde 2009, o país participa em cooperação com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) do programa *Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe*, com apoio técnico em diversos países⁵⁰.

O destaque internacional do PNAE ocorre porque há uma sinergia entre as ações executadas ao longo de todo o circuito produtivo, das fases de produção e circulação até o consumo que se dá no ambiente escolar. Acreditamos que, esta forte conexão colabora à construção de horizontalidades porque tem aproximado o setor produtivo (os produtores de alimentos) do mercado (compras institucionais) e consumidores (escolas públicas).

Deste modo, a oferta, o acesso e a qualidade do alimento destinado aos alunos da rede de ensino são pensados de forma interdependente e dinâmica. O PNAE é uma política pública intersetorial que privilegia o desenvolvimento territorial com base nas especificidades culturais regionais, demandas sociais e o nível de organização da sociedade local. O associativismo e cooperativismo, se orientados pelos princípios da economia solidária⁵¹ colaboram para a real autonomia e inserção produtiva no campo.

Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria (SINGER, 2004: 07).

A essência do atual programa de alimentação escolar no Brasil traz, também, a perspectiva da educação alimentar e nutricional no currículo escolar junto da aproximação da agricultura familiar. Dá prioridade as unidades agrícolas de base orgânica e agroecológica

⁵⁰ O Programa Brasil-FAO **Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe** está presente em 15 países: Antígua e Barbuda, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicaraguá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia e Venezuela. www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/alimentacion-escolar/pt

⁵¹ *A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. O desenvolvimento solidário apóia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas – à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar (SINGER, 2004: 11)*

conforme, orientado pela Resolução n. 26, de 17 de junho de 2013, que menciona em seu texto “*estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade*”. E, também, apoiar os produtores dos produtos orgânicos e agroecológicos com incentivo financeiro:

... EEx que priorizar na chamada pública a aquisição de produtos orgânicos ou agroecológicos poderá acrescer os preços em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei . 12.512, de 14 de outubro de 2011 (BRASIL, 2013)

Trata-se de um instrumento inédito aos agricultores familiares e comunidades tradicionais para sua inserção no mercado; e, um uso do território pensado a partir do incentivo às tecnologias sociais e apoio ao desenvolvimento da economia local.

Em seus princípios e diretrizes nacionais, o PNAE tem se pautado por alguns eixos balizadores que levam à intersectorialidade das ações governamentais:

- A equidade e a universalidade do atendimento – o direito à alimentação adequada e diversificada aos alunos da rede pública de ensino;
- A educação alimentar e nutricional no ensino e aprendizagem;
- A promoção de uma alimentação saudável e de qualidade – alimentos orgânicos e agroecológicos;
- O uso do território por comunidades tradicionais – sistemas de produção praticados por indígenas, quilombolas e agricultores familiares;
- A inclusão produtiva e o empoderamento dos agricultores familiares – autonomia das mulheres e inserção de jovens no campo;
- A organização e a participação da sociedade local no controle social – associativismo e cooperativismo, grupos de consumo, conselhos locais;
- O respeito à diversidade geográfica da cultura alimentar – aquisição de alimentos locais ou regionais, contribuindo à preservação da biodiversidade.

O presente arranjo da política territorial para alimentação escolar no Brasil se apoia na interdependência e conexão entre agentes sociais atuantes nas diversas escalas de ação (municipal, estadual e federal), e prevê o monitoramento pela própria sociedade local (Fluxograma 02).

Fluxograma 02 - Estrutura do processo de aquisição de gênero da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Fonte: Adaptado pela autora, com base em materiais elaborados pelo FNDE, 2016.

O FNDE, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é o órgão responsável pela coordenação, repasses financeiros e fiscalização da execução do programa no território brasileiro. As Entidades Executoras correspondem às Secretarias de Educação dos estados e Distrito Federal, prefeituras e escolas federais, e são as responsáveis pelo recebimento dos repasses financeiros do FNDE, execução e prestação de contas.

O monitoramento do PNAE é realizado em diversas esferas. A fiscalização é feita pelo Tribunal de Contas, Controladoria Geral e Ministério Público da União. A inspeção sanitária dos alimentos é tarefa das Secretarias de Saúde e Agricultura dos estados e municípios, e a fiscalização do profissional nutricionista por Conselhos de Nutricionistas. Há, ainda, um

colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do executivo, entidades civis, trabalhadores da educação, pais e alunos, que são o Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

O CAE é a instância que permite à sociedade acompanhar a efetivação da aplicação de recursos financeiros destinados à compra de alimentos da agricultura familiar ao nível local. A atuação ativa dos CAEs municipais e estaduais permite monitorar desde o planejamento da escolha dos gêneros a serem adquiridos, dialogando com os agricultores e profissional de nutrição, até a adequação dos cardápios às necessidades locais, respeitando a diversidade e a sazonalidade da produção.

Em 2015, o PNAE atendeu 42,6 milhões de alunos e foram repassados aproximadamente 3,8 bilhões de reais aos entes da federação⁵². No mesmo ano, a Resolução nº 04 de 02, de abril de 2015⁵³ atualizou algumas das diretrizes anteriores (Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013) para a realização das compras da agricultura familiar destinadas às cozinhas da rede pública de ensino. Observa-se que as entidades executoras divulguem amplamente as Chamadas em jornais locais, murais próximos de grande circulação e na internet. A Resolução inclui modelos de Chamadas Públicas para orientar as prefeituras.

Ampliar os meios de comunicação local é essencial para obter a transparência e a possibilidade de fiscalização do processo de compras institucionais. Revela-se, também, uma oportunidade aos agricultores e comunidades tradicionais em ter maior acesso aos circuitos curtos de comercialização. O Fluxograma 03 ilustra as etapas que compõem o PNAE.

⁵² Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) www.fnde.gov.br

⁵³ Resolução nº 04 de 02, de abril de 2015. Conselho Deliberativo, FNDE, Ministério da Educação, 2015.

Fluxograma 03 - Etapas do processo de compras institucionais do PNAE.

Fonte: Adaptado pela autora, com base em materiais elaborados pelo FNDE, 2016³.

8.2. A POLÍTICA E O LUGAR: SINGULARIDADES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (**RESULTADOS**)

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (OLIVEIRA, 2015: 241).

A partir da análise da percepção dos agentes sociais e das dinâmicas envolvendo o PNAE, a coleta de dados embasou uma análise crítica do processo de implantação do PNAE, instrumento mediador ao acesso dos agricultores aos mercados locais, base material à formação de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. O exame das ações locais ao PNAE embasará buscou identificar as *situações geográficas* (GEORGE, 1975; SILVEIRA, 2016) ao *uso agrícola dos territórios*, durante as aquisições de gêneros agrícolas da agricultura familiar à alimentação escolar.

Para esta investigação, os entrevistados consentiram com a entrevista e acenaram positivamente para a identificação pública do conteúdo das informações. Todavia, por tratar-se de pesquisa qualitativa, com pequena amostra de informantes, optou-se por guardar o sigilo das informações citadas neste capítulo, preservando, assim, o nome dos entrevistados e dos municípios.

O diagnóstico traçado identifica que uma maior articulação intersetorial entre os agentes sociais locais, juntamente com a formação continuada dos profissionais responsáveis pela execução de políticas públicas, como o PNAE, são dois aspectos relevantes a favorecer o cumprimento das metas ao sucesso da política.

As três esferas de poder (local, estadual e federal) deveriam criar e garantir as condições necessárias para a basilar formação contínua do funcionalismo público. Possivelmente, essas medidas, reduziriam os gastos com dispendiosas contratações eventuais de consultorias com a finalidade de auxiliar a administração pública. Cooperaria, portanto, com a pujança e maior autonomia administrativa no âmbito local.

8.2.1. Aspectos gerais das entrevistas com os técnicos nutricionistas e de ATER.

A primeira observação a ser feita diz respeito ao local de moradia dos funcionários da prefeitura entrevistados. A pesquisa encontrou indícios de que o fato do profissional residir em outro município, normalmente um município vizinho de maior porte, não corresponde automaticamente ao desconhecimento da realidade local ou incipiente participação nos fóruns coletivos, como poderia ser esperado.

Os entrevistados residentes em outros municípios demonstraram, assim, enquadrar-se nas duas situações: a) ter o domínio e conhecimento da realidade municipal, aliado à forte presença e compromisso com o desenvolvimento local; b) ter pouca motivação à compreensão da realidade municipal e baixa inserção nas atividades da coletividade. Por outro lado, todos os profissionais residentes no mesmo município de trabalho apresentam forte vínculo e presença pró-ativa em ações cotidianas da vida municipal.

A execução de políticas de base intersetorial, como o PNAE, traz a novidade e a necessidade de diálogo dos nutricionistas, por exemplo, com os agentes sociais da esfera da produção de alimentos (agricultores e agrônomos). Em dois casos constatou-se que, apesar do período de atividade no cargo de responsável técnico pelo PNAE ser superior a sete anos, há uma baixa compreensão da realidade agrícola municipal somada a uma fraca ou ausente relação com os agricultores da região. Por sua vez, este cenário se reflete no perfil da realização da política que deixa de adquirir e/ou adquire aquém da capacidade de produção da agricultura familiar local.

Nota-se que a formação escolar apenas no nível da graduação não é suficiente para acompanhar os avanços no conhecimento científico e as incessantes inovações organizacionais no ambiente de gestão que, cada vez mais, contam com a participação e o monitoramento da sociedade em sua elaboração. Desta forma, um requisito essencial ao êxito no uso dos recursos financeiros e a eficiência na condução das políticas públicas deve ser uma articulação de base territorial e o estímulo à realização de cursos, participação em comissões, conselhos, reuniões e em eventos técnico-científicos que colaborem ao permanente aprimoramento dos profissionais de carreira.

Igualmente, se observa a urgência em promover circunstâncias que favoreçam o trabalho intersetorial que aproxime os nutricionistas dos profissionais responsáveis tanto pela área de agricultura, como do setor de licitação e contratos. Ao dispensar os trâmites legais do processo de licitação, comuns à aquisição de bens e materiais na esfera pública, as ‘compras

institucionais' colocam em pauta a necessária construção de outra compreensão do significado de gasto público e a habilidade ao trabalho interdisciplinar e interinstitucional.

Os levantamentos de campo permitem inferir que o próprio desenho do PNAE favorece uma maior aproximação entre as áreas de educação e agricultura. Todavia, a exceção de alguns municípios, as relações de cooperação e trabalho conjuntos entre esses dois setores da administração pública são bastante frágeis. A pesquisa encontrou, também, pouca menção, por parte dos entrevistados, de trabalho oficial realizado com a área de saúde.

Paralelamente, a ausência de trabalho e parcerias envolvendo as áreas de agricultura e meio ambiente revela um dos principais conflitos e disputa pelo tipo de uso do território municipal. O fato de serem municípios localizados em Áreas de Preservação Ambiental prevalece uma dicotomia na visão dos gestores - da agricultura e do meio ambiente - a respeito da presença, finalidade e características da atividade agrícola. De modo ilustrativo, se tem duas situações de extremos opostos. De um lado, a defesa integral da preservação natural com severas reservas à atividade agropecuária; de outro lado, a defesa da expansão das áreas de produção agrícola, por vezes dissociada da adoção de sistemas técnicos agrícolas que estejam em harmonia com a preservação ambiental.

O perfil dos profissionais de nutrição e assistência técnica rural são bastante distintos tanto em relação à idade, quanto em relação ao gênero. Enquanto os profissionais de nutrição todas as entrevistadas são do sexo feminino (no total de 08 entrevistas); na ater a maioria é do sexo masculino, são 05 do sexo masculino e 04 do sexo feminino do total de 09 entrevistas. Do total geral, os 17 entrevistados de ATER e Nutri, a maioria está concentrada na faixa de 31 a 36 anos (6 entrevistados) e na faixa de 49 a 54 anos (4 entrevistados).

08 mulheres nutricionistas
04 mulheres em ATER
05 homens em ATER

Gráfico - Faixa etária dos gestores públicos das áreas de nutrição e extensão rural entrevistados, em 2017.

Fonte: dados da pesquisa, 2017

Gráfico - Gênero dos gestores públicos das áreas de nutrição e extensão rural entrevistados, em 2017.

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

8.2.1.1. A perspectiva dos nutricionistas.

Foram efetivamente realizadas as 08 (oito) entrevistas previstas com os profissionais de nutrição, em cada um dos municípios selecionados ao estudo. As entrevistas foram gravadas e os depoimentos dos sujeitos entrevistados anotados, manualmente, em folha impressa com o roteiro básico. Dos oito municípios, houve somente uma situação em que a profissional de nutrição mostrou-se reticente em responder à entrevista, e postergação da assinatura do TCLE, com a alegação de estar a pouco tempo no exercício da função e necessitar o consentimento dos superiores imediatos. Na ocasião, se esclareceu que já havia sido encaminhado de antemão tal solicitação. As demais sete profissionais em nutrição colocaram-se bastante receptivas e disponíveis em responder às questões do pesquisador, ainda que, a análise do conteúdo das entrevistas permitiu extrair singularidades locais na atuação das profissionais (BARDIN, 2016).

O tempo, correspondente a cada uma das oito entrevistas realizadas variou de 50 minutos até por volta de 3 horas. Esta diferença na duração dos contatos - pesquisador e entrevistado - é bastante significativa para a interpretação e apreensão das singularidades locais. A extensão dos diálogos é um dos aspectos que pode revelar a profundidade e o teor das informações apresentadas pelo entrevistado. De um modo geral reflete, também, o grau de envolvimento do profissional de nutrição com o PNAE, bem como sua articulação com os demais agentes sociais envolvidos com esta política (agricultores e extensionistas).

Do total de oito municípios, em três situações o envolvimento das profissionais de nutrição mostrou-se bastante enriquecedor do ponto de vista da eficiência na implantação da política diante do esforço ao trabalho conjunto, colaborativo e próximo dos agricultores familiares, extensionistas rurais e, inclusive, o setor de contratos e licitações das prefeituras. Em situação intermediária, estão outros três municípios onde ocorrem as reuniões de Chamada PNAE, porém, com pouco ou quase nenhuma aproximação entre a nutricionista e os agricultores. E, em um dos municípios, tem havido a realização das Chamadas Públicas ao PNAE, todavia, o contato com o agricultor e a decisão final sobre os itens a serem adquiridos da agricultura familiar tem ficado sob a responsabilidade do técnico do setor de licitação, sendo que o trabalho da profissional de nutrição se concentra na elaboração do cardápio e lista de itens sugeridos para compra da agricultura familiar repassados por email ao setor de licitação e contratos.

Uma ponderação resultante da análise das entrevistas com as nutricionistas é a intensa relação existente entre a formação contínua e o desempenho em ações à frente da gestão de políticas públicas. O conteúdo das entrevistas traz evidências a respeito do diferencial positivo que a formação continuada dos profissionais das prefeituras representa para uma melhor eficácia na adesão, implantação e assimilação dos objetivos de propostas modernizantes às políticas públicas. Assim, independente do local de moradia e do tempo e/ou experiência no exercício da profissão, são os profissionais de nutrição com cursos de especialização e mestrado, ainda que na maioria dos casos em áreas acadêmicas não relacionadas ao PNAE, a revelar maior compreensão e domínio geral em relação às diretrizes do programa.

Nutricionistas responsáveis técnicas em coordenar o PNAE - Secretárias de Educação municipal.

Foto 04- Natália – São Luis do Paraitinga/SP.

Foto 05- Julienne – Juquitiba/SP.

Foto 06- Ana – Nazaré Paulista/SP.

Foto 07- Patricia – Joanópolis/SP.

8.2.1.2. A perspectiva dos extensionistas de assistência técnica rural

As entrevistas com os técnicos da área de assistência técnica e extensão rural (ATER), também, foram efetuadas com bastante êxito. Da meta planejada para a realização de 01 (uma) entrevista por município, totalizando ao final 08 (oito) diálogos com o setor, apenas em 01 (um) município não foi possível efetivar a aplicação do roteiro. Por outra parte, em 02 (dois) municípios foram ultrapassadas a meta, adicionando-se mais 02 (duas) entrevistas com técnicos de ATER, uma em cada cidade. Assim, em um dos municípios realizou-se entrevista com agricultor local designado para assumir a Diretoria da Casa de Agricultura; e, no outro município, a entrevista foi realizada com técnico da EDR da CATI que, uma vez na semana, atende aos agricultores na Casa de Agricultura.

Das 09 (nove) entrevistas realizadas com ATER é possível afirmar que, dada as adversidades para o trabalho de campo dos técnicos, sobretudo, em razão do orçamento público restritivo, os funcionários concursados são comprometidos e demonstraram ter grande experiência e elevado conhecimento sobre a realidade geral da agricultura local. Ao longo das entrevistas, os 07 (seis) entrevistados de ATER e 01 (um) entrevista do setor de Licitação e Contratos, colocaram-se disponíveis para acompanhar a aluna-pesquisadora em visitas a roça dos agricultores. Neste sentido, em 03 (três) desses municípios houve a companhia e apoio do técnico de ATER e Licitação e Contratos com a efetivação das visitas a 05 (cinco) propriedades rurais. Em 01 (um) outro município a técnica esteve conosco em Audiência Pública na Câmara dos Vereadores com pauta a Cooperativa de agricultores e, também, nos apresentou a diversas pessoas ligadas à produção agrícola, no centro da cidade.

A escolaridade e a capacitação contínua são diversas da condição encontrada entre os profissionais em nutrição. Observa-se que entre os extensionistas rurais, a escolaridade é mais variada, incluindo técnicos de nível médio (sem graduação) e/ou graduação em áreas distintas da agronomia (pedagogia, gestão de negócios). Nessas circunstâncias, a grande experiência prática desses técnicos e o conhecimento adquirido na vivência de campo, muitas vezes, preenchem grande parte das lacunas da formação acadêmica não continuada. Entretanto, até mesmo os técnicos com formação superior em agronomia, conforme nos foi relatado, sentem a necessidade de realizar cursos de atualização em razão de a grade curricular ser insuficiente ao trabalho exigido no dia-a-dia. Neste sentido, se reforça a necessidade de parceria entre o poder público, municipal e estadual visando amparar tecnicamente os trabalhos de campo

cotidianos; garantindo, assim, tanto as visitas permanentes dos técnicos às propriedades rurais, como as condições para sua formação continuada.

Em geral, os técnicos de ATER são desafiados a trabalhar e atender as múltiplas e simultâneas demandas e reivindicações do campo: por grupos de agricultores, por cadeias de produção, por sistema de manejo (orgânicos), por característica da unidade (familiar ou empresarial). As solicitações dos agricultores constituem-se de apoio em orientações diversas como informações sobre os trâmites a obtenção de crédito bancário, mercado de produtos, documentação do produtor rural, compra de terrenos, orientação para o manejo da produção, organização social dos agricultores, relatório de venda PNAE, entre outros. Assim, a dedicação e o perfil dos serviços prestado por técnicos aos agricultores são bastante heterogêneos. Correspondem a distintas visões de mundo e habilidades pessoais, formação acadêmica e grau de especialização, características dos agricultores locais e a orientação de chefias imediata e mediata de órgãos da administração pública municipal ou estadual.

Em relação ao acompanhamento dos técnicos de ATER nas atividades do PNAE (atendimento de campo aos agricultores familiares e participação em reuniões de Chamada Pública), a pesquisa averiguou que, em razão das especificidades locais, não são todos os técnicos a se envolverem direta e integralmente em atender os produtores. Todavia, à exceção de um técnico, todos os demais afirmaram a grande importância dessa política aos agricultores.

Uma análise superficial dos dados poderia concluir que, em municípios com menor envolvimento do técnico de ATER no PNAE, são maiores as dificuldades dos agricultores se inserirem no Programa e, portanto, nesses municípios as Chamadas públicas PNAE seriam mais esvaziadas. Entretanto, os levantamentos de campo mostraram uma complexidade maior para entender o sucesso ou fracasso do programa. De fato, o envolvimento do técnico de ATER, assim como do profissional em nutrição, são pontos cruciais para auxiliar o agricultor familiar em diversas etapas destinadas a atender ao programa (da escolha dos cultivos e métodos de manejo até a logística de entrega). Todavia, se observou que há situações em que a ausência do técnico nas atividades do PNAE tem sido preenchida por profissionais ligados a ONGs com projeto em trabalho local e/ou outro técnico do poder público de outro setor.

Gestor público da Casa de Agricultura Municipal e/ ou CATI: profissional em assistência técnica rural (ATER).

Foto 08- Maria Marcia – Juquitiba/SP

Foto 09- Heloisa – Piedade/SP

Foto 10- Giani – São Lourenço da Serra/SP

Foto 11- Matuya– Joanópolis /SP

Foto 12- Antonio MArchiori – Ubatuba/SP

Foto 13- Cesar – Nazaré Paulista/SP

No município de São Luis do Paraitinga, o técnico da área de licitações e contratos acompanha, pessoalmente, os agricultores familiares envolvidos no PNAE em diversas etapas do processo (Foto 14). Juntamente com a nutricionista, há grande incentivo e apoio técnico desses profissionais para que outros agricultores se insiram no processo de compras públicas. Daí se observar, neste município, a grande presença de agricultores no dia da reunião de Chamada Pública PNAE e efetivação das compras dos agricultores familiares com destaque para os alimentos orgânicos, conforme QUADROS e Foto 14.

QUADRO – Compras Públicas da Agricultura Familiar, PNAE, São Luis do Paraitinga-SP, 2018.

Ano		Agricultores Familiares	Valores R\$	% AF
2010	1º Chamada	03	R\$ 12.973,46	14%
2011	1º ano 30%	12	R\$ 59.926,50	42%
2012		12	R\$ 66.476,26	48%
2013		11	R\$ 65.341,39	72%*
2014		11	R\$ 102.695,70	57%
2015		14 01 Cooperativa	R\$ 111.720,91	64%
2016	Orgânicos Cooperativa	06 Orgânicos 08 Convencionais 01 Cooperativa	R\$ 40.368,71	37%
2017		10 Orgânicos 08 Convencionais 01 Cooperativa	R\$82.063,79	62%
2018		08 Orgânicos 04 Convencionais 01 Cooperativa	R\$ 94.573,20**	58%**

Fonte: Secretaria de Educação de São Luis do Paraitinga, 2018.

Foto 14 – Claudinei responsável técnico pelo setor de Licitação e Contratos da prefeitura, realizando levantamento de preços de produtos na roça do casal Cleber e Rosângela, São Luis do Paraitinga, 2017.

Agrônomos em trabalho de assistência rural e extensão rural, dia de visita a unidades agrícolas familiares.

Foto 15 O agricultor Eduardo e o agrônomo Cesar - Nazaré Paulista – SP

Foto 16 - O agricultor Ademair e a agrônoma Matuya - Joanópolis - SP

8.2.2. A perspectiva dos agricultores familiares.

Nas circunstâncias em que se conseguiu efetivar o diálogo, ou entrevista, houve, por parte dos agricultores, uma grande atenção em responder às perguntas elaboradas. Igualmente, foram solícitos ao apresentar à área de plantio para registros fotográficos ou detalhar informações sobre o manejo da produção⁵⁴. Nota-se haver, entretanto, algumas particularidades socioespaciais na relação entre o agricultor/pesquisador e que subsidia a compreensão da diversidade de situações geográficas ao uso agrícola dos territórios.

Ao iniciar a conversa com os ‘agricultores’ e almejando uma resposta espontânea, foi-lhes perguntado como se apresentam socialmente em relação à ocupação ou atividade profissional. Em seguida, a indagação foi dirigida de forma que o entrevistado escolhesse dentre uma lista de termos - lidos em voz alta pelo pesquisador - uma ou duas opções que melhor definisse o seu perfil⁵⁵. A maioria dos entrevistados atendeu, prontamente, indicando a palavra escolhida, acrescentando alguma outra informação e, ainda, combinando duas ou mais palavras para especificar e caracterizar o seu próprio perfil de trabalho no meio rural.

A partir da fala de uma entrevistada percebe-se que uma Cooperativa, por exemplo, denomina a todos os cooperados por ‘produtores rurais’, designação apreendida em cursos de capacitação ministrados pelo SENAR. A entrevistada com DAP ativa, e formação universitária, enfatizou que as pessoas que saem da cidade (área urbana) para produzir no campo (condição dela própria) são ‘empresários rurais’, e explicou que esta é uma denominação adotada pelo SEBRAE. Para ela os ‘agricultores’ seriam as pessoas que nasceram no campo/área rural. Outro entrevistado recém-chegado ao mesmo município, e ex-meeiro, se autoidentificou como ‘lavrador’ alegando que, por não possuir a nota do ‘produtor’, ainda não poderia ser chamado de ‘produtor rural’. Em dois municípios, onde a herança cultural e o peso das atividades agrícolas estão fortemente presentes na paisagem, é comum, entre os entrevistados e população local, se identificarem como ‘caipiras’ enquanto sinônimo de agricultores familiares. Igualmente, em Ubatuba, a expressão usual é ‘caiçara’.

⁵⁴ Na zona rural tradicional ou nas áreas de agricultura periurbana, as entrevistas obtidas com sucesso foram gentilmente seguidas por cafés, lanches ou almoços, assinalando a amabilidade dos entrevistados.

⁵⁵ Os termos sugeridos aos entrevistados foram lidos por ordem alfabética, repetindo-se quantas vezes fosse solicitado: agricultor; agricultor familiar; caipira; camponês; empresário agrícola; empresário rural; lavrador; produtor rural; roceiro; sitiante; outros.

De modo geral, a denominação conceitual escolhida pelos entrevistados para se autoneomarem corresponde à compreensão adquirida entre amigos e vizinhos, no processo de formação escolar, política, realização de cursos ou conscientização diante da singularidade do sistema técnico da produção. Assim, a distinção conceitual assumida pelos entrevistados está, quase sempre, relacionada à designação sugerida pela organização social que os representam (associações, grupos e cooperativas); as instituições e entidades que fazem a assistência rural e promovem a formação desses sujeitos sociais; ou, ainda, o termo utilizado por órgãos públicos responsáveis pela emissão de documentos ao exercício legal da atividade agrícola.

Da leitura das concepções indicadas pelos entrevistados, conforme sugere a **Figura 00**, pode-se aferir que há uma multiplicidade de termos que caracterizam os ‘pequenos produtores agrícolas’ no estado de São Paulo. Em sua maioria, os entrevistados têm a percepção e se autodefinem como agricultores (familiares) ou produtores (rurais). Os entrevistados que adotam o sistema técnico orgânico e agroecológico mencionaram e destacaram esse atributo qualificando o termo ‘produtor rural’ ou ‘agricultor familiar’. A escolha da palavra e os adjetivos a complementar à ideia de produtor/agricultor ilustram a diversidade de situações e os múltiplos significados sociais subjacentes às práticas dos sujeitos que cultivam alimentos.

Figura 00 – Termos que definem o trabalho dos sujeitos sociais que cultivam alimentos, segundo a visão dos próprios entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Agricultores familiares participantes do PNAE e entrevistados em 2017.

À esquerda, o agricultor Eduardo participa do PNAE na modalidade de compra individual. À direita o agricultor Toninho faz parte do grupo de Associação de produtores rurais que entregam ao PNAE.

Agricultor Eduardo – Nazaré Paulista – SP.

Agricultor Toninho – Joanópolis – SP.

Das observações derivadas dos trabalhos de campo chegou-se a uma categorização geral esquemática que colabora para uma análise acurada sobre as particularidades da dinâmica dos agricultores familiares no estado de São Paulo em seu cotidiano. Aponta-se, assim, uma distinção inicial entre dois grupos: os ‘agricultores tradicionais’ e os ‘novos rurais’ **Quadro 00 e Figura 00**.

Em geral, o primeiro grupo corresponde aos agricultores (tradicionais) que não apresentaram grandes obstáculos ou impedimento de ordem pessoal em relação ao ‘tempo’ a ser dedicado ao pesquisador visitante/entrevistador. Na quase unanimidade das tentativas de solicitações para as entrevistas, o retorno desses agricultores foi imediato e bastante positivo. Colocaram-se, totalmente, disponíveis para as visitas, não necessariamente programadas com antecedência que, em geral, transcorreram por várias horas.

As agricultoras e agricultores ‘tradicionais’ têm origem rural, em gerações anteriores de lavradores ou criadores de gado de leite, que mantiveram o trabalho na terra. Essas famílias demonstraram satisfação em prostrar sobre os diversos temas indagados pela pesquisadora. Na maioria das vivências notou-se que os agricultores assumiam, até mesmo, a iniciativa de aprofundar as narrativas, ao contar ‘causos’ que ajudasse a interlocutora a compreender o cenário da cultura local. A hospitalidade oferecida pelos agricultores é ilustrada por vários

convites recebidos para pernoitar nos sítios, voltar para novas visitas, ou até participar de eventos culturais como festas religiosas e datas comemorativas das famílias entrevistadas⁵⁶.

Por outra parte, o contato com os chamados ‘novos rurais’, normalmente pessoas com relativa inexperiência na lida da terra, foi deparado com alguns episódios de oposição e/ou dificuldade ao planejar uma possível data livre nas agendas para reunião com a entrevistadora. A justificativa para a inviabilidade na efetivação das entrevistas no campo, ou em outro local, parece decorrer de uma maior preocupação em ajustar o calendário agrícola, e o intenso ritmo de trabalhos de plantio e colheita, com os compromissos ligados aos clientes, ou conciliar com os demais afazeres domésticos e obrigações familiares. Apesar de algumas tentativas de encontro com os ‘novos rurais’ resultarem infrutíferas (não retorno a telefonemas e mensagens) houve, mesmo nesse grupo, importantes exceções à regra.

Alguns produtores rurais iniciantes na atividade atenderam, prontamente, a solicitação logo no primeiro contato presencial. Durante a realização de uma entrevista, na residência de um produtor rural, deparamo-nos com a chegada repentina do amigo e vizinho produtor que, ao saber do intuito da visita da pesquisadora, também, aceitou gravar entrevista. Em outro lugar, uma agricultora que fazia sua entrega à ‘merenda escolar’, sensibilizada com os objetivos da pesquisa aceitou de imediato fazer seu depoimento. Ao finalizar a entrega dos produtos na prefeitura, a agricultora nos conduziu à sua chácara onde por mais de quatro horas contou sua história e apresentou a produção. Em uma terceira experiência, chegamos a uma unidade agrícola acompanhada por um ‘intermediário’ em seu trabalho de buscar os produtos para comercialização na cidade. Na ocasião se teve acesso à área produtiva e se compreendeu as motivações da agricultora, casada e com filha moça, morar sozinha na área rural. Esta família se reúne somente nos finais de semana em razão da distância, e do trânsito, que separam o local de trabalho do marido e da filha do lugar escolhido para residirem (sítio).

Em síntese, a vida das famílias ou dos agricultores individuais corresponde a uma dedicação integral aos trabalhos atrelados ao cultivo de alimentos. A jornada, normalmente,

⁵⁶ Nos municípios predominantemente rurais, a mesma cordialidade recebida dos agricultores foi sentida no diálogo casual com outros moradores locais, trabalhadores do comércio e serviços. Uma pessoa muito gentil, proprietária de um dos principais hotéis centrais de um dos municípios, sugeriu e nos conduziu pessoalmente até a residência de uma senhora dedicada à confecção e venda de doces artesanais (compotas e geleias). Em outra localidade, a funcionária da biblioteca municipal, nos convidou para conversar sobre as transformações na vida daquela cidade e visitar sua residência, uma das casas do centro tombadas pelo patrimônio histórico. Igualmente, a simpática proprietária de uma pousada, da mesma cidade, forneceu inúmeras informações sobre os agricultores locais, apresentando-nos a diversas pessoas na feira semanal do mercado público municipal, local de destaque aos encontros e festejos. O ambiente de simpatia e simplicidade nas relações humanas pode ser exemplificado, também, por um encontro com uma família, ocorrido na Festa do Divino Espírito Santo, e que nos surpreenderia meses depois com um convite, por telefone, para o aniversário da neta do casal morador na área rural. Há muitas histórias de respeito e apoio desinteressado que reforçam a apreciação da vida humana por outros ângulos.

ultrapassa o teto de oito horas diárias, e ocorre em todos os dias da semana sem exceção. Todavia, a vivência derivada das visitas às unidades agrícolas indicou que, apesar do intenso ritmo de trabalho na ‘roça caipira’, as relações humanas tendem a serem mais duradouras, contrastando com os encontros mais concisos e passageiros das áreas de agricultura urbana e periurbana. Por outra parte, o levantamento de campo revela uma imensa riqueza nos significados da civilidade demonstrada por inúmeras pessoas vinculadas aos dois perfis de agricultores. Essa experiência traz ao centro da reflexão a vida real, de relações espontâneas e verdadeiras. Longe dos holofotes da grande mídia, destinada a apontar atributos menos valorosos do ser humano, a vida que pulsa no cotidiano dos lugares é de afeto e solidariedade.

TABELA – Número de agricultores familiares com DAP, ano base 2017.

MUNICÍPIO	DAP ativa	DAP inativa	DAP total
Piedade	350	380	730
Ubatuba	144	149	293
São Luis do Paraitinga	133	39	172
Joanópolis	129	230	359
Tapiraí	47	44	91
Juquitiba	37	36	73
Nazaré Paulista	20	23	43
São Lourenço da Serra	20	19	39
TOTAL GERAL	253	352	605

Fonte:

Na TABELA acima estão arrolados o número de DAP *ativa* e *inativa* por município, o que permite ter a dimensão da presença da agricultura familiar em cada região estudada. Considerando-se a análise municipal segundo o critério do total de DAP ativa, observa-se que Piedade se destaca com o maior número de DAP ativa e inativa, reflexo tanto da grande extensão territorial municipal, como do uso da terra, tradicionalmente, associado à produção agrícola familiar. Em seguida, aparece Ubatuba. Em geral, os três municípios situados mais próximos da Capital (Juquitiba, São Lourenço da Serra e Nazaré Paulista) apresenta o menor número de agricultores familiares com DAP.

Agricultores familiares orgânicos e/ou agroecológicos inseridos no PNAE

Mariza e José Veríssimo – S. L. do Paraitinga – SP

Rosângela – São Lourenço da Serra - SP

Jaconilson, Elenice e - S. L. do Paraitinga – SP

Os fóruns coletivos: organização e participação social em conselhos municipais, Cooperativas, Associações e Grupos de Orgânicos.

Agricultores familiares inseridos no PNAE – Associação, OCS ou Cooperativa.

Os irmãos, da Cooperativa de agricultores de Piedade – SP

Os agricultores Maria (mãe) e Ademar (filho)
Joanópolis - SP

Agricultores familiares que desconhecem o programa e/ou nunca participaram do PNAE – ausência de DAP.

Agricultores familiares produtores de shimegi e shitake (fungicultura).

Foto: Shimegi

Foto: Shitake.

Kátia – Juquitiba – SP

Valtair – Juquitiba – SP

Ponto de Entrega dos gêneros alimentícios do PNAE- municípios selecionados.

Israel – São Lourenço da Serra – SP

Piedade – SP

Reunião de Chamada Pública PNAE- municípios selecionados.

Foto: Em pé à esquerda, Maria, nutricionista - São Lourenço da Serra - SP

Jovens agricultores familiares

Crianças no campo: filhos de agricultores familiares.

São Luis do Paraitinga – SP

Michele e filhas - Piedade – SP

Joanópolis - SP

Visita de campo à área de produção dos agricultores familiares

Valdir – S. Luis do Paraitinga – SP

José Veríssimo – S. Luis do Paraitinga

Ademar – Joanópolis – SP

Diego – Joanópolis - SP

Toninho – Joanópolis – SP

Michele – Piedade – SP

Circuitos Curtos de comercialização – banca, feiras, mercado municipal.

Foto: O agricultor familiar Valdeci na barraca de orgânicos organizada pela Prefeitura, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), e Cooperativa de produtores. Feira convencional (domingo) – Juquitiba - SP

Foto: Roberto e Sandra (ex-meeiros produtores de uvas em Louveira-SP). Atualmente, produzem e vendem uvas em banca de rua – Juquitiba - SP

Quadro – Caracterização geral dos agricultores familiares dos municípios selecionados, no estado de São Paulo, 2018.

AGRICULTURA FAMILIAR		
	NEO-RURAL	CONSOLIDADO - TRADICIONAL
DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP)	Agricultores com DAP ativa Agricultores sem DAP – empresários rurais	Agricultores com DAP ativa ou não Agricultores sem DAP – empresários rurais Pequenos Agricultores sem DAP – sem acesso às políticas públicas
PERFIL DOS AGRICULTORES	Agricultor neorural - classe média urbana: artistas, intelectuais, profissionais liberais, empresários, universitários, proprietários de chácaras de lazer. Em geral: pouca ou nenhuma experiência anterior de trabalho em atividades rurais	Agricultor tradicional ou ‘caipira’: grande experiência de trabalho predominantemente em atividades rurais.
	Aposentados ou desempregados dos grandes centros urbanos com ou sem experiência anterior na atividade agropecuária	Aposentados da área urbana municipal local ou da região: Diarista, empregados em hotéis e pousadas; fazendas, empresas agrícolas (sementes, reflorestamento, etc), com experiência anterior na atividade agropecuária
	Jovens da área urbana sem ou com experiência familiar agropecuária em outros municípios ou estados.	Jovens /Filhos de agricultores do mesmo município ou da região
PERSPECTIVA DO TRABALHO NO CAMPO	Visão empresarial do ‘negócio agrícola’ como oportunidade de gerar renda (principal ou complementar) para pagamento de despesas com chácara e sítio de lazer ou mudança de residência (urbano→rural).	Visão do modo de vida rural associado ao trabalho na terra para sustento da família e às tradições agrícolas ancestrais
	Busca do contato com a natureza para melhoria da qualidade de vida e saúde pessoal e da família.	Valores familiares associados à vida simples próxima à natureza, ao ritmo mais tranquilo e melhor qualidade de vida no campo (qualidade do ar, água, alimentos)
	Produção agrícola como conveniência de mercado – crescimento do mercado consumidor de orgânicos	Produção agropecuária como saber local – continuidade à tradição familiar

PERFIL DA PRODUÇÃO	Tendência à especialização produtiva para um ou poucos itens agrícolas – olerícolas, fungicultura, frutas da biodiversidade, mel, PANCs, piscicultura. Produção agropecuária associada à educação ambiental.	Tendência à diversificação da produção: olerícolas, frutas, gado de leite, aves, ovos, mel, PANCs. Produção agropecuária associada às atividades de turismo rural.
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura convencional, ○ Orgânico, ○ agroecológico. <p>Há maior facilidade da adesão dos agricultores à transição aos sistemas orgânico/agroecológico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura convencional, ○ orgânico ○ agroecológico. <p>Os jovens (filhos de agricultores) são mais propensos a realizar a transição aos sistemas orgânico/agroecológico</p>
ACESSO AO MERCADO	<ul style="list-style-type: none"> ○ venda ao consumidor na porteira, ○ atravessadores, ○ PNAE, ○ feiras de produtores, ○ restaurantes, ○ rede de varejo, ○ Associações e Cooperativas, ○ cestas delivery, ○ grupos de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ venda ao consumidor na porteira, ○ atravessadores, ○ PNAE, ○ feiras convencionais ○ feiras de produtores, ○ restaurantes, ○ Associações e Cooperativas, ○ mercado público, ○ troca com parentes e vizinhos
ACESSO A INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL	<ul style="list-style-type: none"> ○ Órgãos públicos, ○ empresas privadas, ○ organizações de agricultores (associação ou cooperativa), ○ mídia (revista, televisão e internet) – predomínio da assistência rural particular individual ou em grupo de agricultores organizados. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Saberes ancestrais, ○ órgãos públicos, ○ vizinhos e outros agricultores, ○ ONGs, ○ mídia (televisão e internet) - ausência ou assistência rural pública
AGROINDÚSTRIA		ARTESANAL Produção própria de queijos, doces, compotas, geleias, pães, sucos

Fonte: Organizado pela autora com base em dados da pesquisa de campo, 2018.

Figura 00 – Perfil da agricultura familiar nos municípios selecionados do Estado de São Paulo, 2018.

Fonte: Organizado pela autora com base em entrevistas de campo, 2018.

8.2.3. Narrativas da agricultura familiar

Eixo: perspectiva de investimento na produção e apoio do poder público:

“o governo parece que dá com uma mão e rapa com a outra” ... “Vou acabar de pagar minhas contas e encerrar a minha conta no Banco do Brasil” (Agricultor E. 1)

Eixo: experiência anterior ao PNAE - desde quando trabalha com produção de alimentos

5 anos que mexe com agricultura. Antes trabalhava com tropa puxando lenha com os burros. Era serviço de tropeiro (puxava lenha). *Tropeiro é assim, têm os burros e as mulas, você arriava os burros e as mulas com as cangais e vamos dizer que a estrada está aqui na minha casa e a lenha está lá em cima no meio do mato, ... tinha eu e mais 4 peação que trabalhava comigo, nós ia puxar lenha, tirava de lá para trazer para o caminhão carregar. O caminhão levava para firma, pizzaria. Eu prestava mão de obra para o dono da propriedade (para entregar lenha para pizzarias).*

“eu quase morri puxando lenha”.

“Eu nasci e me criei na olaria do meu pai”

“Enjoamos da olaria e compramos uns burros e fomos puxar lenha ... trabalhamos com tropa ...

depois disso ...meu pais são falecidos

“Hoje parei de mexer com lenha”

“Fiquei um pouco doente, deu uma aceleração no coração” e o médico falou pra mim assim: Eduardo, vc tem que procurar outra atividade que seja mais ... que não tenha muito desgaste físico que nem puxar lenha ...”

Comecei a plantar 50 pés de alface ... plantei acho que uns 100 pés de alface ... saiu bonito! e daí minha mulher falou assim: o que vc vai fazer com essa alface? Ah, comer eu não gosto muito de alface ... eu falei vou vender ... vou carregar o carro e se eu não vender eu joga tudo no mato e falo pra muié que eu vendi ... sai aqui e dei meia voltinha e vendi os 100 pés de alface ... blum ... de 100 passei para 150, 200 e 300 .. e nesse cinco anos, tô plantando 3 mil agora .. foi assim uma coisa sem esperar, mas que foi ...(se desenvolveu) .. e estou querendo aumentar mais .. só que daqui a pouco se começa aumentar vai ter que arrumar um funcionário ...

Eixo: trabalho na produção

Só eu e minha esposa – quando aperta um pouco a gente contrata um diarista, mas isso aí é muito difícil ... digo a semana quando aperta vc traz um pra dar uma ajuda ... por enquanto não estou necessitando ...

Eixo: sistema de MUTIRÃO

... Não. Hoje não existe mais isso ... hoje nem que você fazer um churrasco o caboclo não vem ... antigamente, falava vai ter um mutiraozinho, vamos roçar um pasto .. meu pai fazia tinha 45, 50 pessoas .. agora, ...oh fulano está precisando de fazer um mutirão para roçar um pasto ... o quê .. quanto 50, 60 conto a diária .. ninguém vem mais .. essa parte acabou .. aqui pra nós ... mão de obra dependendo do serviço que vc vai fazer .. tem sim .. mas, já tá bem escasso ... o povo não quer mais saber de roça não .. acho que vai ficar só os que ... não sei se ...aglguem tem que .. boca pra comer tem bastante .. alguem tem que produzir

8.2.2.4. Agroecologia, saúde, segurança alimentar e nutricional no campo e na cidade.

Eixo: **Sáude / SAN / Qualidade de vida no campo**

“A tecnologia trouxe os jovens para o campo de novo, né. E as dificuldades também dos centros, né ... A vida nos centros urbanos não está mais tão agradável quanto era o sonho. Ainda mais agora nessa época de crise econômica que a gente está passando no planeta, né ... Tá bem complicado ... pra todo mundo que mora na cidade, vê o campo acho que como uma esperança, né ... Esperança de uma vida melhor. Uma Vida mais verdadeira. Fazer sentido para a vida, das crianças terem uma vida mais tranquila. Na cidade, muitas vezes, as pessoas ficam presas nas casas. Hj em dia estão retomando a interação nas praças, na natureza ... O ser humano gosta de interagir na natureza, geralmente ... Tem toda relação (com a saúde). O nosso natural é na natureza. O nosso sistema orgânico funciona muito melhor estando em contato com a Natureza, né. Eu pelo menos não me vejo morando numa grande metrópole. Já morei em cidade, mas sai correndo ... Morei em Florianópolis ... e em Santos. são cidades que tem qualidade de vida boa, e tudo ... Mas é cidade! ... Tem lá os parques, tem tudo .. mas o ritmo do ser humano é de cidade. Não consigo acompanhar esse ritmo ... não me interessa ... Não sinto prazer em acompanhar esse ritmo. Tem muitos benefícios na cidade. Mas os poucos que tem no campo vale mais a pena, acho” (agricultor R1.)

...

“Com o conhecimento que a gente foi tendo através da necessidade para o atendimento do PNAE, né. E a produção orgânica melhorou a bastante a nossa alimentação ... a gente consome a maioria dos produtos orgânicos ... (começou a comer mais FLV) a gente sempre comeu ... uma época minha mãe foi vegetariana ... facilitou a identificação do produto melhor .. a gente consegue saber quando um produto é bom e quando ... quando não é ... tem vezes que não parece tão orgânico ... o nosso sistema imunológico melhorou ... a gente fica bem menos doente hj em dia do que na época q não comia orgânicos” (agricultor R1.)

- Baixa escolaridade
- Atividade agrícola não é a única experiência e atividade de trabalho
- Geralmente, a esposa ou o marido, tem outra atividade urbana ou periurbana secundária que ajuda a compor a renda familiar, ainda que muitas vezes isto não seja valorizado, citado com destaque pelo entrevistado.
- Demonstraram o desejo de continuar na agricultura se houvesse melhores condições de trabalho
- PNAE – melhorou a renda, ajudou a aquisição de bens (trator, carro, reforma da casa, investir na produção)
- A maior parte a unidade de produção é comprada ou herança
- Moradia: em geral família (casal e filhos)
- Ajuda na produção: em geral não contam com empregados, apenas trabalhadores contratados eventualmente e, também, não há sistema de mutirão. Com exceção de Rodrigo e Caue (JU);
- Os entrevistados, geralmente, participam de Cooperativa ou Associação. Há em muitos casos, experiência anterior, e uma das razões/ motivações atuais para participar é o acesso às políticas como o PNAE;
- Entre as principais vantagens para participar de organizações sociais: facilidade em adquirir insumos, assistência técnica, informações sobre a produção (manejo, mercado), cursos, acesso às políticas públicas;
- Entre as principais queixas da participação em organizações sociais: dificuldades de relacionamento com os demais associados/cooperados, principalmente, com a ‘diretoria’; a falta de transparência na prestação de contas e decisões por parte da ‘diretoria’;
- Os entrevistados, geralmente, participam apenas do CMDR, CAE. E são os técnicos de ATER a estimular essa participação;
- Em geral os entrevistados trabalham na produção agrícola de segunda a segunda-feira, por volta de 10 hs diárias, sendo que por volta de 10% desse tempo é dedicado à comercialização da produção;

- A decisão sobre o que vai plantar é influenciada pelos consumidores locais, mercado de modo geral e em menor grau sugestão de técnicos da prefeitura, e vizinhos agricultores
- Os preços são definidos conforme o mercado e os preços praticados por vizinhos
- Em geral, os agricultores entrevistados participantes do PNAE praticam o sistema técnico de produção ‘natural’, orgânico e agroecológico, em transição, hidropônico e, em último caso, convencional.
- A maior parte são certificados por auditoria porque desejam ou já estão inseridos em outros mercados além do PNAE; ou estão se organizando em OCS;
- Em geral, as sementes e mudas são compradas em outros municípios, de maior porte e onde estão localizadas casas de insumos com preços desses produtos mais atraentes aos agricultores. Nos municípios de menor porte as casas de insumos vendem sementes e mudas em geral somente à proprietários de chácaras de lazer, em razão dos preços maiores aqueles que os agricultores podem obter em outros municípios vizinhos. Muitos agricultores produzem suas próprias mudas e sementes;
- Em relação à ATER, uma grande parte diz contar com a ATER da Casa de Agricultura/CATI. Uma dos principais apoios diz respeito à análise do solo. No entanto, outra parte dos entrevistados, diz não contar com nenhum tipo de ATER pública. Em caso de produtos específicos, como a cadeia da fungicultura, relativamente nova no Estado de São Paulo, os produtores disseram não contar com nenhum apoio do setor público, aprendendo com ATER contratada, vizinhos do mesmo ou de outros municípios;
- Em geral, os agricultores são abertos a realização de cursos de capacitação. Muitos realizam cursos por iniciativa individual por meio da internet. O SENAR e SEBRAE, e as Cooperativas e Associações foram os principais órgãos citados e identificados pelos agricultores como os organizadores dos cursos de capacitação dos quais participaram;
- Em relação à comercialização há diversas situações. Desde aqueles agricultores onde o PNAE representa 100% das vendas, até aqueles em que saíram do PNAE e voltaram-se para ampliar o volume de vendas se inserindo em outros mercados;

9. USO DO TERRITÓRIO E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): TRANSIÇÃO AOS SISTEMAS TÉCNICOS AGROALIMENTARES ORGÂNICO AGROECOLÓGICO?

*Ninguém coma de menos
Nem trabalhe demais!
Tenha Nervos serenos!
Seja simples como o N
das coisas naturais!*

*Sou o N que diz: Não!
- Sou o N que diz:
Não descuide da Nutrição
para ter saúde,
para viver muito,
para ser feliz!*

Foto: Folhas de beterrabas.

Foto: Folhas de taioba.

*Atenção! – que digo: Acorda, menino,
Vamos ser Alegres, vamos ser Ativo,
Eu te dou o Ar pra respiração,
Eu te dou a Água, eu te dou as Árvores
e todas as belas
frutas Amarelas,
Trago-te Apetite e Alimentação!*

*Pois é o S do Sumo das frutas,
S das comidas Simples,
das Saladas Sortidas,
com legumes Sedutores,
enfeitados de Salsa,
com pouquinho Sal!*

*Porque é o S do Sangue
luminoso,
O S de alma Sadia,
O S de corpo São.*

*Salve! Salve! Salve!
Que o S da Saúde
Dá outro Salto,
e faz outra Saudação!*

(Cecília Meirelles e Josué Castro)

Foto: Frutos da Amoreira.

9.1. Avanços e desafios: o futuro da agricultura familiar

Os mercados institucionais se constituem em uma modalidade de comércio de grande potencial a auxiliar a geração de renda e melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. Todavia, ainda que os municípios estejam cumprindo as diretrizes da legislação, comprando pelo menos 30% da agricultura familiar, nota-se que muitos agricultores tradicionais locais desconhecem a existência do programa e, até mesmo, dos direitos dos agricultores acessar as políticas públicas. Em geral, prevalece uma grande desconfiança em relação à efetividade e o cumprimento de ‘promessas’ realizadas por representantes de órgãos do Estado em suas diversas esferas administrativas. Portanto, torna-se necessário maior divulgação e esclarecimentos sobre o funcionamento das regras das políticas destinadas aos agricultores.

Da análise das estatísticas oficiais sobre a agricultura familiar no estado de São Paulo é possível depreender a importância da participação desses sujeitos sociais na economia local e, em particular, na produção de oferta de alimentos para garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional no país. Todavia, como destacou um dos entrevistados da área de assistência técnica rural, com grande conhecimento da realidade de campo, muitas vezes os critérios das metodologias utilizadas nos levantamentos censitários deixam de contabilizar uma parcela de pessoas envolvidas na atividade agrícola em razão de que, em alguns casos, várias famílias ocupam uma única e mesma unidade de produção. Assim, a atual presença da agricultura familiar no território paulista pode ser bem mais expressiva que a indicação dos números divulgados. Portanto, o poder público tem a tarefa de manter o constante aperfeiçoamento das técnicas para a atualização das informações oficiais do campo de forma a subsidiar as análises e valorizar o trabalho das pessoas que estão, muitas vezes, na invisibilidade e sem acesso às políticas e programas sociais destinados aos agricultores familiares.

Confirmando as análises esboçadas em outros estudos, os relatos das entrevistas obtidas com gestores públicos e agricultores indica que um dos principais desafios à agricultura familiar se concentra no acesso ao mercado. Neste sentido, a criação da modalidade de compras públicas (mercados institucionais), tal como o PNAE, colabora para solucionar, parcialmente, um dos principais obstáculos aos pequenos agricultores se manterem na atividade agrícola, a questão da comercialização. Além disso, conforme se constatou nos

levantamentos primários, os mercados institucionais são, em muitos casos, o estímulo inicial para a ampliação dos locais de venda nos circuitos curtos. De modo geral, os agricultores entrevistados afirmaram que, após o PNAE, começaram a entrega de produtos a restaurantes ou em vendas diretas a consumidores (na porteira ou delivery). Por outra parte, as compras públicas, também, colaboram para a diversificação dos itens cultivados pelos agricultores. Os entrevistados mencionaram que a garantia de venda da produção às escolas, e o fato dos preços serem definidos previamente, constitui-se em estímulo ao investimento em melhorias da propriedade e na produção. Neste sentido, citaram, por exemplo, a possibilidade de efetuarem a compra de equipamentos (tratores, implementos e insumos), bem como aumentarem a área produtiva e o número de gêneros agrícolas produzidos.

Uma das principais vantagens do PNAE diz respeito aos preços pagos pelo poder público aos produtos adquiridos diretamente dos agricultores, situação diferente das compras públicas realizadas por meio de licitações em compras de empresas terceirizadas. As especificidades trazidas com os Editais das Chamadas Públicas PNAE garantem o mecanismo inédito que os agricultores recebam, pela venda de sua produção, o valor de mercado dos produtos, ou seja, o mesmo valor que consumidor final irá pagar ao comprar os produtos no mercado local. Tal fato torna a venda aos mercados institucionais bastante atraentes aos produtores. Soma-se a isto o fato de que a perspectiva de venda assegurada às prefeituras colabora para um ambiente de maior segurança ao produtor. Deste modo, os agricultores conseguem planejar os contornos da produção, incluindo a realização de novos investimentos.

Todos os gestores entrevistados concordam que entre os principais desafios atuais aos agricultores familiares, participantes ou não do PNAE, corresponde a necessidade de haver organizações sociais que representem os interesses dos próprios agricultores ajudando-os, por exemplo, a planejarem a produção. Há muitas dificuldades para o envolvimento de agricultores na gestão de associações e cooperativas. Em geral, até mesmo os agricultores que são membros de organização têm dificuldades de participar dos fóruns coletivos em razão do longo tempo destinado aos intensos trabalhos na lavoura. Nesses casos, as dificuldades na presença ativa e acompanhamento das ações da Cooperativa podem contribuir para gerar discórdias, cisão e enfraquecimento na representatividade. Nos casos de não haver organização local, é comum os agricultores se associarem a organizações de outros municípios, reforçando a situação de delegar ao Presidente de Cooperativa o poder de negociação com as prefeituras. Assim, aqueles agricultores que estão à frente da administração das Cooperativas acabam deixando de produzir alimentos para se concentrarem

na tarefa de resolver questões de logística – buscar e transportar os produtos na roça de cada associado, e negociar a venda dos produtos no mercado. Nessas situações, a Cooperativa transforma-se apenas no elo intermediário na relação entre o agricultor e as prefeituras. Por outro lado, as organizações que representam de fato os interesses dos associados tem um papel bastante importante nas negociações com a prefeitura. Em muitos casos o administrador público tem preferência na compra de agricultor individual porque na relação com a Associação ou Cooperativa será maior a articulação e o poder dos agricultores em pressionarem durante a definição dos preços dos produtos que sejam mais favoráveis a eles. Neste sentido, o apoio dos gestores públicos de extensão rural aos agricultores, da CATI ou Casas de Agricultura, tem uma atuação essencial para amenizar as distorções de ambos os lados (administrador público – agricultor).

Outro ponto relacionado à organização social dos agricultores é ajudar a conscientização sobre o sentido das políticas públicas. Como foi relatado por um entrevistado de assistência rural, há agricultores que, ainda, não entendem o que é uma política pública. Diferente de um assentamento que tem uma concepção política no uso agrícola do território, alguns agricultores individuais priorizam os interesses individuais em detrimento do coletivo. Para contornar essa situação, como foi levantado por alguns entrevistados é necessário a assistência rural pública que trabalhe com metodologias participativas, na linha da economia solidária, de modo a incentivar o trabalho e as decisões em grupo.

O êxito em alcançar os objetivos do programa - efetivar as compras da agricultura familiar local - depende da adesão e compromisso da administração pública municipal em apoiar a política, destinando recursos e estimulando o trabalho dos técnicos (nutricionistas e extensionistas rurais) de modo a atender as diretrizes da política. No entanto, as análises das entrevistas sugerem que as dificuldades e os entraves estão associados ao perfil dos políticos locais e à participação e o poder de influência dos agricultores e da sociedade civil. A cada quatro anos, a mudança na administração municipal representa momento de incerteza na continuidade da política em razão do grupo partidário eleito estar alinhado ou fazer oposição ao grupo político criador e defensor da lei.

Os entrevistados relataram que uma das principais limitações do PNAE diz respeito ao volume máximo de venda por agricultor-DAP. Eles gostariam de aumentar a oferta de produtos ao mercado institucional.

A questão da inovação tecnológica e modernização nas técnicas ao manejo da produção são importantes, todavia, deve estar condicionada a prioridade de estudos de mercado e ao

planejamento da produção que atestem a viabilidade econômica dos empreendimentos (inserção dos produtos no mercado) e de acordo com a legislação ambiental vigente.

A expectativa de obter melhores resultados aos empreendimentos agrícolas familiares é alcançada quando há convergência de políticas nas três escalas de poder (municipal, estadual e federal). Assim, ao lado das compras públicas como o PNAE (política federal), a contrapartida financeira dos entes municipais, e o apoio do poder público estadual, como a política nos moldes do Programa MicroBacias, por exemplo, são essenciais ao êxito das empresas agrícolas familiares.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da premissa que a questão alimentar se constitui em problemática crucial no campo da saúde global, esta investigação buscou, no processo histórico recente, desvendar dois aspectos relacionados ao uso agrícola do território no Brasil. Por um lado, o trabalho teve o intuito de reunir informações empíricas originais que pudessem confirmar, ou não, estudos e a opinião corrente sobre a importância dos sujeitos históricos incluídos na categoria de agricultura familiar para a construção de materialidade capaz de atender à crescente demanda social por alimentos diversificados, e cultivados em harmonia com os ciclos da natureza e preservação da biodiversidade. De outro lado, se propôs identificar, na atuação do Estado brasileiro, as ações públicas convergentes a viabilizar as bases sociais e materiais à produção e o consumo de alimentos saudáveis à população.

Selecionou-se, então, um dos recentes eventos erigidos pelo poder público federal, com a participação da sociedade civil, por manifestar grande magnitude espacial, social e temporal, potencialmente capaz de induzir a novas práticas agrícolas e hábitos alimentares. Optou-se, assim, por investigar os mercados institucionais da perspectiva das singularidades locais do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Originado na década de quarenta do século XX, o PNAE se distingue por ser uma das mais antigas políticas públicas em vigor no Brasil. Deste modo, escolheu-se como recorte temporal, para a análise da dinâmica dos usos agrícolas do território no país, o período recente que tem como marco o ano de 2009 com a reformulação do PNAE. Desde então, o Estado brasileiro determina a obrigatoriedade na aquisição de, no mínimo, 30% das compras públicas de gêneros alimentícios para as escolas municipais sejam provenientes da agricultura familiar. O atual desenho do programa traz, ainda, a novidade de recomendar e valorizar a inserção de alimentos orgânicos e agroecológicos e da biodiversidade regional no cardápio das escolas públicas de todo país.

Justifica-se a importância do estudo em razão de que, no presente, os sistemas agroalimentares hegemônicos correspondem ao empobrecimento da dieta e hábitos alimentares da população provocando inúmeros agravos à saúde humana. Ao mesmo tempo, as especializações *territoriais*, com a expansão das áreas destinadas aos monocultivos agrícolas trazem inúmeros impactos ambientais negativos. Neste contexto, a intensificação das trocas internacionais com a exigência de complementações entre os lugares - suprimento de alimentos - revela os limites do modelo hegemônico do sistema técnico dos agronegócios

para a soberania alimentar no país.

Da revisão da literatura científica se infere que a promoção da saúde global com a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional dependem da constituição de base material de cultivos biodiversos, e a aproximação da esfera da produção agrícola do lugar de consumo final.

Assim, o exame dos regimes e práticas agroalimentares revela que uma das contradições da dialética social do presente período são a coexistência e a oposição entre dois grandes sistemas técnicos de produção agrícola detentores de lógicas, métodos e objetivos antagônicos. Por um lado, há os *sistemas técnicos dos agronegócios*, abarcando uma variedade de técnicas e tecnologias embasadas na ciência aplicada à elevação da produção e produtividade no campo em íntima sintonia com os interesses dos agentes sociais das grandes corporações internacionais da indústria alimentícia, de insumos, sementes e equipamentos agrícolas. Desde o advento da Revolução Verde, no século passado, tem havido incessantes modernizações no sistema de produção agrícola comercial de base científico industrial hegemônico que passa a abranger, inclusive, a dimensão ambiental na busca de maior rentabilidade econômica. A metáfora da sustentabilidade ambiental dos *sistemas técnicos dos agronegócios* corresponde às inovações tecnológicas que levam à intensificação e sofisticação no uso de insumos químicos e maquinários, cada vez mais potentes, dando origem à agricultura de precisão; ao incremento no uso de novos materiais com as descobertas no campo das nanotecnologias; ao melhoramento genético das sementes transgênicas em decorrência dos avanços nas áreas de biotecnologia. Há, também, a expansão do *sistema orgânico monocultor de grande escala*, uma categoria do *sistema técnico do agronegócio* que prevê a substituição progressiva na aplicação de venenos nas lavouras até a supressão total da utilização desses agrotóxicos. As configurações geográficas desta agricultura praticada por grandes e médios empresários rurais tende a especialização territorial produtiva em commodities de exportação e biocombustíveis. Constituem-se em inspiração a uma parcela de pequenos produtores capitalistas que, apesar de produzirem em menor escala, perseguem a ideia de eficiência empresarial no campo a partir da especialização na produção de algumas culturas agrícolas. Assim, as ações e a materialidade que sustentam os *sistemas técnicos dos agronegócios* estão alicerçados em ordens e demandas engendradas exógenas, em verticalidades. Por outro lado, há a constituição de uma série de práticas agrícolas reunidas sob a denominação de *sistemas técnicos agroecológicos*. As evidências empíricas derivadas dos levantamentos das pesquisas de campo e a revisão de literatura científica recente,

sobretudo no campo das ciências da terra e saúde coletiva, indicam que esses distintos usos agrícolas do território repercutirão de modo desigual na saúde humana e ambiental fortalecendo com o apoio do Estado nacional a criação de horizontalidades.

A partir desta investigação se depreende que o êxito de políticas sociais na escala local está condicionado, de um lado, pela legítima participação democrática nas instâncias decisórias. De outro lado, depende do aprimoramento dos instrumentos que viabilizem monitorar as políticas públicas de uma perspectiva abrangente e intersetorial. Do ponto de vista de uma saúde global comprometida com a justiça social e ambiental, é necessário pensar quais são os alicerces que possibilitam garantir a ampliação do consumo de alimentos saudáveis na dieta de toda a população.

Argumenta-se que a existência de esferas de articulação e diálogo, entre o poder público e a sociedade civil, possibilita renovar laços de solidariedade e cooperação em direção a uma sociedade local mais pujante e coesa. Sugere-se, também, que uma maior participação e controle social vivenciada nos lugares estão entre as condições a assegurar o direito humano ao acesso regular e universal à alimentação saudável e a preservação da biodiversidade. Finalmente, pressupõe-se que o uso agroecológico do território é o método com o potencial em proporcionar as condições necessárias para garantir mais saúde, preservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional no país, em especial aos alunos de escolas públicas. A recente construção coletiva de um conjunto de políticas públicas à agricultura brasileira parece corroborar para a disseminação de princípios e técnicas de manejo da produção compatíveis com a preservação ambiental.

11. RECOMENDAÇÕES

Do ponto de vista de uma saúde global comprometida com a justiça social e ambiental, é necessário pensar quais são os alicerces que possibilitam garantir a ampliação do consumo de alimentos saudáveis na dieta de toda a população. Ao apreciar a saúde como uma das expressões à plena existência, esta investigação se propôs a tratar a questão primordial da alimentação e nutrição sob a perspectiva da produção de alimentos nos mercados institucionais. Conclui pela afirmação da importância histórica e, necessidade de dar valorizar e dar visibilidade, aos sujeitos históricos protagonistas na produção de alimentos saudáveis e diversificados de base agroecológica. O êxito de políticas sociais na escala local está condicionado, de um lado, pela legítima participação democrática nas instâncias decisórias. De outro lado, depende do aprimoramento dos instrumentos que viabilizem monitorar as políticas públicas de uma perspectiva abrangente e intersetorial.

- Criar instrumentos que facilitem a participação em organizações sociais - cooperativas e associações
- Há necessidade de realizar trabalho com os intermediários, ‘atravessadores’, para transição e mudança de atividade
- Criar infraestrutura para a melhoria das estradas rurais
- Criar infraestrutura Segurança no campo
- Realizar eventos para troca de saberes
- Promover a Integração intersetorial e interinstitucional
- Envolver a comunidade local - estágios de estudantes na roça – apoio técnico aos agricultores – mutirão – e agricultores ofertam conhecimentos
- Ampliar as comprar para as escolas públicas estaduais
- Maior divulgação e inserção entre agricultores que não tem DAP
- Apoiar tecnicamente os agricultores que querem voltar ao campo

12. Referências Finais

ABDO, M. T. V. N. et. al. *Sistemas Agroflorestais e agricultura familiar: uma parceria interessante*. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. São Paulo: APTA, dez., 2008. Disponível em: http://www.dge.apta.sp.gov.br/Publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo_Agroflorestais_5.pdf. Acesso em julho de 2015.

AKERMAN, M. et. al. *Saúde e Desenvolvimento: Que conexões?* In CAMPOS, G. W. de S. et. al. **Tratado de Saúde Coletiva**. Ed. Hucitec, FIOCRUZ,

ALMEIDA FILHO, Naomar. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

ALMEIDA-FILHO, Naomar. *A problemática teórica da determinação social da saúde (nota breve sobre desigualdades em saúde como objeto de conhecimento)*. **Saúde em Debate**, vol. 33, núm. 83, septiembre-diciembre, 2009, pp. 349-370. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Rio de Janeiro, Brasil, set.dez. 2009.

ALTIERI, M. *Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar*. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, jan/jun 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia – bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, ASPTA, 2012.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.. *O potencial agroecológico dos sistemas agroflorestais na América Latina*. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 2, junho de 2011.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. *Promoção da Saúde, sustentabilidade, agroecologia: uma discussão intersectorial*. São Paulo: **Saúde Sociedade**, v. 20, n. 03, p. 715-729, 2011.

BACCARIN, J. G.; TRICHES, R. M. ; TEO, C. R. P. A. ; SILVA, D. B. P. . *Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo*. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 55, p. 12-25, 2017.

BARATA, R. C. B.; RIBEIRO, M. C. S. A.; SILVA, Z. P.; ANTUNES, J. L. F. *Classe social: conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde*. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, p. 647-655, 2013. Disponível em: . Acesso em: março de 2018.

BARATA, R. C. B. *Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença*. **Revista USP**, São Paulo, v. 51, p. 138-145, 2001. Disponível em: Acesso em março de 2018.

BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde (Entrevista)*. Centro de Estudos, Políticas e Informação sobre Determinantes Sociais da Saúde (CEPI-DSS) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nBWdUkQe6Q0>. Acesso em julho de 2017.

BARATA, R. C. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. v. 1. 120 p.

BARATA, R. C. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde (Entrevista)*. Centro de Estudos, Políticas e Informação sobre Determinantes Sociais da Saúde (CEPI-DSS) da

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nBWdUkQe6Q0>. Acesso em julho de 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELIK, Walter; SOUZA, ROSA, L. *Algumas Reflexões sobre os Programas de Alimentação Escolar na América Latina*. **Revista IPEA**. PPP, 33 ed., jul/dez, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/155/171>

BERLINGUER, Giovanni. *Globalização e saúde global*. São Paulo: **Estudos Avançados** 13 (35), 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n35/v13n35a03.pdf>

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. *Produção E Consumo De Alimentos: O Papel Das Políticas Públicas Na Relação Entre O Plantar E O Comer*. **Revista Faz Ciência**, v. 14, p. 1-20, 2012.

BRANDAO, C. R. *Reflexões sobre como fazer trabalho de campo*. **Sociedade e Cultura**, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 11-27.

BRANDEMBURG, A.; BEZERRA, I.; GIORDANI, R. C. F. *Soberania alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade: olhares e contextos*. **Guaju**, v. 2, p. 2-13, 2016. Acesso em abril de 2018. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em

BRASIL. **Resolução 26 de 17/06/2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. DF, 2013. Disponível em:

BRASIL. **Lei Federal 11.947 de 16/06/2009**. Alimentação Escolar. Governo Federal. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: julho, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Abordagens espaciais na saúde pública**. SANTOS, S. M.; BARCELLOS, C. (orgs.). Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

Brasil, 2014BRASIL, Ministério da Saúde, **Redefine a Portaria Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Brasil: Ministério da Saúde, Portaria n 2.446, de 11 de novembro de 2014.

BREILH, J. **Epidemiologia crítica** – ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2006.

BREILH, J. *Las tres 'S' de la determinación de la vida 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud*. in Nogueira, R. N. (Org). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

BUAINAIN, A. M. et. al. *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, DF: ano XXII, n. 02, abr/maio/jun., 2013.

BUAINAIN, A. M. et. Al (Edits). **O mundo rural no Brasil do século XXI – a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF, Embrapa, 2014.

BUSS P, PELLEGRINI Filho, A. *A saúde e seus determinantes sociais*. **Physis Rev. Saúde Coletiva**. 17(1): 77-93, 2007.

BUSS, P. M. *Uma introdução ao conceito de promoção da saúde*. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2, 19-42, 2003.

CALDEIRA, P.Y.C.; CHAVES, R. B. **Sistemas Agroflorestais em espaços protegidos**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, 1ª ed, 2ª reimpressão. São Paulo: SMA, 2011.

CAMARGO, F. P. de. *Reflexos do Sistema de Administração Fundiária no Brasil: A Evolução da Concentração de terras nos municípios do Estado de São Paulo - 1995 a 2008*. Santo André, UFABC, 2015. **Dissertação de Mestrado**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/tese/tese-101.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2018.

CAMARGO, R. A. L. de ; BACCARIN, J. G. ; SILVA, D. B. P. *Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar*. **Revista NERA (UNESP)**, v. 19, p. 34-55, 2016.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. **A visão sistêmica da vida – uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome – ensaio sobre os problemas de alimentação e população no mundo**. São Paulo, Brasiliense, 1957. 4ª. edição.

CONTEL, F. B. *O conceito de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 447-460, 2015.

CUETO, Marcos. **Saúde Global: uma breve história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

CZERESNIA, D.; MACIEL, E. M. G. S.; OVIEDO, R. A. M. **Os sentidos da doença e da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

CZERESNIA, D.; RIBEIRO, A. M. *O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica*. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 16(3): 595-617, jul-set, 2000.

DELGADO, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. **(ler os diversos capítulos e citar!)**
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf

DODGSON, R.; LEE , K. DRAGER, N. **Global Health Governance A Conceptual Review**. Centre on Global Change & Health Dept of Health & Development London School of Hygiene World Health Organization & Tropical Medicine. February, 2002. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/68934/a85727_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y

DUBOS, René (1981). **Namorando a Terra**. Trad. Maria C. Carnevale. São Paulo: Melhoramentos, EDUSP.

DUPAS, G. **O mito do progresso**; ou progresso como ideologia. São Paulo: Unesp, 2006.

ELLUL, J. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre balance de los desiguales progresos*. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Programa Mundial de Alimentos, Fondo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Roma, 2015. www.fao.org/publications/sofi/en.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Superação da fome e da pobreza rural** – iniciativas brasileiras. Brasília, 2016.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed, 2009a. 196 p.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice E. Costa. 3ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009b. 405 p.

FORTES, P. A. C.; RIBEIRO, H. *Saúde Global em tempos de globalização*. **Saúde e Sociedade**, 23(2): 366-375, 2014.

FORTES, P. A. de C. *Refletindo sobre valores éticos da saúde global*. **Saúde e Sociedade**, 24 supl1: 152-161, 2015.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre-RS, Editora UFRGS, 2017.

GABRIEL, C. G. *Programa Nacional de Alimentação Escolar: construção de modelo de avaliação da gestão municipal*. **Tese de doutorado**. Florianópolis, UFSC, 2013.

GEORGE, P; GUGLIEMO, R.; LACOSTE, Y. KAYSER, B. *Primeira Parte – Problemas, Doutrina e Método*. In **A Geografia ativa**. Trad. Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Corte e Vincenzo Bochicchio. 4ª. Edição. São Paulo: DIFEL, 1975.

GLIESSMAN, Stephan. **Agroecologia – processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª. Ed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2005.

GOSTIN, L. O. *Global Health Law: A Definition and Grand Challenges*. **Public Health Ethics** 2008: 53-63. Disponível em: https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=ojs_papers

GOTSCH, Ernst. **O renascer da agricultura**. Trad. Patricia Vaz. 2ª. edição. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1996.

GOTSCH, Ernst. **Homem e natureza – cultura na agricultura**. 2a. edição. Recife, Centro Sabiá, 1997.

GOTTMANN, JEAN. *A evolução do conceito de território*. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, Campinas-SP, 2012.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. : il. ; 16x23cm

<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

GRISA, Catia. *As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva*. Desenvolvimento em Debate. v.1, n.2, p.83-109, janeiro-abril e maio-agosto 2010 http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_catia.pdf

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), tese de doutorado, 2012.

HADDAD, L. et al. *A new global research agenda for food*. **Nature**. 30 November 2016

<https://www.nature.com/news/a-new-global-research-agenda-for-food-1.21052>

HAWKES, Corinna A; RUEL, M. *The links between agriculture and health: an intersectoral opportunity to improve the health and livelihoods of the poor*. **Bulletin of the World Health Organization** | December 2006, 84 (12)

<http://www.who.int/bulletin/volumes/84/12/05-025650.pdf>

HAWKES, Corinna, Ruel, M. "**Understanding the links between agriculture and health**," 2020 vision focus 13, International Food Policy Research Institute (IFPRI). ed., 2006

<http://cdm15738.contentdm.oclc.org/utis/getfile/collection/p15738coll2/id/126911/filename/127122.pdf>

HAWKES, Corinna; RUEL, M. *Understanding The Links Between Agriculture And Health* . FOCUS 13 • BRIEF 1 OF 16 • MAY 2006

https://www.springnutrition.org/sites/default/files/understanding_the_linkages_between_agriculture_and_health-ifpri_2006.pdf

HAWKES, C. *Diet, Chronic Disease And The Food System: Making The Links, Pushing For Change*. **Global Alliance for the Future of Food**, 2015.

<http://openaccess.city.ac.uk/14519/1/Hawkes%20GlobalAllianceAdvancingHealthWellbeingCompendium-April2015.pdf>

HARVEY, David. *Neoliberalismo como destruição criativa*. **INTERFACEHS**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. Tradução Marijane Vieira Lisboa - v.2, n.4, Tradução, ago 2007. Disponível em www.interfacehs.sp.senac.br. Acesso em: 07 de agosto de 2015.

HARVEY, D.O **Neoliberalismo**. História E Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARTZ, Z. M. de A. *Avaliação dos programas de saúde: perspectivas teórico metodológicas e políticas institucionais*. **Ciência e Saúde Coletiva**. 4 (2), 341-353, 1999.

HARTZ, Z. M. de A. (org.) **Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1ª. Ed. 1997, 1ª. reimpressão revista, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro. IBGE. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **(I)ndicadores Sociais no Brasil. Conceitos, fontes de dados e aplicações**. São Paulo: Ed. Alínea, 2012. 5ª. edição.

JICK, Todd D. **Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action**. Administrative Science Quarterly, Vol. 24, No. 4, Qualitative Methodology. Dec., 1979. pp. 602-611. Disponível em: <http://www.jstor.org/>. Acesso em abril de 2016.

KANTER, R.; WALLS, H. L. ; TAK, M.; ROBERTS, F.; WAAGE, J. **A conceptual framework for understanding the impacts of agriculture and food system policies on nutrition and health**. Food Secur., 7 (4) (2015), pp. 767-777. [CrossRefView Record in Scopus](#)

KAWACHI I, WAMALA S. *Globalization and health: challenges and prospects*. In: KAWACHI I, WAMALA S. **Globalization and health**. New York: Oxford University Press; 2007. p. 3-15.

KAUFMANN, Jea-Claude. **A entrevista compreensiva. Um guia para pesquisa de campo**. RJ, Petrópolis: Vozes, AL, Maceio: Edufal, 2013.

KICKBUSCH, I. **Global Health - A definition**. Yale University, 2002. Disponível em <http://www.ilonakickbush-aAssets/docs/global-health.pdf>

KICKBUSCH, I; BERGER, C. *Diplomacia da Saúde Global*. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.19-24, mar., 2010.

KOPLAN, J. P. et al. *Towards a common definition of global health*. **The Lancet**, Volume 37, Issue 9679 , 1993 – 1995. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(09\)60332-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(09)60332-9/fulltext)

KRAEMER, F. B, PRADO, S. D.; FERREIRA, F. R.; CARVALHO, M. C. V. S. de. *O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder*. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 24 [4]: 1337-1359, 2014

LEGARD, R.; KEEGAN, J. WARD, K. Chapter 6. *In-depth interviews*. in RITCHIE, J.; LEWIS, J. (edits.). **Qualitative research practice – a guide for social science students and researchers**. SAGE Publications. London, Thousand Oaks, New Delhi, 2003.

LEFF, H. *Agroecologia e saber ambiental*. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan/mar. de 2002.

MALUF, R. S., MENEZES, F.; VALENTE, F. *Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil*. Campinas, SP: **Revista Cadernos de Debate**. UNICAMP, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação Vol. IV / 1996, páginas 66-88.

MALUF, R. S.; REIS, C. *Conceitos e princípio de segurança alimentar e nutricional*. In ROCHA, C. et. All. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizagens e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2013.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**. Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre-RS: Editora UFRGS, 2016.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Tradução: Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Ed. da Furb, 1998.

MAY, P. H.; TROVATTO, C. M. M. (coords.) **Manual Agroflorestal para Mata Atlântica**. Orgs. DEITENBACH, A. e. al. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

MAZOYER, M.; RODAURT, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD, 2010.

MEIRELLES, Cecília; CASTRO, J. de. (2015). 4ª. edição. **A festa das letras**. São Paulo: Global, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de.; SOUZA, E. R. de. (orgs.) **Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 1ª. Edição.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Reviews**, Vol. 14, Issue 2, pp. 21-28, Nov. 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/obr.12107/full>>. Acesso em: 5 out. 2017

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2a. edição, 2015.

NAVARRO, Z. *O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação)*. In OLIVEIRA, N. R. F. de; JAIME, P. C. *O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira*. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 4, p. 1108-1121, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. *A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira*. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago, 2015. disponível em: acesso em 30 de ago de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *EL ESTADO de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo: fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria*. Roma: FAO/FIDA/OMS/PMA/UNICEF, 2017. 144 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-I7695s.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2017.

ORTEGA y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Vicissitudes das ciências, cacofonia na física. Tradução e Prologo Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano Ltda. 1963. 1ª. Ed. Em espanhol, 1939.

PEIXINHO, Albaneide M. L. *Um resgate histórico do Programa nacional de Alimentação Escolar – PNAE*. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2011.

PINHEIRO, A. R. de O. *A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional*. **Saúde em Debate**, vol. 29, núm. 70, mayo-agosto, pp. 125-139. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 2005.

PLOEG, J. D van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

PORTO; Marcelo Firpo; MARTINEZ-ALIER, Joan. *Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde*. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Sup 4:S503-S512, 2007

LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo, Editora 34, 2010.

RIGOTTO & AUGUSTO. *Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social*. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Sup 4:S475-S501, 2007

RIBEIRO, Helena. **Saúde global: olhares do presente**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

RIBEIRO, Helena; FORTES, P. A. de C. *Saúde Global*. Barueri: Manole, 2014.

RIBEIRO, Helena; FORTES, P. A. de C. *Saúde Global em tempos de globalização*. **Saúde e Sociedade**, 23(2): 366-375, 2014.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa. Mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton (2007). **Pensando o espaço do homem**. 5ª. Ed. São Paulo: EDUSP. 1ª. Ed. Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton (2005). **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 3ª. ed., 1986.

SEGALL-CORRÊA, A. M., MARIN-LEON, L. *A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009*. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 16(2): 1-19, 2009

SEVILLA GUZMÁN, E. *Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia*. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. *Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica*. **Agroecología**, 08 (2): 27-34, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MONTIEL, M. S.. *Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria*. Patrimônio cultural en la nueva ruralidad andaluza. **PH CUADERNOS**, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América*.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente. Perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVEIRA, M. L. *Territorio De Las Verticalidades Y Horizontalidades: Una Propuesta De Método*. In **ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA**, 6, 1997, Buenos Aires, 1997.

SILVEIRA, M. L. *Uma situação geográfica: do método à metodologia*. **Revista Território**. Ano IV, n 6, há/jun, 1999.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos – métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre, Artmed, 2009.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. São Paulo, **Estudos Avançados**, 18 (51), 2004.

SOUSA SANTOS, B. de. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das urgências**. In **Conocer desde el Sur Para una cultura política emancipatoria**. Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales • UNMSM. Programa de Estudios sobre Democracia y Transformación Global, Peru-Lima, 2006.

SUZUKI, J. C. *Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação*. Presidente Prudente-SP, **Revista NERA**, ano 10, n. 10, p. 134-150, 2007.

SUZUKI, J. C. *Questão Agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial*. in. LEMOS, A. I. G. et al. **América Latina: cidade, campo e turismo**.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

TRICHES, R. M. et al. *Aquisição De Produtos Da Agricultura Familiar Pela Alimentação Escolar: Dificuldades E Formas De Superação Mobilizadas Pelos Atores Sociais*. 55º. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - **SOBER**, Santa Maria-RS, 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

VIEIRA DA SILVA, Ligia Maria. **Avaliação de políticas e programas de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; et al. (orgs.) **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília, IPEA, 2016. pgs 25-63.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VASCONCELOS, F. A. G.; BATISTA FILHO, M. *História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil*. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1):81-90, 2011

Anexos

Roteiro de Entrevista – Agricultor Familiar

Local/Município:

Data:

1. Endereço:
2. Telefone:
3. Nome do entrevistado:
4. Sexo:
5. Data de nascimento:
6. Local de nascimento:
7. Documento de Identidade:
8. Email:
9. Grau de Escolaridade / Formação:
10. Ocupação/Profissão principal e/ou secundárias:
11. Em sua opinião, qual dos seguintes termos melhor define a condição social do senhor (a)?
Como o senhor (a) se apresenta?
Agricultor; agricultor familiar; caipira; camponês; empresário agrícola; empresário rural; lavrador; produtor rural; roceiro; sitiante; outros.
12. Desde quando trabalha com produção de alimentos (há quanto tempo). Qual era a ocupação profissional anterior?
13. Atualmente quais são as principais culturas alimentares que produz?
14. A unidade de produção em que o senhor (a) trabalha é:
Arrendada; assentamento; comprada; herança; ocupação; posse; outros.
15. Quantas pessoas moram na unidade de produção? Qual o grau de parentesco e idade?
16. Quem trabalha na produção? O senhor (a) conta com mão de obra contratada para ajudar na unidade de produção? Permanente ou eventual? Descreva. Sozinho; com a esposa e/ou marido; filhos; contrata mão de obra; outros.
17. O senhor (a) conta com a ajuda de amigos, parentes e vizinhos no sistema de MUTIRÃO para auxiliar no plantio, colheita ou outras etapas da produção? Descreva. Em caso negativo: alguma vez já participou de mutirão (juventude/outras ocasiões)?
18. Atualmente, o senhor (a) é membro de Associação ou cooperativo de agricultores? *Obs.:* em caso negativo: já fez parte no passado?
19. Qual? (nome e sigla)
20. Essa entidade atua somente no município? Ou engloba outros municípios da região? Quais?
21. Como soube da existência desta Organização de Produtores? Quem chamou para participar? E por quais razões decidiu participar?

22. A partir de sua experiência, qual a opinião do senhor (a) sobre a participação dos agricultores em Associação e/ou Cooperativa de produtores?
23. Com qual frequência o senhor (a) participa de reuniões da Associação/Cooperativa?
24. O senhor (a) considera a sua participação nesses espaços como ativa ou não? Descreva.
25. Atualmente, o senhor (a) é membro ou participa de algum Conselho Municipal? Ou já participou anteriormente? Quais? Em que período?
26. Como o senhor (a) soube da existência desses Conselhos? Por quais as razões o senhor (a) participa e/ou não participa dos Conselhos Municipais?
27. Com qual frequência o senhor (a) participa de reuniões dos Conselhos? O senhor (a) considera a sua participação nesses espaços como ativa ou não? Descreva.
28. O senhor (a) tem a DAP? Desde quando? Por quê? Algum outro membro da família morador na unidade da produção, também, possui? Quem?
29. Em média, quantas horas ou dias da semana o senhor (a) se dedica ao cultivo de alimentos?
30. Em média, quantas horas ou dias da semana o senhor (a) se dedica à comercialização da produção de alimentos?
31. Como o senhor (a) define/escolhe o que irá plantar? (orientação de ATER, vizinhos, prefeitura, mercado, consumidor etc.)
32. Como o senhor (a) define os preços dos produtos que irá comercializar? (orientação de ATER, vizinhos, prefeitura, mercado, consumidor etc.)
33. Qual o sistema técnico de produção agrícola praticado?
Agroecológico; biodinâmico; convencional; em transição orgânico/agroecológico hidropônico; orgânico; misto; natura.
34. O cultivo de alimentos possui sistema de certificação de produção orgânica/agroecológica? Qual?
Auditoria; OCS (Organização de Controle Social); SPG (Sistema Participativo de Garantia).
35. Onde o senhor (a) adquire as sementes e mudas?
Comércio local; comércio em outro município; poder público; salva sementes; troca de sementes; outros.
36. Atualmente, o senhor (a) conta com o auxílio de assistência técnica rural (ATER)? Quem lhe fornece esse apoio?
37. O senhor (a) participa ou participou de cursos de capacitação ligados à produção agrícola?
Quais? Quem ofereceu? Cite os cursos (manejo, comercialização, outros)
38. Qual o destino dos gêneros cultivados na unidade de produção? % aproximada para cada situação?

Atravessadores; autoconsumo; cestas; feiras locais; mercado municipal; mercado externo; PNAE; restaurantes; supermercados; trocas; venda direta; outros.

39. O senhor (a) conhece as compras públicas/ institucionais da agricultura familiar? Quais? PAA; PNAE e PPAIS.
40. O senhor vende (comercializa) seus produtos ao poder público? Em que circunstâncias?
41. Se a resposta anterior for negativa: Por quais razões o senhor (a) não participa do PNAE? E gostaria de participar? Por quê?
42. Como soube e desde quando participa do PNAE? Quantas vezes participou? Quais foram as principais razões que o estimularam a participar do Programa?
43. Para quais municípios o senhor (a) entrega ao PNAE:
Somente no próprio município; neste e em outros municípios; somente em outros municípios.
44. O PNAE é importante para o senhor (a) e sua família? Comente essa importância do PNAE para o senhor (a) e sua família.
45. De que forma fica sabendo da abertura das Chamadas Públicas?
ATER; jornal; nutricionista; outros agricultores; vizinhos; outros.
46. Quais foram ou são os principais desafios/obstáculos para a participação no PNAE desde o início da adesão até o momento?
47. Quais as instituições e pessoas o ajudaram a se inserir no PNAE? O senhor (a) sente/sentiu falta de algum apoio técnico ? De que tipo? Descreva
48. Antes do PNAE quais eram as principais dificuldades que o senhor (a) enfrentava na produção e comercialização dos gêneros alimentícios? O PNAE contribuiu para modificar essa situação? De que maneira?
49. Em sua opinião, o PNAE colabora para modificar a vida do homem do campo? De que modo? Ajuda a manter a família e o jovem no campo?
50. Antes da venda ao PNAE qual era o principal destino dos gêneros alimentícios produzidos? E atualmente?
51. O PNAE colabora ou colaborou para ampliar a venda dos gêneros alimentícios em outros mercados? Quais? Descreva
52. Atualmente, quais são os principais itens que o senhor (a) entrega ao PNAE?
53. O senhor (a) gostaria de inserir outros itens no PNAE? Quais?
54. Em relação à renda gerada pela comercialização dos gêneros alimentícios informe a % para cada situação.
Atravessadores; cestas; feiras locais; mercado municipal; mercado externo; PNAE; restaurantes; supermercados; venda direta; outros.

55. Em relação aos preços recebidos pelo senhor (a) em relação ao PNAE, mercado, feiras etc. há alguma diferença? Descreva.
56. Além da renda obtida com a venda de produtos agrícolas, o senhor (a) poderia mencionar se existem outras fontes que geram a renda à família? Descreva.
57. Desde a inserção no PNAE houve alguma modificação no trabalho, no manejo da produção? Colaborou para transição orgânica e/ ou agroecológica? Explique.
58. Desde a inserção no PNAE houve alguma modificação nos itens cultivados? Colaborou para uma maior diversificação da produção? Explique.
59. Em relação à alimentação da família: o PNAE trouxe alguma mudança na dieta e segurança nutricional e alimentar da família? Comente.
60. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a participação dos agricultores no PNAE e, também, aperfeiçoar as compras públicas?
61. De que modo o poder público municipal e estadual poderiam contribuir para melhorar a vida dos agricultores, valorizando os agricultores familiares?
62. Há alguma outra informação e/ou esclarecimento que o senhor (a) gostaria de acrescentar?

Roteiro de Entrevista – Nutricionista

Gestor:

Local/Município:

Data:

1. Instituição:
2. Especificação:
3. Endereço:
4. Telefone:
5. Site:
6. Nome do entrevistado:
7. Documento de Identidade:
8. Email:
9. Celular
10. Cargo:
11. Há quanto tempo trabalha nessa área/instituição?
12. Formação/Grau de escolaridade:
13. Em linhas gerais qual o perfil alimentar da população do município (abastecimento / segurança alimentar e nutricional)?
14. Quais são as principais ações públicas municipais e/ou estaduais com ação local (projetos atuais e/ou ações passadas) ao abastecimento alimentar, EAN e SAN?
15. Que instituições (públicas e/ou privadas) contribuem para a segurança alimentar e nutricional local? Por quê?
16. Para o senhor (a) há algum tipo de relação entre o perfil alimentar local e a questão da preservação da biodiversidade? Como o senhor (a) define essas relações?
17. Nos últimos anos, existiram Conselhos Municipais relacionados e/ou importantes à SAN? Quais?
18. Eles continuam ativos? Por quê?
19. O senhor (a) acompanha /atua em algum Conselho Municipal? Por quê?
20. Em quais Conselhos atua?
21. De modo geral, qual a sua opinião sobre as compras públicas/institucionais da agricultura familiar (PNAE/PAA/PPAIS) ?
22. Como o senhor (a) descreveria o grau de envolvimento da Prefeitura em ações voltadas ao PNAE?
23. Desde a implementação da Lei da Merenda Escolar (2009), com qual frequência o município efetivou a comprar da agricultura familiar para o PNAE?
24. A Prefeitura tem conseguido comprar dos agricultores familiares do próprio município?

25. Para cumprir a lei do PNAE, a Prefeitura compra da agricultura familiar de outros municípios? Quais?
26. Em geral, os agricultores do município tem conseguido vender para o PNAE? Por quê?
27. Os agricultores locais, também, tem escoado a produção para o PNAE de outros municípios? Quais?
28. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades/desafios dos agricultores em participar da Chamada Pública PNAE?
29. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades/desafios dos agricultores em conseguir efetivar os Contratos PNAE com a Prefeitura?
30. Durante a execução do PNAE, quais são as principais oportunidades criadas aos agricultores?
31. Durante a execução do PNAE, quais são as principais fraquezas que surgiram/ surgem do ponto de vista do agricultor?
32. O que poderia ser feito para ampliar a participação dos agricultores nas Chamadas Públicas PNAE?
33. A Prefeitura vem promovendo ações para maximar a participação no PNAE?
34. Cite exemplos de atividades e/ou ações realizadas pela Prefeitura direcionadas a estimular, especificamente, a participação dos agricultores no PNAE.
35. Quais os sistemas técnicos de produção praticados pelos agricultores que vendem ao PNAE?
☐ natural ☐ biodinâmico ☐ orgânico ☐ agroecológico ☐ convencional
☐ hidropônico ☐ misto ☐ não sabe
36. Em sua opinião, o PNAE pode ser um instrumento potencializador / contribuir para estimular o processo de transição ao sistema técnico agroecológico? Por quais razões?
37. Como é realizado o processo de construção dos cardápios alimentares das escolas? Quando é planejado? Quem participa? Quem são os responsáveis?
38. Como é escolhida a lista dos produtos alimentícios que compõe o Edital da Chamada Pública PNAE?
39. Como tem sido a aceitação dos produtos da agricultura familiar pelos profissionais que trabalham no preparo da merenda? (cozinheiras) Resistências?
40. Como tem sido a aceitação dos produtos da agricultura familiar pelos alunos e docentes? Houve percepção de alguma mudança na alimentação?
41. Foi realizada alguma ação / trabalho sobre EAN ou SAN ou esclarecimento sobre o PNAE com os pais dos alunos (comunidade)? Quais?
42. Como é feita a logística de entrega dos produtos da Agricultura Familiar às escolas? Dias e pontos de entrega / armazenamento? (há ausências? Sobras ou devoluções?)
43. Nos Editais há alguma ênfase aos produtos orgânicos/agroecológicos? Por quê?
44. Nos Editais há alguma ênfase a compra de produtos nativos da biodiversidade local? Por quê?

45. Os produtos da Agricultura familiar correspondem ao total dos alimentos consumidos nas escolas em todas as refeições? (café, almoço, lanche)? Descreva.
46. Quais os desafios para a composição dos cardápios? (consumo de ultraprocessados diminuiu?)
47. Para o senhor (a) o PNAE colabora para modificar/transformar a vida da agricultura familiar? Em que sentido?
48. Quais são as maiores desafios dos gestores municipais para apoiar os agricultores a participar (antes e durante) a execução do PNAE?
49. De que modo o poder público estadual poderia colaborar para incrementar as ações destinadas a favorecer as compras institucionais da agricultura familiar?
50. É possível ter acesso à lista de produtos adquiridos ao PNAE nos últimos anos?
51. É possível ter acesso ao número de escolas / alunos atendidos pelo PNAE? E quanto representa ao total do município?
52. Há algumas outras informações relevantes ou esclarecimento adicional que o senhor (a) gostaria de acrescentar?

Roteiro de Entrevista – Assistência técnica e extensão rural

Gestor:

Local/Município:

Data:

1. Instituição:
2. Especificação:
3. Endereço:
4. Telefone:
5. Site:
6. Nome do entrevistado:
7. Documento de Identidade:
8. Email:
9. Celular
10. Cargo:
11. Há quanto tempo trabalha nessa área/instituição?
12. Formação/Grau de escolaridade:
13. Em linhas gerais qual o perfil agropecuário do município (estrutura fundiária / uso da terra / desafios)?
14. Quais são as principais ações públicas (projetos atuais e/ou ações passadas) do município em relação à atividade agrícola?
15. Que outras instituições (públicas e/ou privadas) são fundamentais para atividade agropecuária local? Por quê?
16. Como o senhor (a) define as relações entre a atividade agrícola e a questão ambiental / a preservação da biodiversidade local?
17. Qual o perfil dos agricultores do município?
18. Há organização de produtores (cooperativas / associações) no município?
19. Qual o número de associados/cooperados?
20. Qual a data de fundação da Organização dos agricultores?
21. Há Conselhos Municipais relacionados e/ou importantes à atividade agrícola?
22. O senhor (a) acompanha /atua em algum Conselho Municipal? Por quê?
23. De modo geral, qual a sua opinião sobre as compras públicas/institucionais da agricultura familiar (PNAE/PAA/PPAIS) ?
24. Como o senhor (a) descreveria o grau de envolvimento da Prefeitura em ações voltadas ao PNAE?
25. Desde a implantação da Lei da Merenda Escolar (2009), com qual frequência o município efetivou a comprar da agricultura familiar para o PNAE?
26. A Prefeitura tem conseguido comprar dos agricultores familiares do próprio município?

27. Para cumprir a lei do PNAE, a Prefeitura compra da agricultura familiar de outros municípios?
28. Em geral, os agricultores do município tem conseguido vender para o PNAE?
29. Os agricultores locais, também, tem escoado a produção para o PNAE de outros municípios?
Quais?
30. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades/desafios dos agricultores em participar da Chamada Pública PNAE?
31. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades/desafios dos agricultores em conseguir efetivar os Contratos PNAE com a Prefeitura?
32. Durante a execução do PNAE, quais são as principais oportunidades criadas aos agricultores?
33. Durante a execução do PNAE, quais são as principais fraquezas que surgiram/ surgem do ponto de vista do agricultor?
34. O que poderia ser feito para ampliar a participação dos agricultores nas Chamadas Públicas PNAE?
35. A Prefeitura vem promovendo ações para maximar a participação no PNAE?
36. Cite exemplos de atividades e/ou ações realizadas pela Prefeitura direcionadas a estimular, especificamente, a participação dos agricultores no PNAE.
37. Quais os sistemas técnicos de produção praticados pelos agricultores que vendem ao PNAE?
Natural, biodinâmico, orgânico, agroecológico, convencional, em transição, Hidropônico, misto.
38. Em sua opinião, o PNAE pode ser um instrumento potencializador / contribuir para estimular o processo de transição ao sistema técnico agroecológico? Por quais razões?
39. Onde os agricultores adquirem as mudas e sementes para produção destinada ao PNAE?
40. Além da entrega ao PNAE, quais são os outros destinos da produção agropecuária familiar local?
41. Qual o perfil das feiras locais - número e dias da semana
42. Há uma feira de produtor ou barraca de produção orgânica?
43. Quais os sistemas de certificação da produção orgânica local?
44. Para o senhor (a) o PNAE colabora para modificar/transformar a vida dos agricultores familiares? Em que sentido?
45. Quais são as maiores desafios dos gestores municipais para apoiar os agricultores a participar (antes e durante) a execução do PNAE?
46. De que modo o poder público estadual poderia colaborar para incrementar as ações destinadas a favorecer as compras institucionais (PNAE) da agricultura familiar?
47. Há outra informação relevante ou esclarecimento adicional que o senhor (a) gostaria de acrescentar?

Tabela 02 – Características demográficas dos municípios selecionados, S. Paulo, 1980-2018.

Localidades	Ano	Área (Em km2)	Densidade Demográfica (Hab/km2)	Pop.	Pop. Urbana	Pop. Rural	Grau de Urbanização (Em %)
Joanópolis	1980	374,58	20,67	7.744	3.282	4.462	42
Joanópolis	1990	374,58	21,76	8.150	6.793	1.357	83
Joanópolis	2000	374,58	27,73	10.386	10.386	-	100
Joanópolis	2010	374,28	31,41	11.756	11.756	-	100
Joanópolis	2018	374,29	33,4	12.500	12.500	-	100
Juquitiba	1980	521,60	23,78	12.402	8.552	3.850	69
Juquitiba	1990	521,60	36,3	18.936	18.936	-	100
Juquitiba	2000	521,60	50,59	26.388	17.340	9.048	66
Juquitiba	2010	522,18	54,99	28.717	22.225	6.492	77
Juquitiba	2018	522,17	57,53	30.040	25.349	4.691	84
Nazaré Paulista	1980	326,54	25,64	8.371	2.467	5.904	29
Nazaré Paulista	1990	326,54	34,5	11.267	3.962	7.305	35
Nazaré Paulista	2000	326,54	44,04	14.381	5.818	8.563	40
Nazaré Paulista	2010	326,29	50,25	16.396	13.896	2.500	85
Nazaré Paulista	2018	326,25	55,3	18.041	17.254	787	96
Piedade	1980	745,54	48	35.786	13.065	22.721	37
Piedade	1990	745,54	57,28	42.708	17.744	24.964	42
Piedade	2000	745,54	67,15	50.065	22.028	28.037	44
Piedade	2010	746,87	69,79	52.126	23.752	28.374	46
Piedade	2018	746,87	71,27	53.230	24.926	28.304	47
S. Lourenço da Serra	1980	NA	NA	NA	NA	NA	NA
S. Lourenço da Serra	1990	NA	NA	NA	NA	NA	NA
S. Lourenço da Serra	2000	186,71	65,05	12.145	10.733	1.412	88
S. Lourenço da Serra	2010	186,33	74,9	13.957	12.704	1.253	91
S. Lourenço da Serra	2018	186,46	81,77	15.246	14.133	1.113	93
S. Luis do Paraitinga	1980	617,15	15,79	9.743	3.947	5.796	41
S. Luis do Paraitinga	1990	617,15	16,02	9.888	4.968	4.920	50
S. Luis do Paraitinga	2000	617,15	16,89	10.424	6.142	4.282	59
S. Luis do Paraitinga	2010	617,32	16,84	10.397	6.180	4.217	59
S. Luis do Paraitinga	2018	617,32	17,06	10.531	6.303	4.228	60
Tapiraí	1980	755,29	6,74	5.094	1.508	3.586	30
Tapiraí	1990	755,29	7,52	5.681	2.658	3.023	47
Tapiraí	2000	755,29	11,3	8.538	5.765	2.773	68
Tapiraí	2010	755,10	10,62	8.016	5.731	2.285	71
Tapiraí	2018	755,10	10,24	7.732	5.755	1.977	74
Ubatuba	1980	712,12	37,81	26.927	24.478	2.449	91
Ubatuba	1990	712,12	62,75	44.683	43.389	1.294	97
Ubatuba	2000	712,12	93,59	66.644	64.983	1.661	98
Ubatuba	2010	723,83	108,72	78.693	76.802	1.891	98
Ubatuba	2018	708,11	122,68	86.870	84.833	2.037	98

QUADRO 1 - Conferências Nacionais em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Brasil, CONSEA, 1994-2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)	TEMA	LOCAL DATA
I Conf. Nac. de SAN	Fome: uma questão nacional	Brasília-DF 1994
II Conf. Nac. de SAN	A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Olinda-PE 2004
III Conf. Nac. de SAN	Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.	Fortaleza-CE 2007
IV Conf. Nac. de SAN	Alimentação Adequada e Saudável um Direito de Todos	Salvador-BA 2011
V Conf. Nac. de SAN	Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar	Brasília-DF 2015

Fonte: organizado pela autora, segundo dados do CONSEA, 2017.

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

Nota: Este Texto Legal é conhecido como Lei da Merenda Escolar, Lei de Alimentação Escolar, Lei do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Nota: Conversão da Medida Provisória 455/2009

Veja Também

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica.

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

§ 3º Os saldos dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE existentes em 31 de dezembro deverão ser reprogramados para o exercício subsequente, com estrita observância ao objeto de sua transferência, nos termos disciplinados pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública de cada um dos entes governamentais, conforme os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar realizado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

§ 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:

I - creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

II - creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 6º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE às unidades executoras das escolas de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, observando o disposto nesta Lei, no que couber.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.

Art. 7º Os Estados poderão transferir a seus Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município por parte do FNDE da correspondente parcela de recursos calculados na forma do parágrafo único do art. 6º

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão ao FNDE a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

§ 1º A autoridade responsável pela prestação de contas que inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, será responsabilizada na forma da lei.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do concedente, os documentos a que se refere o caput, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas escolas, e estarão obrigados a disponibilizá-los, sempre que solicitado, ao Tribunal de Contas da União, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

§ 3º O FNDE realizará auditoria da aplicação dos recursos nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a cada exercício financeiro, por sistema de amostragem, podendo requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos necessários para tanto, ou, ainda, delegar competência a outro órgão ou entidade estatal para fazê-lo.

Art. 9º O FNDE, os entes responsáveis pelos sistemas de ensino e os órgãos de controle externo e interno federal, estadual e municipal criarão, segundo suas competências próprias ou na forma de rede integrada, mecanismos adequados à fiscalização e ao monitoramento da execução do PNAE.

Parágrafo único. Os órgãos de que trata este artigo poderão celebrar convênios ou acordos, em regime de cooperação, para auxiliar e otimizar o controle do programa.

Art. 10. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar ao FNDE, ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo da União, ao Ministério Público e ao CAE as irregularidades eventualmente identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do PNAE.

Art. 11. A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas.

Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

§ 1º. Para efeito desta Lei, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável. *(Renumerado pela Lei Ordinária 12982/2014)*

§ 2º Para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas, conforme regulamento. *(Acrescentado pela Lei Ordinária 12982/2014)*

Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;

II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;

III - condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Art. 15. Compete ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Art. 16. Competem à União, por meio do FNDE, autarquia responsável pela coordenação do PNAE, as seguintes atribuições:

I - estabelecer as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação do PNAE;

II - realizar a transferência de recursos financeiros visando a execução do PNAE nos Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais;

III - promover a articulação interinstitucional entre as entidades federais envolvidas direta ou indiretamente na execução do PNAE;

IV - promover a adoção de diretrizes e metas estabelecidas nos pactos e acordos internacionais, com vistas na melhoria da qualidade de vida dos alunos da rede pública da educação básica;

V - prestar orientações técnicas gerais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o bom desempenho do PNAE;

VI - cooperar no processo de capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução do PNAE e no controle social;

VII - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas objetivando a avaliação das ações do PNAE, podendo ser feitos em regime de cooperação com entes públicos e privados.

Art. 17. Competem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, as seguintes atribuições, conforme disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal:

I - garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo, observando as diretrizes estabelecidas nesta Lei, bem como o disposto no inciso VII do art. 208 da Constituição Federal;

II - promover estudos e pesquisas que permitam avaliar as ações voltadas para a alimentação escolar, desenvolvidas no âmbito das respectivas escolas;

III - promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos alunos atendidos, mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e do responsável técnico de que trata o art. 11 desta Lei;

IV - realizar, em parceria com o FNDE, a capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução do PNAE e no controle social;

V - fornecer informações, sempre que solicitado, ao FNDE, ao CAE, aos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo, a respeito da execução do PNAE, sob sua responsabilidade;

VI - fornecer instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população;

VII - promover e executar ações de saneamento básico nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade, na forma da legislação pertinente;

VIII - divulgar em locais públicos informações acerca do quantitativo de recursos financeiros recebidos para execução do PNAE;

IX - prestar contas dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE;

X - apresentar ao CAE, na forma e no prazo estabelecido pelo Conselho Deliberativo do FNDE, o relatório anual de gestão do PNAE.

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação

Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida à proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 20. Fica o FNDE autorizado a suspender os repasses dos recursos do PNAE quando os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios:

I - não constituírem o respectivo CAE ou deixarem de efetuar os ajustes necessários, visando ao seu pleno funcionamento;

II - não apresentarem a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos para execução do PNAE, na forma e nos prazos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE;

III - cometerem irregularidades na execução do PNAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 1º Sem prejuízo do previsto no caput, fica o FNDE autorizado a comunicar eventuais irregularidades na execução do PNAE ao Ministério Público e demais órgãos ou autoridades ligadas ao tema de que trata o Programa.

§ 2º O restabelecimento do repasse dos recursos financeiros à conta do PNAE ocorrerá na forma definida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 21. Ocorrendo a suspensão prevista no art. 20, fica o FNDE autorizado a realizar, em conta específica, o repasse dos recursos equivalentes, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, diretamente às unidades executoras, conforme previsto no art. 6º desta Lei, correspondentes às escolas atingidas, para fornecimento da alimentação escolar, dispensando-se o procedimento licitatório para aquisição emergencial dos gêneros alimentícios, mantidas as demais regras estabelecidas para execução do PNAE, inclusive quanto à prestação de contas.

Parágrafo único. A partir da publicação desta Lei, o FNDE terá até 180 (cento e oitenta) dias para regulamentar a matéria de que trata o caput deste artigo.

Art. 22. O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, às escolas mantidas por entidades de tais gêneros e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, observado o disposto no art. 25, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei. *(Redação dada pela Lei Ordinária 12695/2012)*

Redações Anteriores

§ 1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário e aos polos presenciais da UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados na educação básica e na UAB, de acordo, respectivamente, com dados do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação e com dados coletados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, observado o disposto no art. 24. *(Redação dada pela Lei Ordinária 12695/2012)*

Redações Anteriores

§ 2º A assistência financeira de que trata o § 1º será concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante crédito do valor devido em conta bancária específica:

I - diretamente à unidade executora própria, representativa da comunidade escolar, ou àquela qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público;

II - ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município mantenedor do estabelecimento de ensino, que não possui unidade executora própria.

Art. 23. Os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Art. 24. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas aos critérios de alocação, repasse, execução, prestação de contas dos recursos e valores per capita, bem como sobre a organização e funcionamento das unidades executoras próprias.

Parágrafo único. A fixação dos valores per capita contemplará, diferenciadamente, as escolas que oferecem educação especial de forma inclusiva ou especializada, de modo a assegurar, de acordo com os objetivos do PDDE, o adequado atendimento às necessidades dessa modalidade educacional.

Art. 25. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão inscrever, quando couber, nos respectivos orçamentos os recursos financeiros destinados aos estabelecimentos de ensino a eles vinculados, bem como prestar contas dos referidos recursos.

Art. 26. As prestações de contas dos recursos recebidos à conta do PDDE, a serem apresentadas nos prazos e constituídas dos documentos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE serão feitas:

I - pelas unidades executoras próprias das escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal e dos polos presenciais do sistema UAB aos Municípios e às Secretarias de Educação a que estejam vinculadas, que se encarregarão da análise, julgamento, consolidação e encaminhamento ao FNDE, conforme estabelecido pelo seu conselho deliberativo; (*Redação dada pela Lei Ordinária 12695/2012*)

Redações Anteriores

II - pelos Municípios, Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e pelas entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público àquele Fundo.

§ 1º As prestações de contas dos recursos transferidos para atendimento das escolas e dos polos presenciais do sistema UAB que não possuem unidades executoras próprias deverão ser feitas ao FNDE, observadas as respectivas redes de ensino, pelos Municípios e pelas Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. (*Redação dada pela Lei Ordinária 12695/2012*)

Redações Anteriores

§ 2º Fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos do PDDE nas seguintes hipóteses:

I - omissão na prestação de contas, conforme definido pelo seu Conselho Deliberativo;

II - rejeição da prestação de contas;

III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do PDDE, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.

§ 3º Em caso de omissão no encaminhamento das prestações de contas, na forma do inciso I do caput, fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos a todas as escolas e polos presenciais do sistema UAB da rede de ensino do respectivo ente federado. (*Redação dada pela Lei Ordinária 12695/2012*)

Redações Anteriores

§ 4º O gestor, responsável pela prestação de contas, que permitir, inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre os fatos, será responsabilizado na forma da lei.

Art. 27. Os entes federados, as unidades executoras próprias e as entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público manterão arquivados, em sua sede, em boa guarda e organização, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, pelo prazo de 5 (cinco) anos,

contado da data de julgamento da prestação de contas anual do FNDE pelo órgão de controle externo, os documentos fiscais, originais ou equivalentes, das despesas realizadas na execução das ações do PDDE.

Art. 28. A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros relativos à execução do PDDE é de competência do FNDE e dos órgãos de controle externo e interno do Poder Executivo da União e será feita mediante realização de auditorias, inspeções e análise dos processos que originarem as respectivas prestações de contas.

Parágrafo único. Os órgãos incumbidos da fiscalização dos recursos destinados à execução do PDDE poderão celebrar convênios ou acordos, em regime de mútua cooperação, para auxiliar e otimizar o controle do Programa.

Art. 29. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao FNDE, ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo da União e ao Ministério Público irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do PDDE.

Art. 30. Os arts. 2º e 5º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º O montante dos recursos financeiros será repassado em parcelas e calculado com base no número de alunos da educação básica pública residentes em área rural que utilizem transporte escolar oferecido pelos entes referidos no caput deste artigo.

....." (NR)

"Art. 5º O acompanhamento e o controle social sobre a transferência e aplicação dos recursos repassados à conta do PNATE serão exercidos nos respectivos Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelos conselhos previstos no § 13 do art. 24 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§ 1º Fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos do PNATE nas seguintes hipóteses:

I - omissão na prestação de contas, conforme definido pelo seu Conselho Deliberativo;

II - rejeição da prestação de contas;

III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.

....." (NR)

Art. 31. A Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes - autorizados a conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica desenvolvidos pelo Ministério da Educação, inclusive na modalidade a distância, que visem:

III - à participação de professores em projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores para a educação básica e para o sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

§ 4º Adicionalmente, poderão ser concedidas bolsas a professores que atuem em programas de formação inicial e continuada de funcionários de escola e de secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como em programas de formação profissional inicial e continuada, na forma do art. 2º desta Lei." (NR)

"Art. 3º As bolsas de que trata o art. 2º desta Lei serão concedidas diretamente ao beneficiário, por meio de crédito bancário, nos termos de normas expedidas pelas respectivas instituições concedentes, e mediante a celebração de termo de compromisso em que constem os correspondentes direitos e obrigações." (NR)

"Art. 4º As despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente ao FNDE e à Capes, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual." (NR)

Art. 32. Os arts. 1º e 7º da Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Auxílio de Avaliação Educacional AAE, devido ao servidor que, em decorrência do exercício da docência ou pesquisa no ensino superior público ou privado, participe, em caráter eventual, de processo de avaliação educacional de instituições, cursos, projetos ou desempenho de estudantes realizado por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE." (NR)

"Art. 7º As despesas decorrentes do AAE correrão à conta de dotações e limites previstos no orçamento anual consignadas à Capes, ao Inep e ao FNDE no grupo de despesas 'Outras Despesas Correntes'." (NR)

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, a ser implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo disporá sobre as normas de funcionamento, execução e gestão do Programa.

Art. 33-A. O Poder Executivo fica autorizado a conceder bolsas aos professores das redes públicas de educação e a estudantes beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. *(Acrescentado pela Lei Ordinária 12695/2012)*

§ 1º Os professores das redes públicas de educação poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronera, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição com seu mantenedor, se for o caso. *(Acrescentado pela Lei Ordinária 12695/2012)*

§ 2º Os valores e os critérios para concessão e manutenção das bolsas serão fixados pelo Poder Executivo. *(Acrescentado pela Lei Ordinária 12695/2012)*

§ 3º As atividades exercidas no âmbito do Pronera não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos. *(Acrescentado pela Lei Ordinária 12695/2012)*

Art. 34. Ficam revogados os arts. 1º a 14 da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 16 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

D.O.U., 17/06/2009 - Seção 1